

revista de estudos guineenses

n.1 jan. 86

SORONDA



GABINETE DE ESTUDOS ECONÓMICOS
MINISTÉRIO DO PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

boletim de informação sócio-económica



CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÓMICOS

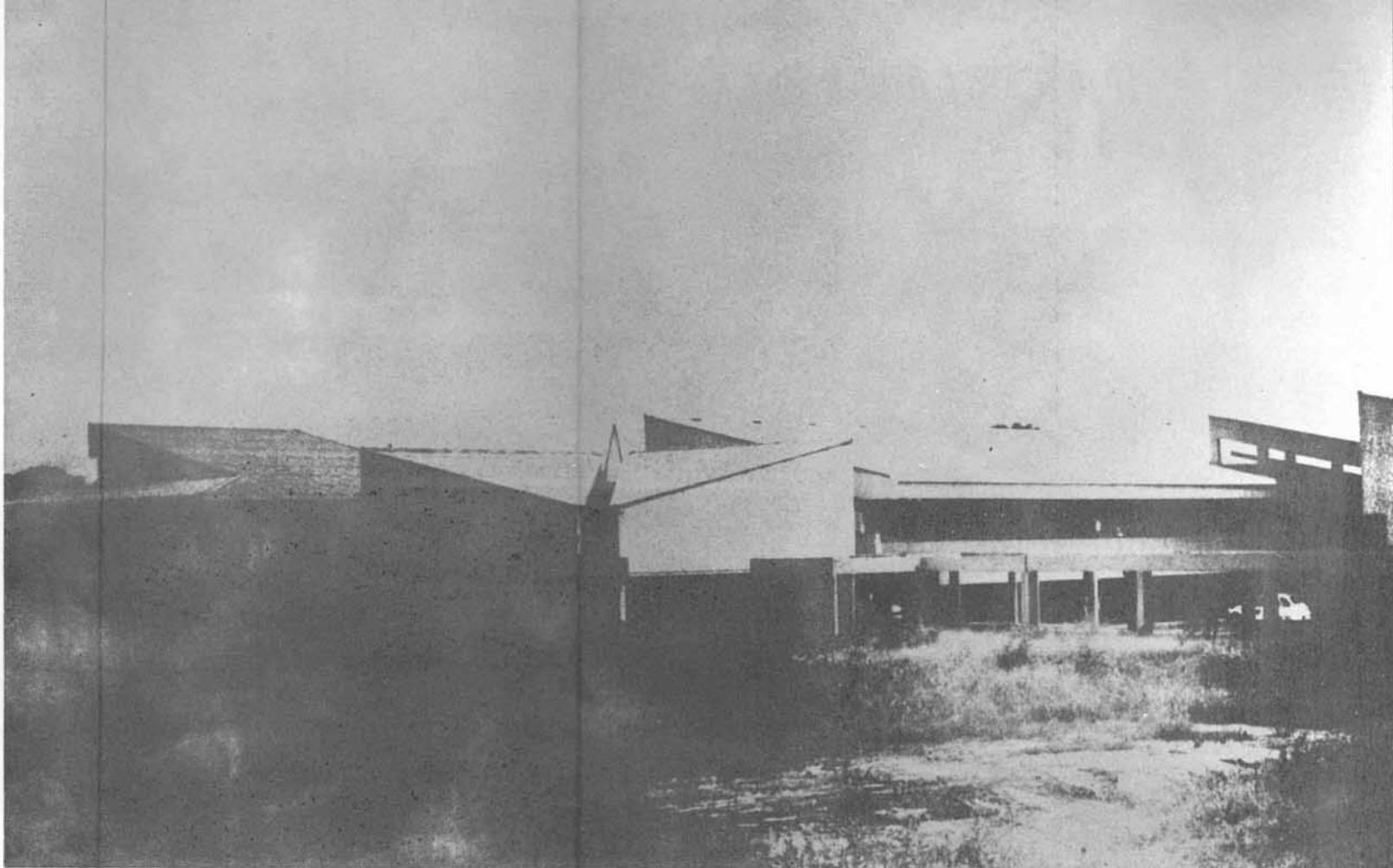
edições INEP



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

ANO 1
RELATÓRIO ANUAL
DE ACTIVIDADES
OUT.84 A OUT.85

edições INEP



I Estimular a investigação científica em todos os domínios
N em ordem a reforçar a consciência nacional
E e promover o desenvolvimento económico
P Centralizar toda a documentação disponível
colocando-a ao serviço do estudo e da pesquisa
Coordenar os projectos de investigação em curso no país

SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

- * *Editorial*
A DIRECÇÃO DA REVISTA
- * *A Guiné-Bissau à procura de um modelo social*
CARLOS LOPES
- * *A reconstrução da história contemporânea da Guiné-Bissau através da oralidade*
CARLOS CARDOSO/DAVID GONZÁLEZ
- * *O arroz ou a identidade dos Balanta-brassa*
DIANA HANDEM
- * *Família guineense: estabilidade e transformação*
GERTRUD ACHINGER
- * *Aproveitamento da energia solar na Guiné-Bissau: perspectivas e problemas*
ABDULAI SILÁ
- * *Os Censos e as sociedades camponesas*
RUI RIBEIRO
- * *Investigação sobre a história do ensino na Guiné-Bissau*
ALEXANDRE FURTADO
- * *Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual*
JEAN PIERRE LEPRI
- * *25 anos de estudos africanos na América Latina*
DAVID GONZÁLEZ
- * *Actividades do INEP*
- * *Notas de leitura*

EDITORIAL

Uma análise crítica das realizações do nosso país durante o primeiro decénio da sua existência como Nação livre e soberana, conduz infalivelmente à conclusão de que no domínio da investigação científica, mais do que em qualquer outro, ficámos muito aquém do que se esperava. Se é verdade que a debilidade financeira e demais carências herdadas do colonialismo tornava a investigação numa tarefa particularmente difícil, não é menos verdade que elas não podem justificar por si só — antes de mais por caracterizarem todo o sistema nacional — a inexistência, de facto, de uma política de investigação e de instrumento para a sua aplicação.

A ausência de uma publicação de vocação científica ligada aos diferentes domínios das ciências na Guiné-Bissau só se pode justificar, pois, pelo estado incipiente dos esforços científicos nacionais.

Com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e a conseqüente implantação de estruturas, que formam a base organizativa indispensável dos referidos esforços, a investigação científica na Guiné-Bissau entrou numa nova fase. O resultado das actividades do INEP, isto é, o início das primeiras produções sistemáticas no domínio da investigação passaram a exigir a criação de uma publicação regular, ainda que modesta.

Esta exigência torna-se mais evidente se se tiver em conta por um lado a necessidade de dar coerência e organização ao debate científico e de coordenar as ideias nesses esforços que só agora estão a começar e, por outro lado, os benefícios e as vantagens que a divulgação, nacional e internacional, dos resultados de estudos e pesquisas trarão aos esforços empreendidos em prol da dinamização

das actividades de investigação e da promoção do debate científico nacional neste contexto, a criação desta revista de estudos guineenses é mais que oportuna. O nome que lhe foi atribuído — SORONDA é um termo do crioulo da Guiné-Bissau que significa desabrochar, crescer — corresponde ao estado em que se encontram as actividades de investigação no nosso país. Para atingir os objectivos anteriormente mencionados esta revista incluirá trabalhos de carácter científico relacionados com a área de actividades do INEP, designadamente a História Contemporânea, a Sócio-Economia e a Tecnologia, e estará aberta à publicação de trabalhos não só dos investigadores permanentes do INEP e dos seus colaboradores, mas também de outros investigadores nacionais e estrangeiros.

Convém chamar a atenção para o facto do conteúdo, ideias e conclusões dos trabalhos publicados nesta revista serem da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

A variedade dos temas seleccionados para este primeiro número da SORONDA ilustra bem o carácter multidisciplinar que se lhe pretende atribuir. A maioria dos artigos ora publicados são contribuições de investigadores e colaboradores do INEP para diversas conferências ou seminários realizados no país e no estrangeiro assim como para as actividades académicas mensais do INEP.

É indiscutível o valor que a tradição oral tem para os povos africanos e existe um consenso geral no que diz respeito à necessidade urgente de recolher esta tradição como forma de salvaguardar um valor inestimável do nosso património cultural. Mas que metodologia utilizar na recolha?

Uma vez conquistada a independência política e na via da consolidação da nossa nação africana forjada na luta, põe-se a questão: que modelo social para a Guiné-Bissau?

Para haver desenvolvimento há que resolver o problema energético nacional. Na procura de soluções para este problema deve-se ter em conta as chamadas novas e renováveis fontes de energia. Que perspectivas e que possibilidades de aplicação de energia solar?

Laços históricos unem os povos da África e das Américas. Após a independência dos países africanos o relacionamento entre estes dois povos ganhou uma outra forma e uma nova dinâmica. O que foi feito nos últimos 25 anos na América Latina em termos de estudos de África?

Estas são algumas das questões a que se procurará dar resposta nesta revista.

Por outro lado, a construção da unidade e o fortalecimento da consciência nacional requerem, entre outros, um conhecimento profundo da realidade sócio-cultural do nosso país. Daí a divulgação nesta revista de trabalhos que julgamos venham a contribuir para esse objectivo, tais como: «Os censos e as sociedades Camponesas», «O Arroz e a Identidade dos Balantas-Brassa» e «Família Guineense: Estabilidade e Transformação».

Porque pretendemos fazer da SORONDA uma tribuna de debates solicitamos a todos quantos estão engajados na investigação no nosso país — quer nacionais, quer estrangeiros — e que estão interessados em publicar os trabalhos realizados que no-los enviem.

Muito interessados estamos em conhecer — e agradecemos de antemão — a opinião dos nossos estimados leitores sobre os trabalhos ora publicados. Agradecemos igualmente toda e qualquer sugestão que possa contribuir para a melhoria desta revista.

Finalmente, esperamos que com a publicação da SORONDA venha a ser preenchida a lacuna há muito existente e que, sobretudo, ela venha a ser um elemento catalizador do debate científico nacional.

Bissau, Janeiro de 1986.

A Direcção da Revista

A GUINE-BISSAU A PROCURA DE UM MODELO SOCIAL

por Carlos Lopes (*)

O presente artigo reproduz a intervenção realizada pelo Director do INEP no Seminário «Portugal, os EUA e os países africanos de língua oficial portuguesa», que decorreu em Lisboa, de 14 a 16 de Maio de 1985.

Como nota prévia e citando o sociólogo Goran Therborn, chama-nos o seu autor a atenção para que «a verdade dum ciência e a sua situação e função social são mutuamente irreduzíveis mas, ao mesmo tempo, a relação entre o que se produz e onde se produz nunca é mera contigência. Assim é em todas as empresas científicas e desta forma, é particularmente importante no caso das disciplinas cujo objecto é o mundo social de que elas fazem parte. A crise contemporânea das disciplinas sociais tem a sua origem nas mutações sociais que questionam, mais ou menos seriamente, tanto a sua verdade como a sua relação com as diferentes classes e instituições sociais (1). E acrescenta: Apresentando em traços sucintos a evolução histórica da sociedade guineense poderemos demonstrar a indispensável visão metodológica e conceitual que nos anima, de forma a poder desfigurar os equívocos interpretativos que nos acusariam facilmente de subjectividade, esse crime tão hediondo.

() Carlos Lopes é licenciado em Sociologia pela Universidade de Génève. Fez o mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na mesma Universidade e em História de África na Sorbonne, de Paris. É Director do INEP desde a sua criação.*

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE GUINEENSE (2)

Uma série de acontecimentos que catapultaram a Europa permitiram que fossem criadas as condições necessárias para a aventura de Portugal, no século XV.

A atracção pelo oceano era compreensível num país à «beira-mar plantado» onde quase todas as cidades importantes eram portos comerciais florescentes. A situação geográfica dos lusos tinha-lhes ainda permitido escapar à razia da Guerra dos Cem Anos.

A reconquista dos territórios muçulmanos antes da Espanha disponibilizou os nobres para novas aventuras militares ao que a burguesia das cidades estava ansiosa para associar objectivos económicos. A revolução de 1383 que levou ao poder a dinastia de Avis, favorecia, mais do que em qualquer outro país europeu, a política das cidades e fazia de Portugal um país novo e disponível.

O Infante D. Henrique, intitulado «O Navegador», preocupou-se primordialmente em cercar pelo mar o domínio dos Almorávidas que pensava estender-se ao sul do Sahara. Foi estabelecida como prioridade das prioridades a descoberta geográfica da costa da Guiné.

Em 1446 Nuno Tristão a quem se imputa o reconhecimento do Cabo Branco e de Arguim lança-se pelos rios da Guiné e, segundo o cronista Gomes Eanes Zurara, é morto com a maior parte da tripulação de 24 homens, a 60 léguas do Cabo Verde.

Dez anos mais tarde, Diogo Gomes acompanhado de Cadamosto explorava o Rio Grande (Geba) tendo os seus discípulos, muito mais tarde, erguido em Bissau, uma estátua sua, como prova da contribuição pessoal que este dera à «grandiosidade da História dos Portugueses». Nas suas relações locais, Diogo Gomes teve mais sorte de que os seus sucessores. Relatou:

«E eu Diogo Gomes tive muito tempo depois uma âncora que me deu de presente o rei dos pretos. E eu fui o primeiro cristão que fiz paz com eles, e este rei se chama Nomemains e é senhor de muitas almadias» (3).

Na sua segunda viagem por aquelas paragens, Cadamosto explorou os Bijagós. Em 1462 (?) Diogo Gomes e António Nolli descobrem as Ilhas de Cabo Verde, desabitadas, cuja capitania é oferecida pelo rei ao segundo deles.

Estavam lançadas as bases para o alargamento do comércio português nesta área até então desconhecida dos europeus. Dois conditionalismos motivaram esta acção, para além dos interesses mercantis: a guerra santa contra o islão e o alargamento da corôa portuguesa para além-mar.

As primeiras relações entre os súbditos da corôa portuguesa e as autoridades africanas que encontraram, eram de respeito comum. Diz-nos Teixeira da Mota que:

«Assim sabe-se que Pero de Évora e Gonçalo Eanes estiveram no Tucurool (Tekrur) e eles e outros portugueses entraram em contacto com o célebre Temala, «Rei dos Fulos», (Coli Tenguela) que já nessa altura devia dominar no Tekrur. Também se chegou ao «rei de Tungubutu (Tombuctu). Rodrigo, Pero Reinel e João Colaço foram numa Embaixada ao Mandi Mansa (Alto Níger), só conseguindo regressar Pero Reinel; outro emissário, partindo do castelo da Mina, também chegou até à mesma região («Rei de Songo»)» (4).

Estas missões foram as primeiras do género e conseguiram estabelecer contactos mais profundos com os reis africanos. Nessa altura a situação política na região era particular.

Após o declínio do Império do Ghana, era o Império do Mali que servia de órgão centralizador da região, cujo apogeu foi nos séculos XIII e XIV.

Mas o Império do Mali está intimamente ligado à epopeia de Sundyata, seu fundador no ano de 1235 após a vitória sobre Soumaoro, na batalha de Kirina. «O sentimento nacional mandé, que suscitava a vitória de Kirina, fazia surgir um Estado» (5), cuja capital seria Niani, a sul da Guiné-Bissau actual.

De entre os sucessores de Sundyata, o nome de Kankou Moussa é particularmente citado e enaltecido pela tradição oral. Este Im-

perador cujas riquezas eram cobiçadas até em Portugal, fez uma famosa peregrinação a Meca, nos primórdios do século XIV. O território dos Mandingas era nessa altura tão vasto que demorava «1 ano a ser percorrido a pé». As dificuldades para controlar um tão largo espaço fizeram-se sentir e os vassallos (farins) do Imperador começaram a encarregar-se de tarefas centralizadoras e proclamaram-se Reis (Mansas). De entre os mais importantes contava-se o Mansa de Gabú que continuou a ser suserano do Imperador do Mali. Assim à chegada dos Portugueses, a dominação mandinga na Guiné-Bissau actual, era tão grande que depressa os colonos tiveram de se adaptar a esta realidade. Aliás souberam tirar partido dela como veremos mais adiante. As relações entre D. João II e os chefes mandingas são o principal testemunho desta característica da presença colonial portuguesa.

Os Mandingas eram assim um dos povos invasores vindos do interior de África que empurraram toda uma série de pequenas etnias para a costa. Com eles os Fulas utilizaram a mesma tática.

Coli Tenguela, um dos primeiros conquistadores fulas mencionados pela História, conquistou o Futa-Djalon e alargou as fronteiras da implantação da sua etnia por largas áreas da África Ocidental, nos séculos XV - XVI. Mas os Fulas e Fulacundas não fundariam nenhum Estado na região até ao século XVIII, tendo-se submetido até essa data ao poder mandinga.

Mas a diferença fundamental entre os povos da costa e os do interior é de origem política.

Os segundos organizados em forma de Estado, islamizados, com uma centralização política e divisão de classes distinguem-se dos primeiros, considerados pelos Portugueses mais atrasados.

Utilizaremos a noção de Amílcar Cabral de sociedades horizontais e verticais para dissecarmos as características sociais destes grupos étnicos, que nos permitirão melhor compreender os fenómenos actuais da Guiné-Bissau.

O impacto das formas de administração colonial só afectou os poderes endógenos, a partir do século XIX, ao contrário do que se possa imaginar. Esta constatação permitir-nos-á de chegar desde

já a duas conclusões fundamentais: é preciso libertar-se da ideia de que existiu um domínio colonial português antes do século XX e é necessário ligar a resistência tradicional ao colonialismo à luta de libertação nacional, separadas uma da outra apenas por algumas décadas.

Como dizia Amílcar Cabral, *«não há conflitos reais entre os vários povos da África. Apenas existem conflitos entre as suas élites. Quando os povos tomarem o poder nas suas próprias mãos, como farão concerteza dada a marcha dos acontecimentos neste continente, desaparecerão todos os grandes obstáculos a uma efectiva solidariedade africana. No nosso caso já estamos a ver como os vários povos que constituem a Guiné estão a descobrir na prática, cada vez mais, que a cooperação é possível e útil, conforme se vão libertando de atitudes de fricção tribal atitudes que eram encorajadas directa ou indirectamente, pela dominação colonial e pelas suas consequências. Na minha opinião pessoal este processo de integração já tinha realmente começado antes da conquista portuguesa e foi detido pela imposição do sistema colonial»* (6).

Esta reflexão condiz com a realidade, e articula-se dialecticamente com as noções de nacionalismo cultural e de nacionalismo territorial (7).

No entanto não é possível avaliar a evolução do que virá a ser a Guiné Portuguesa após a Conferência de Berlim — que este ano comemora os seus 100 anos de existência — sem conhecer as estruturas de poder que se desenvolveram antes do século XIX.

Neste âmbito os investigadores guineenses e os seus colegas dos países vizinhos têm analisado com uma certa estupefacção o papel importante que parece ter desempenhado o Estado Mandinga que foi o Reino do Kaabú.

Ocupando o território que actualmente constitui a Guiné-Bissau, a Casamance, a Gâmbia e a Região de Labé na Guiné Conakry, o Reino fundado por Tiramagham, oficial do exército do célebre Sundyata Keita, fundador do Império do Mali, parece ter resistido às interpéries mais respeitadas da presença colonial. Com os seus

cinco séculos de existência — do XIII ao XVIII — ela rivaliza em influência a projectada e propagandeada «civilização das feitorias», desenvolvida pelos grandes Impérios europeus.

Seria moroso definir neste quadro o estudo da evolução de conhecimentos sobre esta riqueza histórica incomensurável que foi a organização em forma de Estado do Kaabú, que Rodney não hesita em classificar como o maior traficante de escravos da região (8).

Muitos perguntarão se se pode falar de Estado. A resposta é-nos proposta pela noção comum sintetizada por Vansina, Mauny e Thomas, segundo a qual «um sistema estatal pode definir-se como uma estrutura política caracterizada pela diferença de «status» entre o governante e o governado. Um tal sistema é fundado não somente nas relações de parentesco, mas igualmente numa base territorial. O índice mais significativo é a presença de instituições políticas, é o exemplo de pessoas investidas de poderes que possuem uma autoridade secular exercida sobre outrém no interior de espaços territoriais dados, incluindo sanções efectivas em caso de desobediência. Por outro lado, estas instituições devem ser hierarquicamente coordenadas» (9).

Um conjunto de estudos concluem que o Kaabú reunia estas características e a influência da sua forma de organização centralizada reflectia-se em quase todos os grupos étnicos a região (10).

A mandinguização é um fenómeno real que provocou inclusivamente o desaparecimento de culturas autónomas. O mundo Kaabunké foi um sério entrave ao desenvolvimento pulverizado do comércio colonial e parece estar na origem da hostilidade que os europeus encontravam nesta parcela da costa, fazendo a reputação rebelde do povo das «Guinés».

A evolução histórica do território pode pois resumir-se a uma constatação: *resistência*.

1.1 A RESISTÊNCIA DISPERSA

Os povos do litoral tiveram que resistir às invasões dos Fulas e às incursões mandés que estão na origem da criação do Kaabú. Os

povos do litoral tiveram pois uma participação marginal nas grandes rotas comerciais e no seu sistema de auto-consumo encontraram um equilíbrio, apenas golpeado pela tributação que — introduzida pelos Mandingas — alterou esta precária reprodução económica.

Esta resistência iria manifestar-se sobretudo contra o tráfico de escravos, base do comércio triangular que liga as histórias, dos nossos países africanos, de Portugal e dos Estados Unidos da América.

O historiador português João Barreto no seu livro sobre a «*História da Guiné*» fala-nos da escravatura:

«Também, entre os povos europeus, houve quem tratasse os escravos negros com requintes de malvadez e brutalidade inauditas. Tais processos eram incompatíveis com o temperamento bondoso e humano do povo português, naturalmente avesso a ódios e distinções étnicas. Se a escravatura foi um mal, condenável sobretudo nos seus abusos, Portugal teve nele um quinhão pequeno em relação a outros povos coloniais, seja pelos benefícios materiais que auferiu, seja pela forma benévola e paternal por que tratou os seus escravos» (11).

Quer isto dizer que os africanos só tinham escravos para trocar contra os produtos europeus?

Uma constatação simples levar-nos-ia a afirmar que o facto de o tráfico negreiro constituir a principal faceta da presença europeia em África até ao século XIX, prova por si só que este continente desempenhava no mercantilismo internacional um papel secundário. O de fornecedor de mão de obra para as Américas, produtores dos novos sonhos do velho continente. Esta imagem pode deturpar a realidade mais complexa. Como nos diz Valentim Alexandre:

«O próprio desenvolvimento em grande escala do tráfico desmente esta perspectiva: a exportação anual de milhares de homens, durante três séculos, só foi possível porque já existiam em África redes complexas de circulação de bens que, adaptando-se às condições do tráfico transoceânico, permitiram

obter e drenar para a costa a grande massa de escravos depois transportados para as Américas» (12).

Claro que deste comércio todos tiraram partido, e os Portugueses a sua parte, já que tanto precisavam desta relação económica para a acumulação primitiva de capital.

Mas o que mais nos interessa referir é que no território dos «grandes rios», o comércio de escravos jamais pôs em causa autoridade político-territorial dos autóctones, em relação aos negociantes europeus.

O cronista Gomes Eanes de Azurara ao descrever uma das viagens de Nuno Tristão, dá-nos conta do primeiro confronto entre «Guinéus» e Portugueses (13). A cena passa-se em 1446 e aí começa a *resistência* contra os europeus. Ela vai-se tornar flexível em função do comportamento dos comerciantes. Quando estes tentam alargar a sua capacidade de contrôle, ou mesmo de administração, a resistência acentua-se. Sempre que estes se vergam aos interesses dos chefados ou Estados Africanos, os contactos são pacíficos.

A simplicidade desta análise toma porém todo um carácter quando sistematizamos em pormenor as relações de poder entre os dois povos. Ficamos espantados com a resistência extraordinária que tiveram os autóctones para com a dominação estrangeira. Decidimos ilustrar as nossas hipóteses com uma cronologia factual, estabelecida a partir de dados recolhidos na «*História da Guiné*» de João Barreto, já de si caracterizado por uma visão colonial da história, e outros trabalhos de historiógrafos portugueses.

1588 — André Álvares de Almada, refere os vexames a que os comerciantes portugueses estão sujeitos em Cacheu.

1640 — Primeiras feitorias portuguesas hostilizadas. João Barreto reconhece que só uma cuidadosa política de amizade livrava os Portugueses de serem expulsos. O capitão-mor de Cacheu presentia os régulos da região.

1679 — Os régulos da Mata e de Mompataz insubordinam-se contra a Praça de Cacheu, que pede auxílio a Cabo Verde.

1687 — O régulo dos Papéis, Bacampolco recusa a autorização de instalação aos Franceses. Os Bijagós, têm a mesma atitude em relação à ilha de Bolama.

1696 — O régulo Incinhate recusa a submissão às autoridades da fortaleza de Bissau.

1697 — O régulo Incinhate pede explicações ao capitão Pinheiro sobre um suposto embargo decretado por este.

1698 — Cerco à fortaleza de Bissau, seguindo-se uma guerra contra o presidio.

1707 — Os régulos aumentam o imposto sobre os navios que acostam, que passa para mais de 100 mil reis em dinheiro, acrescidos de outros produtos.

1708 — Destruição do forte de Bissau, a população portuguesa refugia-se em Cacheu.

1753 — Ataque à nova fortaleza de Bissau, comandado pelo Régulo Palanka.

1754 — Devido aos ataques é construído um novo forte em Bissau.

1765 — Construção de um novo forte em Bissau (existente ainda hoje, forte da Amura).

1792 — Os Bijagós escravizam cidadãos ingleses, vendendo-os depois pelo mesmo preço dos outros escravos.

1828 — O régulo de Canhabak recusa a venda «dos seus terrenos, nem aos portugueses, nem a outra qualquer nação». O rei Beafada faz a mesma recusa aos Portugueses.

1837 — Um relatório do comandante Dagorne, governador francês de Gorée, assinala que «relatórios antigos, dignos de toda a fé permitem concluir que os Franceses abandonaram os rios da Guiné pelo carácter perigoso dos indígenas daquelas regiões».

1838 — O régulo Ononton, do ilhéu do Rei vende o seu terreno aos Portugueses.

1843 — Honório Barreto no seu famoso relatório, assinala que «os estabelecimentos são cercados por gentios mais ou menos insolentes que geralmente dominam os Portugueses; e com aqueles o governo local sempre transige apesar do que se tem escrito; (...) os gentios conhecendo esta fraqueza abusam; cada dia requintam em exigências, já ao Governo, já aos Particulares, que se vêem obrigados a ceder a tudo para evitar um mal maior. (...) Os gentios conterrâneos são insolentíssimos. (...) Por cada navio que entra no Porto, o governo paga a dois régulos gentios um imposto, (...) a ignorância ou malvadez, e a má política, tem sido tal que a taxa dos navios nacionais (Portugueses) é o dobro da que pagam os Franceses e os Ingleses».

1844 — O régulo de Intim faz massacrar alguns europeus, provocando uma guerra com Portugueses, tendo estes pedido o auxílio aos Franceses, Ingleses e Americanos. A guerra demorou três meses e meio, tendo terminado com um tratado de paz, que foi assinalado com uma salva de 21 tiros. Quatro meses depois recommçaram as hostilidades por mais alguns meses.

1847 — Revolta dos Mandingas contra o presídio de Farim, que é obrigado a pedir auxílio a Cacheu.

1853 — Insubordinação do presídio de Geba. O Comandante de Bissau, Francisco de Azevedo não conseguiu dominar a revolta e foi com a ajuda de Honório Barreto que se estabeleceu um plano e paz.

1856 — Honório Barreto compra terrenos aos chefes Beafadas. De passagem por Bissau, o governador interino solicita a sua presença para a manutenção da ordem entre os Papéis vizinhos.

1861 — Guerras entre Portugueses e Beafadas nas regiões de Bambadinca e Geba. As populações de Churo, Cacanda, Pecau e Mata declararam por sua vez guerra à Praça de Cacheu.

1871 — Lutas entre Papéis de Cacanda e militares Portugueses.

1878 — Massacre de uma força militar portuguesa pelos Felupes no rio Bolôr. O régulo Felupe de Jufunco declarou-se Senhor da região.

1879 — Início de lutas entre Fulas e Portugueses que durarão 20 anos, na região de Forreá e de Buba.

1882 — Resistência dos Beafadas de Jabadá contra a penetração portuguesa.

1883 — A povoação de S. Belchior é atacada por Fulas-pretos, comandados por Densá. Lutas entre Portugueses e Balantas na região de Nhacra.

1884 — Resistência das tabancas de Jebelor, Jebocuer e Bori, contra uma coluna portuguesa capitaneada por António Machado. Os Felupes aprisionam uma chalupa portuguesa em Boqué.

1885 — Mussá Moló impõe o seu comando ao presídio de Geba.

1886 — Os comerciantes de Geba revoltam-se contra Mussá Moló, provocando uma guerra que vai durar vários meses. A prisão do régulo Corraim de Ganadú, pelos Portugueses, provoca uma revolta na região de Geba.

1890 — Guerras entre Portugueses e os Fulas-pretos comandados por Moli Boiá, que durarão um ano e meio. Ataque dos Papéis de Intim contra os Portugueses, que são obrigados a pedir reforços à fortaleza de Bissau. Esta guerra durou três anos.

1894 — Novo ataque dos Papéis, ajudados por Balantas, à fortaleza de Bissau.

1895 — Campanha portuguesa contra o Forreá e o Kaabú, que durará vários anos.

1897 — Revolta dos Oincas originada pela tentativa de imposição de novos impostos. Resistência dos Manjacos de Caió que infligiram uma derrota fulminante aos Portugueses. Relatório do co-

mandante português sobre a derrota da sua coluna: «Mal tinham sido trocados uma centena de tiros e a coluna, constituída por mais de 3 000 homens, ficava reduzida a menos de 200! Como se explica o facto? Não podemos atribuir ao medo a fuga dos auxiliares, porque o inimigo não tivera ainda ocasião de demonstrar a sua superioridade. A debandada começou logo aos primeiros tiros, segundo o plano já premeditado por Infali Soncó e tacitamente aceite pelos Fulas de Mamadú Paté».

1898 — Nova tentativa de dominação dos Oincas, sem resultado.

1902 — Segunda guerra de Oio, que se prolonga por vários anos.

Pensamos que esta sùmula de dados terá permitido constatar a importância dos choques militares do século XIX que se prolongarão por todo o século XX, praticamente até à independência.

Convém no entanto referir que inúmeras transformações se operam nas estruturas administrativas da Guiné até à sua autonomização em 1879, que poderão ser apreciadas no trabalho de Arnaldo Brazão (14). Este autor traça uma panoràmica negativa da situação prevalecente na altura em que foi aprovada a carta orgànica de 1869: «É no meio de um tumultuar permanente, ora provocado por rivalidades entre os brancos que dominavam a administração pública da colónia, ora provocado pelo estado de guerrilha em que se vivia, situação endémica de indisciplina geral, os serviços públicos embora muito sofressem, iam organizando, estabelecendo e alargando a sua influência benéfica e disciplinadora».

Nesta altura a principal organização administrativa eram os serviços alfandegários, que funcionavam nas duas capitãncias de Cacheu e de Bissau. Já em 1834 Bissau tinha-se transformado em sede da comarca devido à importância do seu comércio e aí estavam instalados a Recebedoria Geral da Prefeitura e Alfândega da Guiné.

É a época da presença influente de Honório Barreto graças a quem os Portugueses puderam alargar o seu domínio. Dizia este mestiço, (que foi várias vezes governador da Guiné), que o domínio português na região estava seriamente ameaçado. «A total falta de

Leys é uma não pequena causa dos males, que sofrem resignados estes Habitantes. Antes de se estabelecer nesta Província a Prefeitura, em 1834, havia uns tais ou quais usos e costumes, uma tal ou qual rotina, que eram já olhados como Leys». Para acrescentar que «em 1835, julgo eu, se restabeleceu o antigo sistema de Governo militar só respectivamente ao título; porque as attribuições sempre foram, e são, omnimodos, as mesmas do Governador de uma Praça sitiada» (15).

Os lamentos de Honório Barreto não eram muito atendidos por Lisboa preocupada com o ultimato inglês de 1890, desenvolvendo o tema nacionalista num país de capitalismo dependente, como forma de compensar a sua subordinação nas relações internacionais. No entanto é a partir desta conjuntura que vai nascer o conceito de aniquilação de todos os centros de decisão política e económica dos povos africanos. Assim se explica, por exemplo, que a vida administrativa da Guiné tenha sido remodelada e que o território tenha sido proclamado, em 1892, Distrito Militar (16).

Pode pois considerar-se que não foram as medidas de política colonial elaboradas pelo Conselho Ultramarino, recriado em 1851 que modificaram os dados políticos da Guiné. Sem subestimar a sua importância a nível económico pensamos que foram as acções militares que contrabalançaram a, até então manifesta, inferioridade dos Portugueses.

No seu relatório de 1836, o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Sá da Bandeira, dizia que «o Rio Grande da Guiné», que corre nos nossos territórios em terras férteis, comerciais, e duma extensa navegação, não possui uma só povoação portuguesa» (17). Esta afirmação exagerada não correspondia à verdade. Mas ela é sobretudo o testemunho da vontade feroz das elites portuguesas em incitar à ocupação, à exploração directa dos territórios africanos. Tratava-se de recuperar as perdas do Brasil, a todo o custo.

Silva Cunha, Ministro do Ultramar não tinha medo de dizer em 1952, que no século XIX de facto se verificava «nas colónias uma ausência de acção directa das autoridades portuguesas sobre as populações indígenas, fora do raio de acção, muito limitado, dos estabelecimentos do litoral ou do interior». Reconhece que se vivia

num regime de administração indirecta, «desprestigiante», dado que a direcção e a fiscalização escapavam completamente às autoridades portuguesas (18).

A inoperatividade da aplicação do Direito Criminal e Direito do Trabalho existentes na metrópole, ao Ultramar, foi tida em conta nos fins do século XIX, e assim irão nascer uma série de leis destinadas aos «indígenas»: o direito privado dos indígenas, o código de trabalho (decreto de 1875) completado com uma legislação de 1899 sobre o trabalho forçado... mas sobretudo a intervenção do governo nas eleições dos régulos e a obrigação do pagamento de um imposto de soberania, vulgarmente conhecido por imposto de «palhota», em 1894 (19).

As primeiras tentativas para a cobrança deste imposto foram feitas na região de Farim e provocou a conhecida resistência dos Oincas, a partir de 1897.

As tentativas de introdução da lógica capitalista vão agora começar a esboçar-se seriamente e, serão o signo das transformações no século XX.

As resistências étnicas deste século são mais conhecidas talvez porque as campanhas de pacificação de Teixeira Pinto demonstraram sem equívocos que o paternalismo português — de que tanto se orgulhavam os historiógrafos portugueses — não foi assim tão notório.

Com o Governador Júdice Biker em 1900 começou o século, e de novo a palavra resistência retintiu nas mentes a propósito da guerra de Canhabak que este empreendeu aos Bijagós. Tentou igualmente castigar os «gentios rebeldes de Junfunco e Oio». Depois foi Cuór em 1907 que se prolongou até 1909.

A visão segregacionista e as imposições da Conferência de Berlim em relação o contróle territorial efectivo vai despoletar rancores nunca vistos que ainda estão marcados nas mentes das populações guineenses. A ideologia da pacificação vai contribuir para o nascimento do protonacionalismo. «*A África não existe*», gostava de repetir o ditador português.

1.2 A RESISTÊNCIA UNIFICADA

Uma curiosa publicação de 1916, assinada por um advogado de Bolama — Sr. Loff de Vasconcelos — intitulada «*A defesa das Vítimas da Guerra de Bissau. O extermínio da Guiné*» (20), dá-nos uma ilustração muito interessante das divisões que a prática da pacificação provocava no interior dos próprios adeptos da presença colonial. Este panfleto acusatório, de leitura ávida, sem o querer, constitui peça rara de avaliação das premissas políticas que conduziram ao nascimento do nacionalismo africano.

Este fenómeno protonacionalista só agora começa a ser objecto de estudo (21) sabemos já que ele é o antecessor do nacionalismo moderno no qual se vão inspirar os movimentos de libertação. À fundação da «Liga Guineense» estão associadas outras actividades animadas pelos assimilados de Bissau, Bolama e Cacheu, onde pela primeira vez é questão de procurar o vector comum através da diferenciação em relação ao «português da Metrópole». Nessa etapa nova da resistência distinguem-se alguns guineenses ainda vivos, embora de idade avançada, que é urgente entrevistar, como é o caso de João Seabra, de Canchungo.

A resistência unificada vai, no entanto, ser possível só após a criação do PAIGC. Sobre os seus antecedentes, que passam pelas fileiras da militância comum feita em Lisboa pelos líderes do nacionalismo moderno dos «5», muito se disse.

Sobre o desenvolvimento histórico do fenómeno nacionalista guineense, eminentes especialistas, entre os quais os americanos e portugueses, já tiveram a oportunidade de se debruçar. Seria pois moroso referir as etapas principais desta nossa história recente, cheia de vicissitudes, mas também de vitórias.

Um lugar de destaque merece a produção teórica de Amílcar Cabral, pela dimensão transcendente ao único caso da luta armada na Guiné-Bissau que tal obra contempla.

Cabral foi capaz de dimensionar o fenómeno nacionalista nas suas diferentes componentes, privilegiando o facto cultural e vendo na insurreição, sobretudo um acto de cultura (22). Qual é a mais be-

la prova de civilização que um povo que pega nas armas para lutar pelo seu destino e para ser senhor dos seus objectivos?

O PAIGC pela sua acção armada, mas sobretudo política e social transformou-se no verdadeiro representante do povo da Guiné e Cabo Verde e essa legitimidade histórica pode ser comprovada por inúmeros elementos que não vamos aqui identificar.

A resistência unificada tinha um objectivo preciso, sobre o qual todas as identidades tanto parcelares como colectivas estavam de acordo: a *independência*. Esta conjugação de forças seria a motivação de todas as acções e de todos os investimentos humanos.

2. A FORMAÇÃO SOCIAL GUINEENSE

Na Guiné-Bissau existem numerosas etnias com características diferentes mas que podem ser sumariamente divididas em dois grupos, se seguirmos a terminologia utilizada por Cabral de sociedades horizontais e verticais. As primeiras seriam caracterizadas por uma estrutura económica e de poder não centralizada, enquanto que a segunda — sobretudo os Fulas e Mandingas — conheceriam já uma estratificação social avançada e um poder centralizado.

Este conjunto aparentemente heterógeneo convive no mesmo espaço geográfico numa perfeita integração territorial. Este facto não deixou de provocar uma constante interligação económica e um relacionamento cultural intenso, de que a existência de uma língua veicular comum — o kriol — é um testemunho.

Se nós tentarmos analisar a natureza dos modos de produção existentes e das relações de produção presentes isso possibilitar-nos-á conhecer que excedentes existe nestas sociedades e como é que ele é utilizado. Ora Samir Amin diz-nos que é à volta deste fenómeno que nós podemos caracterizar uma formação social.

A distribuição interna de excedente revela-nos a estratificação (23) social e os grupos sociais. Se existe excedente é porque o estado de avanço das forças produtivas implica já uma característica divisão social do trabalho. Mas a natureza deste excedente pode variar como pode variar o modo de produção que permite a sua exis-

tência. Devemos no entanto reter que uma formação social é, portanto, um conjunto de modos de produção que coexistem e interdependem numa relação integrada.

Como se passará na Guiné-Bissau?

2.1 MODOS DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Samir Amin diz-nos que os modos de produção primitivos são todos caracterizados pela organização de trabalho dividida entre uma base individual (a pequena família) e uma base colectiva (a grande família, o clan); o meio de trabalho essencial é a terra, propriedade colectiva do clan, cujo uso é aberto a todos mas em função de regras precisas (utilização de parcelas distribuídas às famílias). Por outro lado, não existem trocas mercantis e a distribuição dos produtos é sujeita às regras de parentesco (classes de idade).

O acesso à terra é hierarquizado e de maneira nenhuma existe uma perfeita igualdade entre os membros do grupo, mas a base económica é mais ou menos igualitária (24).

Estas características correspondem às que poderíamos encontrar em certas etnias como os Balantas ou os Diolas/Felupes no seu estado puro.

Quanto aos Fulas e aos Mandingas o seu modo de produção é caracterizado pela divisão da sociedade em duas classes (mais avançada ainda nos Mandingas) principais — os produtores, camponeses ou pastores organizados em comunidades e os dirigentes que se encarregam das questões políticas, que se encarregam da guerra e para cujas funções recebem um tributo (nem sempre mercantil). O seu modo de produção pode ser classificado de tributário.

No plano da posse jurídica da terra regista-se uma transição e no caso que nos concerne os dirigentes apenas têm uma posse territorial que efectivamente não corresponde a nada. No capítulo sobre as formações pré-capitalistas do «*Développement inégal*», Amin diz-nos que a saída normal do m.p.t. é exemplificada pela contradição «permanência da comunidade/negação da comunidade pelo Estado».

Outra das características demarcadas do m.p.t. é a presença dos circuitos de comércio longínquo que são tão presentes em toda a África Ocidental ainda hoje.

Mas estas características económicas da produção própria às etnias guineenses serão suficientes para concluirmos sobre as relações de produção existentes.

Com efeito todas as formações sociais pré-capitalistas são caracterizadas pela dominação de um modo de produção comunitário ou tributário, pela existência de relações mercantis simples, e de relações de comércio longínquo. Desde a introdução da mancarra que não se pode considerar a economia guineense como dominada por tais preceitos. Eles sobrevivem e existem, mas será que são *dominantes*?

Em todas as sociedades pré-capitalistas o excedente é visível e sabe-se que destino se lhe dá. É o caso dos Balantas. O mesmo se pode dizer dos Bijagós ou dos Beafadas. A instância político-religiosa é figura alienante e os produtores só se alienam da sua produção porque crêem que tal é necessário para a sobrevivência da ordem social.

Quando o desenvolvimento da ordem social exige a manutenção de grupos inteiros (as classes) esta alienação é menos natural e tem de se revestir de uma complexidade muito maior e de um aparelho repressivo. Tal é a função do Estado.

Se considerarmos que o fenómeno estatal é esta forma de expropriação do excedente, desta feita permitindo já uma acumulação, temos de reconhecer que tal situação quando se verifica é já fora do quadro de uma formação pré-capitalista dominante. Eis porque é forçoso reconhecer que a Guiné-Bissau já deixou de ser uma formação social pré-capitalista desde há muito tempo.

A dominação colonial permitiu a introdução do m. p. c. e com ele uma monetarização crescente da economia.

As relações de produção (ou seja a distribuição dos meios de produção) foram alteradas sobretudo a partir dos anos 20 após o

início da colonização sistemática. O que estabelece um paralelismo muito grande com as campanhas de pacificação e com as últimas formas de resistência dispersa.

Marx dizia que ao chegar a determinada fase de desenvolvimento as forças produtivas chocam com as relações de produção existentes. Quando tal acontece vivemos períodos de transição! Crises. Mas «as relações capitalistas de produção distinguem-se das outras por empurrarem as forças produtivas para o seu desenvolvimento» (25). Assim sendo a introdução do m. p. c. modificou substancialmente a realidade social das etnias guineenses obrigadas a confrontarem-se a novos dados económicos. E se fosse este um dos factores da resistência unificada? Os outros estão suficientemente estudados para não nos merecerem uma especial atenção.

Aceitando esta hipótese o tal objectivo comum — a independência — condizia à procura de uma saída para uma crise de valores que afectou grandemente as populações da Guiné-Bissau.

A luta armada aparecendo como única alternativa viável funcionou como válvula de escape de uma heterodoxa situação de conflitos políticos, económicos, sociais e logicamente culturais.

2.2 RELAÇÕES DE PODER E CONTRADIÇÕES

DE INTERESSES

A criação e rápido desenvolvimento do movimento de libertação nacional é a prova mais cabal da crise de valores e da degradação das relações de poder entre colonos e colonizados. O terreno propício para o desenrolar de uma luta armada rapidamente vitoriosa apesar da disproporção quantitativa e tecnológica, nunca teria existido sem uma profunda identificação da maioria da população aos objectivos deste largo movimento.

As contradições de interesses no seio dos autóctones foram, por um instante esquecidas, para permitir a resolução da contradição principal.

Analizando o caso do Paquistão e Bangladesh Alavi resume magistralmente esta contradição:

«A revolução burguesa na colónia, dado que consiste no estabelecimento de um Estado burguês com as estruturas legais e institucionais concomitantes é um acontecimento que tem lugar mediante a imposição do domínio colonial, por parte da burguesia metropolitana. No entanto, ao levar a cabo as tarefas da revolução burguesa na colónia, a burguesia metropolitana tem que cumprir uma tarefa adicional específica da situação colonial. É que a sua tarefa na colónia não era só construir uma réplica da superestrutura que havia estabelecido na própria metrópole; tendo também que criar um aparelho estatal, através do qual pudesse exercer o seu domínio por cima de todas as classes sociais indígenas» (26).

Cabral força mesmo a imagem dizendo que a história própria aos autóctones é como que paralizada e posta a reboque da burguesia colonial, que através deste aparelho de Estado passa a ser a *força motriz*.

Saul acrescenta que é como se a superestrutura estivesse sobre-desenvolvida em relação à estrutura da colónia, já que a sua base radica na metrópole. E quando se dá a independência a superestrutura entretanto criada fica sem base, mas entretanto o Estado colonial já se encontra equipado desses mecanismos e das práticas institucionais durante o período colonial.

Com essa superestrutura o movimento de libertação quando assume o poder tenta aplicar os seus princípios políticos gerais revolucionários. Mas é forçoso constatar que esta etapa não havia sido bem preparada.

Aliás, Alavi acrescenta que «o aparelho de Estado assume também um papel *económico* (a força motriz...) novo e relativamente autónomo que não tem paralelo com o Estado burguês clássico. O Estado na sociedade pós-colonial apropria-se directamente de uma porção muito grande do excedente económico e injecta-o na actividade económica, burocraticamente dirigida para, alegadamente, promover o desenvolvimento económico» (27).

Interpretando o caso tanzaniano John Saul refere que a elite estava empenhada na procura de soluções para esta contradição, tanto política como burocraticamente e tinha aceitado diminuir as suas recompensas materiais (sobretudo em relação aos Estados vizinhos) baseando o seu compromisso numa certa moral e lealdade. O falhanço dos princípios da Declaração de Arusha demonstraram, no entanto, que o compromisso político não é suficiente.

A dependência do sistema económico mundial e a injeção de capitais, a título de ajuda, que aflui após a independência implicam uma cada vez maior dependência, tanto do modelo superestrutural como da verdadeira forma de reprodução económica das relações de produção existentes.

O caso da Guiné-Bissau obedece a todas estas constatações e dado o atraso das forças produtivas agrava ainda mais as contradições entre estrutura e superestrutura.

Por outro lado, a influência cultural que acompanha o recebimento de capitais e tecnologias novas a uma grande intensidade baralha ainda mais os esquemas de interpretação ortodoxos.

A título de exemplo a análise de Richard Jeffries (28) sobre o papel que a aristocracia operária do Ghana joga na consolidação das elites — dado que também beneficiam do excedente expropriado aos camponeses e perfilham o modelo cultural ocidental que lhe é transmitido pelo próprio contacto com novas tecnologias — é igualmente observável em Bissau. Os trabalhadores das escassas fábricas de Bissau estão longe de constituir uma vanguarda da luta operária...

3. *IDENTIDADE NACIONAL E CRISES DE IDENTIDADE*

O modelo de Estado da revolução burguesa assentava na existência de uma nação. (para cuja definição nos remetemos aos trabalhos de Pierre Villar). Ora em África muito raramente o Estado pós-colonial decalca a existência de uma nação com as mesmas delimitações territoriais. A Guiné-Bissau não escapa à regra.

A vivência actual do país é semelhante aos seus parceiros africanos que andam todos a construir a nação, o fenómeno nacionalista não tendo sido suficiente para formular um projecto nacional.

O modelo de nação não será necessariamente baseado num modelo social? É preciso que o território com os seus habitantes tenha um projecto comum. Quando tal se esboçou na luta pela independência imediatamente as bases da nação começaram a aparecer. Mas tudo parou após o içar da bandeira, pelas razões já expostas.

Existem identidades étnicas que sobreviveram às crises vividas nestes últimos decénios. E estupefactos uns descobrem como Bissau está distante do país-país e outros falam de dualidade económica (o tradicional e o moderno).

Um estudo atento dos valores culturais existentes nas diferentes camadas sociais revelaria que estes estão a definir-se em função dos interesses económicos imediatos e que esta tendência se vai acentuar cada vez mais, tendo em conta os desequilíbrios desta sociedade periférica.

A fraca acumulação económica da sociedade vai inflectir ainda mais na exogeneidade da superestrutura. Contra tais doenças haverá remédios?

É que — diz-nos Samir Amin — «à homogeneidade cada vez maior das formações sociais (do centro) vai-se opôr a heterogeneidade persistente das da periferia». Porque os modos de produção pré-capitalistas são integrados num sistema em que produzem para o centro, servindo o capital dominante. Novas estruturas sociais extremamente hierarquizadas são dominadas pelo grande ausente, a burguesia metropolitana dominante, agora desembaraçada das tarefas de controle político directo. Portanto, *desculpabilizada* (29).

A estrutura social periférica é entroncada e por isso o Estado não se compreende a si próprio. Perante esta realidade a frescura do nacionalismo vai perdendo pontos.

A produção mercantil simples que caracteriza as populações dominadas, permite a sobrevivência da pequena burguesia, mas este facto não chega para compreender todo o sistema de distribuição dos meios de produção. Seria aventuroso designar desde já com o dedo as diferentes etapas da apropriação, até chegarmos à definição da sociedade, no seu sentido mais largo.

Resta-nos pois, concordar com Hélé Béji:

«O responsável político, antigo oprimido, antigo colonizado, anula as suas limitações do momento ou os seus abusos do poder na afirmação de um *absoluto* nacional. Produz então na sua prática uma cadeia invisível de substituições: substitui a adesão total pela liberdade, a confiança cega pela dúvida crítica, a serenidade política pelo sofrimento vivido, o triunfalismo pela lucidez, a ficção do voto pelo acto de votar» (30).

O anacronismo histórico que impõe o Estado pós-colonial anula as boas intenções, dada a prática cada vez mais complexa do poder, que aqui apreende várias concepções de horizontes e identidades diferentes.

Existem as boas vontades para ultrapassar esta situação. Mas o maior perigo é que se identifique como modelo social, o «*discurso nacional*». É que, como adverte Béji, pode-se cair no seguinte confronto:

«Que me importa que no processo obscuro do mundo eu não tenha nenhum peso. O essencial não será em continuar, graças a este discurso (nacional), a reconhecer-me um pouco no meu bairro, na minha rua ou na minha casa? O discurso nacional nomeia-me e situa-me. Ele não é verdadeiro nem falso, é justo; justifica-me, dá-me forças, salva-me do desespero e do absurdo modernos. Está fora do tempo e fora da corruptibilidade histórica. Se não pode ser identificado a qualquer força revolucionária, ainda lhe restará o sagrado, a religião, o amor pela terra natal. (...) Continuará sempre a simbolizar uma certa transparência» (31).

4. *MODELOS COEXISTENTES*

A inexistência de um projecto nacional significa por si só a coexistência de vários modelos.

Assim, apesar do aumento do grau de dependência do país em relação ao sistema económico mundial — fácil de provar com uma rápida leitura das estatísticas — uma boa parte da produção agrícola continua a circular sem precisar de dinheiro. Daí resulta que exis-

te uma produção de subsistência e conseqüentemente um consumo não monetário. Esta percentagem da produção que escapa aos circuitos do mercado aumentou mesmo depois da independência.

Gavin Kitching estudou este problema no Kenya tendo concluído que «se ergue um obstáculo na via através da qual o Estado keniano poderia avançar para se constituir em agência de acumulação de capital, tanto porque parte da «procura interna» cai fora da esfera monetária, não sendo susceptível de ser controlada dentro do domínio da circulação (no qual o Estado é muito activo), porque o Estado keniano não controla a procura de exportação, porque em última instância esta depende do processo de acumulação de capital (...) dentro dos núcleos capitalistas» (32).

Se este obstáculo fosse eliminado o Estado keniano ou guineense teria resolvido o problema do seu modelo económico, já que se transformaria apenas numa agência de acumulação de capital. O Estado tenta então incrementar o volume e a qualidade das mercadorias produzidas, a produção de valores de uso; tenta controlar os mecanismos de preços.

Outra solução é recorrer ao empréstimo externo para financiar o consumo interno e os investimentos que pretende efectuar como condição de manutenção do modelo extrovertido. Este modelo é culturalmente o mais viável para a pequena burguesia.

O próprio aparelho de Estado só consegue seguir o modelo de organização do Estado metropolitano muito de longe. Aqui ele é desorganizado, passivo, corrupto, sem disciplina e com hierarquia fictícia. O choque entre os antigos e os novos valores não é resolvido, a contradição persiste. Assim mesmo o explica Peter Meyns observando atentamente o processo de desenvolvimento de Moçambique (33).

Muitas das iniciativas assumidas friamente como sendo signos de independência em relação ao centro resultam rapidamente como armadilhas vorazes da nova economia «nacional». A título de exemplo a independência monetária implica um custo real muito alto. Se a cobertura da moeda depende dos excedentes reais das exportações sobre as importações e sendo a acumulação condicionada aos meca-

nismos já descritos... Serão os bancos estrangeiros a caucionar indirectamente a moeda e portanto a ditar as suas políticas.

Este conjunto de «rappels» poderia proporcionar um pessimismo — que Gramsci tão bem combatia — em relação às saídas possíveis duma estrutura tão complexa.

Os problemas sendo estruturais precisam de soluções estruturais.

4.1 ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA

Um país que possua uma supremacia tecnológica serve inevitavelmente de modelo aos outros porque a divisão internacional do trabalho torna caduco e ultrapassado qualquer processo produtivo ignorante das novas adopções científicas. A concorrência assim instaurada não se baseia nem num modelo político, nem num modelo social, mas única e simplesmente na capacidade tecnológica.

Sabemos com que poucas armas a Guiné-Bissau parte para esta luta. Que chances terá ela de fazer sobreviver a sua identidade, veiculada por uma realidade histórica que rapidamente se pode tornar anacrónica?

Uma análise fina e lúcida de François Partant sobre o Gabão demonstra sem equívocos o funcionamento do modelo extrovertido e como todo o excedente gerado e toda a riqueza explorada deve automaticamente ser canalizada para o centro (34).

Ora a Guiné-Bissau nem sequer é um país rico e com as potencialidades que o Gabão oferece, apesar de ter sensivelmente o mesmo número de habitantes. Posto que a solução eventual é ainda mais dependente de perspectivas sombrias.

Para casos como este os organismos internacionais trouxeram até nós a ideia de *estabilização económica* — conceito nascido com todo um outro contexto histórico nas economias capitalistas centrais — premissa para o *desenvolvimento* (35).

Portanto diz que «a sociedade ocidental persiste em pensar que incarna o futuro de todas as sociedades. A sua missão civilizadora transformou-se em missão de ajuda. E os selvagens de ontem sendo

os sub-desenvolvidos de hoje, os que ontem os civilizavam, hoje desenvolvem-nos. A concepção etnocêntrica da evolução é pois a mesma» (36).

Raramente tanta gente esteve de acordo sobre o mesmo princípio sem lhe dar o mesmo conteúdo e sem perceber o seu sentido, porque afinal de contas o que é estabilização ou desenvolvimento? Haverá sociedades estáticas e se as há como se as estabiliza?

Para a Guiné-Bissau «a estabilização, como premissa para o desenvolvimento» deve ser interpretada como mais uma tentativa de fazer algo, utilizando os conceitos que se lhe exigem.

Constata o relatório geral do «*I Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social (1983/1986)*» (37) «a extrema fraqueza do nível de consumo: de cerca de 7,4 contos por pessoa e por ano com, certamente, desvios importantes entre os consumos rural e urbano, em média, cerca de 1 a 5 (4 e 20 contos respectivamente). Segundo o câmbio oficial, o nível médio de consumo é de ordem de 185 US dólares, segundo o câmbio real deve ser inferior a 100 US dólares. Trata-se de facto de um dos níveis mais baixos do mundo».

— A produção nacional só consegue cobrir cerca de 85% a 95% o consumo final do país, com tendência a decrescer;

— o saldo é coberto pela ajuda e créditos exteriores, o que quer dizer que a reprodução simples não está assegurada.

Mesmo assim durante os primeiros anos de independência esbanjaram-se milhares de dólares na criação de uma pequena rede de indústrias, obsoleta à partida e sobredimensionada tanto em relação à capacidade de assimilação tecnológica, como em relação à produção do país.

Que fazer? «Estabilizar», obviamente.

Uma série de medidas de política económica acompanharam a implantação deste I Plano, que pela primeira vez procuravam uma coerência nas acções empreendidas. Dessas medidas retivemos os efeitos mais importantes até agora registados.

Quando em 1983 o país viveu os seus momentos mais difíceis, após a independência, os meios de pagamento ao exterior eram o

principal sintoma dessa situação. Como consequência o consumo privado caiu de 10%, a formação bruta de capital fixo de 3% e o produto interno decrescia de 5% em termos reais (38). As exportações já haviam baixado em 1982 cerca de 21%.

Posto isto e com a anuência do FMI o Governo adoptou uma série de medidas de política económica (condições para o aumento da produção e da comercialização agrícolas, atracção de tal produção para os circuitos oficiais virados para o abastecimento interno, promover a pesca e o artesanato, conseguir um abastecimento normal para o sector produtivo moderno). Visa-se a redistribuição interna por forma a conseguir a integração da economia do país, acompanhada de um aumento sustentado da produção e consumo internos.

Para tal a moeda foi desvalorizada em mais de 200% (100% no mês de Dezembro de 1983 seguida de uma desvalorização gradual); os preços ao produtor foram aumentados em 71%; os salários reais dos funcionários públicos desceram de 20%; a liquidez interna da economia contraiu cerca de 23%; os preços ao consumidor foram aumento de 67% (produtos internos) a 100% (importados); reprivatizou-se uma parte do comércio estatal; diminuiu-se drasticamente o ritmo de investimento e introduziram-se medidas de gestão e organização económico-financeiras.

Como resultado esperado o ano de 1984 foi o de maior produção interna bruta e de maior nível de exportações desde a independência, embora ainda muito aquém do equilíbrio. Mas o aumento das exportações em 109% num único ano é deveras impressionante, aumentando a taxa de cobertura de 11 para 33,7%.

No decorrer de 1985 os preços dos produtos agrícolas junto ao produtor aumentarão mais 65% enquanto que o declínio do poder de compra dos funcionários públicos cairá mais 10%. A liquidez da economia será ainda menor.

Poderíamos continuar a fornecer mais dados factuais mas talvez seja mais judicioso remeter os interessados para os documentos do Plano, que nos dão uma visão nua e crua da situação prevalecente no país neste momento.

Daqui podem-se retirar, imediatamente duas conclusões:

— estão-se a modificar os parâmetros estruturais da economia

— estão-se a exigir enormes sacrifícios aos funcionários públicos.

O fraco nível de desenvolvimento dos sectores modernos de uma economia periférica fazem com que as tradicionais receitas do FMI atinjam em primeiro lugar os assalariados que aqui na sua esmagadora maioria são funcionários públicos. Este facto deve ser cuidadosamente analisado.

Por outro lado, estas mudanças estruturais orientam a Guiné-Bissau para um modelo extrovertido, talvez na expectativa já de um amanhã mais promissor, com jazidas de petróleo e outras indústrias extractivas. Se tal se viesse a verificar a originalidade desta estabilização seria apenas um relâmpago, rapidamente esquecido. Mas a alteração dos termos de referência podem provocar um paradigma de difícil controle.

4.2. IMPERATIVOS SOCIAIS

A interacção de diferentes concepções de poder — (1) a que assenta na etnicidade, (2) a que vem da luta armada, (3) a que desenvolve a superestrutura extrovertida — age de uma forma directa na acção do poder. As relações de poder estão assentes numa vivência dificilmente identificável com os conceitos e elementos de apreciação conhecidos ou utilizados pelas ciências sociais actuais. Não é que a Guiné-Bissau seja um caso *à parte*, mas apresenta desafios importantes à investigação.

É difícil de determinar se a base social de apoio do poder assenta fundamentalmente nos valores e factores normalmente estudados. Claro que há uma base económica subjacente, mas suficientemente complexa para dificultar a análise dos imperativos sociais do poder.

No entanto parece certo que a estabilização está a afectar a base social de apoio do regime. Está a castigar os elementos que mais beneficiaram da apropriação do excedente camponês. Mas será es-

te um sacrifício provisório, realista, devido ao tal sobredesenvolvimento que a superestrutura tinha atingido em relação à estrutura?

Afectando sobretudo a pequena burguesia burocrática o poder pode a seu tempo experimentar a famosa parábola de Saint-Simon, sobre a importância relativa entre os cientistas e elementos mais capazes, em relação aos burocratas (39).

O aumento da produção agrícola não fez diminuir nem o éxodo rural, nem a emigração temporária para os países vizinhos. No entanto estão previstos despedimentos em massa na função pública. Devem ficar os mais *competentes*. Ora o que é a competência senão uma relação concorrencial. Assim cada um tem interesse em possuir tudo, mas o interesse colectivo é que cada um possua em quantidades iguais, diriam os marxistas. Se o interesse é o princípio de toda a moral o que é preciso é que o interesse privado seja coincidente com o colectivo. E quando tal não acontece, como se vai compreender a estabilização?

4.3 QUE MODELO SOCIAL

Durante muito tempo os sociólogos que se dedicaram aos estudos africanos utilizaram o termo *classe* para explicar estratificação, esvaziando-o do seu conteúdo principal. Temos pois que admitir que classe é uma categoria dentro do processo das relações de produção e de exploração. Este conceito é tão importante em África como noutra lugar, mas não se pode basear a utilização conceitual a preceitos teóricos que não se adaptam às condições onde as classes se desenvolvem.

O desenvolvimento entendido como processo endógeno de dinamização económica e social é fundamental para que qualquer sociedade saia da autarcia.

Mas para que o desenvolvimento se processe desta forma é necessário um conjunto de objectivos comuns partilhados por uma comunidade que possui valores comuns.

Estas permissas estão longe de existir na Guiné-Bissau e por isso parece evidenciar-se uma crise de identidades.

Essas crises devem-se à falta de um projecto nacional, posto que nem sempre há consciência nacional. —

Sem projecto nacional não pode haver um modelo social projectado e aceite por uma sociedade.

O pluriclassicismo de interesses vigente durante a luta de libertação nacional deve e tem de ser substituído por uma outra prática política; factor primordial da adopção de um modelo de acumulação.

A Guiné-Bissau anda à procura...

NOTAS

(1) — Goran Therborn, — «*Ciência, classe y sociedad, sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*», XXI editores, Madrid, 1980, pág. 5). Diz ainda que «as ciências sociais são parte do mundo e, como tal, estão relacionadas com os sofrimentos, da alegria e as lutas dos seus povos, e com as diversas sociedades e classes sociais».

(2) — Este capítulo do trabalho é largamente baseado no nosso trabalho «*A Transição Histórica*» (IUED, Genève, 1982), I parte «*Nação ou nação em formação*».

(3) — João Barreto, «*História da Guiné, 1418-1918*», (edição do autor, Lisboa, 1938), p. 33. Nonemains é uma palavra composta de Nome (etnia Mandinga) e de Mansa (Rei, suserano), em opinião do autor. As Almadias eram barcos de guerra provavelmente bijagós.

(4) — Teixeira da Mota, «*Guiné Portuguesa*» (Arq. Geral do Ultramar, Lisboa, 1954), Vol. II. p. 10.

(5) — Joseph Ki-Zerbo, «*História da África Negra*» (Publicações Europa-América, Lisboa, 1979), vol. I, p. 168, sublinhado nosso.

(6) — Amílcar Cabral em Davidson, «*A Libertação da Guiné*» (Sá da Costa, Lisboa 1975), p. 172. Esta ideia é largamente desenvolvida no livro «*Análise de alguns tipos de resistência*» (PAIGC/DEDILD, Bissau, 1979), que foi publicado a partir de conversas com militantes e quadros do PAIGC.

(7) — No nosso trabalho já citado desenvolvemos estas noções para diferenciar a evolução do discurso nacionalista e, sobretudo, a produção teórica de Cabral. Efectivamente verificamos que nos primeiros anos de luta se fala apenas de povo e das suas características africanas (cultural) para depois a pouco e pouco se precisar cada vez mais a reivindicação nacionalista como sendo *guineense* ou *caboverdeana*, ou do território, entretanto libertado, da *Guiné-Bissau*.

(8) — Walter Rodney no seu livro «*History of Upper Guinea Coast 1545-1800*» (Clarendon Press, Oxford, 1970) dá-nos muitos elementos sobre esta região. Seria urgente a tradução deste trabalho para português.

(9) — Noção tirada de Rodney, op. cit., p. 28. Após esta explicação restaria ainda referir qual seria o fundamento ideológico dessa forma de Estado? E aí parece-nos que a resposta deve ser procurada na introdução do islão no seio dos Mandingas ocidentais que eram animistas férreos.

(10) — A excepção principal que confirma a regra seriam os *Balantas*, com características muito específicas que seria longo tratar aqui.

(11) — Barreto, op. cit., p. 294. Esta visão demasiado idílica, só pode ser considerada de um ponto de vista ideologicamente demarcado.

(12) — Valentim Alexandre, «*As origens do colonialismo português moderno*» (Sá da Costa, Lisboa, 1979), p. 22.

(13) — Gomes Eanes de Azurara, «*Crónica de Guiné*» (versão mais recente, Livraria Civilização, Lisboa, 1973).

(14) — Honório Barreto, «*Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas da sua decadência e meios de a fazer prosperar*», pp. 6/22. Este trabalho é uma magistral demonstração da impotência militar e administrativa dos Portugueses no século XIX.

(15) — Idem, pp. 38/39.

(16) — Arnaldo Brazão, «A vida administrativa na colónia da Guiné», *BCGP*, 1947 n. 7, p. 776.

(17) — Sá da Bandeira, citado por Alexandre, op. cit., p. 105.

(18) — Silva Cunha citado por Teixeira da Mota, op. cit., Vol. I, p. 44.

(19) — Ruth First, «*Portugal 'wars in Africa*» (Christian Action publications, London, 1971), p. 3. e Barreto, op. cit., pp. 322/323.

(20) — Trata-se de uma acusação pública de vários cidadãos contra Teixeira Pinto.

(21) — Sabemos que Mário de Andrade empreende neste momento um extenso trabalho sobre o assunto. O Prof. Alonso Pírio do UCLA também tem reunido documentação sobre o tema. O

caso concreto da Guiné-Bissau é objecto de uma tese de doutoramento a defender este ano pelo guineense Peter Mendy no Centro de Estudos da África Ocidental da Universidade de Birmingham.

(22) — A este propósito ver o nosso trabalho «As dominantes teóricas do pensamento de Cabral», *RIEA*, 1984, n. 2.

(23) — Samir Amin, «*Le développement illégal*» (Editions Minit, Paris, 1978), p. 13. As teses a seguir explicitadas foram retiradas do mesmo trabalho.

(24) — Amin, op. cit., pp-9/10. A definição de modo de produção tributário que se segue é igualmente retirada deste autor.

(25) — Therborn, op. cit., p. 360

(26) — Hamza Alavi citado por John Saul, «The state in post-colonial societies: Tanzania», *S.R.*, 1974, p. 350.

(27) — Idem, p. 351.

(28) — Richard Jeffries, «The labour aristocracy? Ghana case study», *ROAPE*, 1975, n. 3.

(29) — Amin, op. cit., p. 258.

(30) — Hélé Béji, «*Désenchantement national. Essai sur la colonisation*» (Maspero, Paris, 1982), p.88. Este trabalho é um excelente estimulante de reflexão sobre o problema do nacionalismo, da nação e da construção nacional. Centrado no caso tunísino e na ideologia de Habib Bourguiba, ultrapassa de longe o seu quadro de referência.

(31) — Idem, p. 107.

(32) — Gavin Kitching, *Class and economic change in Kenya. The making of African Petite Bourgeoisie, 1905/1970*» (Yale University, Press, New Haven/London, 1980), p. 421.

(33) — Peter Meyns, «Liberation Ideology and National Development Strategy in Mozambique», *ROAPE*, 1981, n. 22.

(34) — François Partant, «*La fin du développement. Naissance d'une alternative*» (Maspero, Paris 1982), pp. 32/34.

(35) — Portanto diz que «a ideia que um país do Terceiro Mundo pode e deve desenvolver-se como os países que passam por o ser é perfeitamente absurda. A ideia que se pode e deve ajudá-lo, igualmente. Mas estas duas ideias estão profundamente enraizadas na opinião. Com efeito, elas já fazem parte da ideologia própria da sociedade ocidental, ideologia que comporta muitas falsas ideias e crenças não fundadas, indispensáveis para a justificação desta sociedade e legitimação das suas iniciativas». p. 11.

(36) — *Idem*, p. 25.

(37) — Secretaria de Estado do Plano e Cooperação Internacional, Bissau, 1983. Trata-se de o primeiro dos cinco volumes do Plano, p. 17, ss.

(38) — Todos os dados que se seguem são extraídos do «*Memorando sobre a situação económica e financeira*», elaborado pelo Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional, para uma reunião com os parceiros económicos da Guiné-Bissau, em Paris, Fevereiro de 1985 (mimeo).

(39) — A parábola de Saint-Simon, citada por Therborn, op. cit., pp. 161/162, diz que seria mais catastrófico para a França perder algumas centenas dos seus cérebros mais iminentes do que milhares de burocratas e membros da nobreza.

PERIÓDICOS

- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa
- Revista Internacional de Estudos Africanos
- Review of African Political Economy
- Socialist Register

RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA GUINÉ-BISSAU ATRAVÉS DA ORALIDADE: ABORDAGEM, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

por Carlos Cardoso e David González (*)

Desde a sua criação em Setembro de 1983, o Centro de Estudos de História Contemporânea — hoje em dia integrado dentro das estruturas do INEP — teve como tarefa principal a salvaguarda, conservação e divulgação da história recente da Guiné-Bissau. Esforços similares tiveram lugar nas outras antigas colónias portuguesas, e este empreendimento não faz senão realçar o orgulho duma história de resistência e de luta victoriosa contra o colonialismo e da independência heróicamente alcançada há apenas alguns anos. Mas embora este facto constitua o objecto de trabalho do Historiador em particular, ele não deixa porém de ser um foco de interesse de toda a sociedade, e por isso mesmo também o compromisso com o resultado final do seu trabalho, o nível de exigência de um público não só interessado mas também duma certa maneira «especialista», impõem um esforço especial.

As notas que a seguir se expõem constituem o fruto de reflexões, de discussões e do confronto com tarefas práticas por parte da equipa do CEHC no decurso de 1985. Pretende-se expor somente as premissas das quais partimos, as dificuldades que têm sido en-

() Carlos Cardoso é Licenciado em Filosofia (Universidade de Freiderich Schiller, Iena) e Coordenador do CEHC desde 1984. David González é Licenciado em Linguística e História (Universidade da Havana) e investigador do CEHC desde 1985.*

frentadas até ao momento, e os planos para o futuro imediato do Centro no aspecto da recolha dos testemunhos orais.

Escrever a história contemporânea de um país é uma tarefa de grande magnitude. Constitui ainda uma tarefa que precisa da seriedade adequada, dado que a reconstrução do passado não só sublinha, de uma forma organizada, as tradições nacionais, como também indica — implícita ou explicitamente — alguns princípios essenciais a ter-se em conta no momento de encarar o rumo da história futura. É por isso que esta tarefa interessa a toda a sociedade.

Aliás, o processo de recuperação e, num certo sentido, de fixação do passado pode tornar-se uma tarefa especialmente delicada em determinadas circunstâncias. Este é o caso, por exemplo, da abordagem da história quando grandes convulsões sociais são ainda relativamente recentes; quando dum certo modo o processo de mudanças profundas está ainda em curso e quando um povo inteiro se sente protagonista dessa história. Se a recolha de testemunhos orais junto dos participantes activos nos feitos deve primar em relação à recolha de documentos escritos, a tarefa de reconstituição histórica exigirá necessariamente empreendimentos relativamente urgentes, uma direcção clara, esforços e recursos abundantes, assim como uma metodologia peculiar.

A urgência da tarefa é mais candente nos países onde a exploração colonial legou um profundo subdesenvolvimento sócio-económico: uma esperança de vida que não atinge metade daquela dos países desenvolvidos, aliada à extensão do analfabetismo, determina que as possibilidades de recolher os testemunhos junto dos participantes directos nas acções são duplamente reduzidas; porque a substituição geracional é duas vezes mais rápida, e porque o facto histórico, transmitido sobretudo pela oralidade, tende com mais celeridade a rodear-se da lenda popular, que pode ser uma rica fonte de estudo doutras disciplinas, complicando no entanto a abordagem objectiva que a História procura.

Por outro lado, só uma orientação precisa, um apoio e uma supervisão constantes sobre todos os aspectos do processo de recons-

trução, pelos órgãos políticos que dirigem a sociedade, permitirão que a tarefa do pesquisador adopte o rumo adequado, avançando sem tropeços, e que chegue a bom termo. Estes órgãos, integrados por numerosos indivíduos que participaram destacadamente na Luta de Libertação Nacional, são os indicados para desempenhar um papel fundamental na selecção das testemunhas e dos resultados do processo de recolha. Isto não quer dizer que só serão entrevistadas as pessoas que tiveram uma actuação destacada no apoio à luta pela independência. Quanto mais ampla fôr a gama dos testemunhos recolhidos, mais completamente se poderá escrever a história. E isso poderá incluir em certos casos, por exemplo, entrevistas com pessoas que operavam dentro de um ou outro mecanismo da máquina colonial e que, por isso, são os únicos que têm uma informação sobre como funcionava o regime derrotado.

No que respeita aos esforços e aos recursos necessários, estes não pederiam limitar-se aos que possam fornecer os especialistas da História. Isto quer dizer que o processo de localização, inventariação e recolha das fontes precisa duma participação activa de numerosos segmentos da sociedade, mobilizados no espírito de respeito pelas tradições históricas, pela curiosidade de conhecer os detalhes dos feitos transcendentais ainda frescos na memória e com os quais se sentem profundamente identificados, assim como pela admiração perante os seus protagonistas mais importantes. A juventude, baluarte da perpetuação dessas tradições e desses valores, constitui a força idónea, nesta fase do trabalho, para a função do inquiridor. O meio tradicional africano, onde a idade é um atributo de peso considerável, exigirá, não obstante esse facto, uma esmerada formação desses jovens nas técnicas e metodologia de recolha dos testemunhos orais: de outro modo, a sua juventude, sem outras qualificações, poderia fazer desembocar os seus esforços num verdadeiro fracasso. Outros segmentos da população, assim como as diversas instituições, deviam também associar os seus esforços e os seus recursos à realização do projecto, cada um deles voltado para a sua área específica. Aspectos tais como os transportes, as comunicações e outras necessidades materiais que os inquiridores vão ter em determinados momentos exigirão uma assistência constante.

Embora o entusiasmo e o esforço assíduos, a orientação, o apoio e a supervisão políticas correctas e os recursos materiais sejam indispensáveis, não bastam, por si sós, para transformar a campanha de recolha de testemunhos numa fonte séria para o estudo científico. É neste contexto que os cientistas sociais e mais particularmente aqueles que estão voltados para a pesquisa no domínio da História, desempenham um papel essencial. Só eles poderiam dirigir os aspectos metodológicos da campanha de recolha, imbuídos pelos objectivos científicos previstos, assim como empreender o processo ulterior de selecção, classificação e processamento dos materiais recolhidos.

Por si só a constituição de um arquivo sonoro no CEHC, na medida em que começarão a chegar a Bissau, a partir de Janeiro de 1986, as primeiras cassetes gravadas no interior com as suas respectivas fichas, será uma tarefa de uma complexidade considerável. Só em termos de recursos, requererá novos locais, mobiliário e pessoal para realizar as tarefas de catalogação, transcrição e tradução das fitas gravadas.

A exploração da oralidade com fins científicos, nomeadamente históricos, tem particularidades bem precisas, e quando se trata de testemunhos sobre a história do passado recente, marcado por um processo social importante num dado país, a metodologia da recolha precisa de indicações especiais adaptados ao meio e às circunstâncias próprias.

No nosso meio, onde antigas culturas desprovidas de escrita implantaram sistemas diferentes de tradição oral com vista à conservação e à transmissão dos conhecimentos em geral, e da História em particular, a recolha de testemunhos e de vivências tem que ter em conta as características desses mecanismos tradicionais pelos quais prossegue a veiculação dum parte considerável do património histórico.

É por isso que a etapa da recolha propriamente dita, que será realizada pelos inquiridores, deverá ser precedida dum etapa prepa-

ratória. O aspecto básico da etapa preparatória é constituído pelo período de instrução que deverão receber os pesquisadores e que os qualificará minimamente nas técnicas gerais da recolha das tradições orais e na metodologia específica que deverão utilizar, assim como os familiarizará com os objectivos de toda a campanha. As características da etapa da recolha, assim como as da etapa preparatória serão determinadas pelos objectivos traçados para a etapa final, a do processamento e publicação dos resultados finais.

Na etapa preparatória, o inquiridor adquirirá os conhecimentos essenciais da metodologia geral que se aplica à recolha das tradições orais contemporâneas, assim como alguns princípios necessários para a sua aplicação ao nosso meio. Para desenvolver eficazmente o seu trabalho, e para executar a sua missão no terreno, o inquiridor deve estar dotado dos meios para estabelecer uma boa comunicação com o seu informador e dominar os aspectos técnicos que lhe permitirão recolher o produto dessa boa comunicação para benefício dos historiadores. Para estabelecer junto do informador um ambiente propício à recolha, no momento da entrevista, o inquiridor não dispõe de leis gerais: as técnicas a serem aplicadas variam segundo a colectividade e mesmo segundo o indivíduo.

A obtenção de resultados óptimos pressupõe que o inquiridor, se não teve longos contactos com a população da região onde vai fazer as entrevistas, pelo menos fez algumas estadias que lhe permitem deduzir uma tipologia das tradições orais, e fazer uma distinção entre a tradição estritamente histórica e a literatura oral. Deve ainda levar em consideração a estruturação da tradição, que varia muito de um grupo humano para outro, e pode assim estar mais ou menos compreensivelmente organizada do ponto de vista do inquiridor, ou ter um carácter mais ou menos aberto ou fechado para uma pessoa que não faça parte da comunidade. O inquiridor deve, nesse sentido, orientar os seus esforços para a apreensão dos factos culturais no sentido de uma melhor compreensão da estrutura sócio-económica da comunidade e do impacto da Luta de Libertação sobre ela. Contudo, deve ser capaz de descobrir a «matéria histórica» sob os seus estados variáveis: num relato aparentemente banal, numa canção, etc. Quando o informador não

fornece a localização cronológica de um acontecimento histórico, o inquiridor deve estar atento para não negligenciar os dados que possam facilitar a determinação da data: conjunturas climáticas, o ciclo agrícola, as festas que dividem o ano, etc.

Não menos importante que a preparação do inquiridor é a preparação, a sensibilização da enorme massa de testemunhas potenciais em todos os cantos do país. O inquiridor que chega a uma região desconhecida, sem aviso prévio, e anunciando que vem gravar entrevistas, está predestinado ao mais rotundo fracasso. Requer-se um trabalho de informação, explicação e persuasão prévias, no qual tanto os grandes meios de comunicação de massas como a conversação individual devem ter um papel significativo.

Uma das virtudes essenciais do inquiridor, como se vê, é a de ser paciente. Deve estar disposto a voltar uma e outra vez, sem querer de uma só vez recolher toda a informação e todas as precisões requeridas. Deve ainda ser disciplinado no que respeita a estabelecer uma ficha com os dados fundamentais de cada entrevista, conforme as orientações dos organizadores da campanha. Deve acompanhar cada cassette gravada — com a qualidade indispensável — de uma ficha que faça o resumo do que gravou, bem traduzida, caso seja uma língua desconhecida dos historiadores que processarão a informação. Ao mesmo tempo, e também para benefício dos especialistas, deve ter em consideração os pontos essenciais do questionário que estes lhe forneceram. Mas não deve tornar-se por isso — e sobretudo num primeiro momento — escravo desse questionário; longe disso, deve propiciar que o orador fale livremente, com o número mínimo possível de interrupções.

Para não alargar o fosso entre os camponeses e os cidadãos, e antes pelo contrário, propiciar uma maior participação do homem do campo na tarefa de construção nacional, cada inquiridor deve vencer a desconfiança do homem rural em relação ao cidadão, criando um ambiente de respeito e consideração pelos detentores do saber, fazendo-lhes compreender o interesse do estudo da tradição oral e os objectivos reais da campanha de recolha.

Em resumo: as reflexões no seio do CEHC levaram a certas conclusões essenciais que deviam determinar o rumo da campanha

de recolha dos testemunhos orais. Partiu-se do princípio de que a fixação da história é uma tarefa séria e delicada que interessa a toda a sociedade e que, nas nossas condições, exige empreendimentos urgentes, uma direcção clara, esforços e recursos abundantes de numerosos segmentos e instituições da sociedade assim como uma metodologia peculiar fundamentada em bases científicas e adaptada às circunstâncias. A extensão das tradições orais na nossa cultura exige um recurso prioritário às fontes desse tipo e isto, por sua vez, exige uma preparação prévia dos pesquisadores quanto aos princípios e técnicas particulares que animarão a campanha de recolha de dados. Também se constatou que para estabelecer uma boa comunicação com as fontes, os inquiridores deverão estar dotados da sensibilidade e dos conhecimentos técnicos essenciais que lhes permitam compreender as características de grupo ou individuais e escolher a forma mais adequada para facilitar a exploração das fontes de informação. O seu contacto prévio com a população da região facilitar-lhes-á a tarefa necessária de distinguir entre a tradição estritamente histórica e a literatura oral, a compreensão da organização da matéria histórica na comunidade particular e, sem forçar a situação, obter o máximo de informação que a comunidade ou o indivíduo, segundo as suas tradições, estão dispostos a transmitir a alguém «de fora». Mas também é indispensável, para a boa marcha da recolha, uma intensa campanha prévia de sensibilização das populações sobre a importância e os objectivos das entrevistas que se vão realizar. Por outro lado, o pesquisador deve estar atento à revelação da estrutura sócio-económica da comunidade e do impacto da Luta de Libertação Nacional sobre ela assim como as diversas possibilidades de localização cronológica de cada facto fornecido pelo entrevistado. Por isso, deve ser paciente e disciplinado; deve cumprir todas as instruções que facilitarão o processamento posterior da informação recolhida, sem pressionar ou apressar o informador. Deve, finalmente, contribuir com o seu comportamento junto dos entrevistados, para estreitar, e não alargar, o fosso entre camponeses e cidadãos, fazendo compreender a uns e a outros o interesse da tradição oral e do seu estudo científico, propiciando assim uma maior participação na tarefa comum de construção nacional.

Pode-se considerar que os primeiros grandes passos para a concretização destas ideias num grande empreendimento foram dados a partir do momento em que se realizou em Bissau, de 16 a 27 de Setembro do ano em curso, o Seminário sobre a Metodologia da Recolha das Tradições Oraís, que contou não só com a mobilização de grandes esforços nacionais mas também com o apoio técnico e financeiro do exterior.

Um Seminário idêntico tinha tido lugar em Bissau em 1978, no qual também participaram dezenas de jovens oriundos das diversas esferas da vida social e económica do país, mas que lamentavelmente não teve nenhuma continuidade. Este facto obrigou ao CEHC a partir de zero, pois, por razões várias, as pessoas que tinham recebido essa preparação em 1978 já não estavam disponíveis.

O Seminário de 1985 destinou-se à preparação daqueles que serão chamados mais tarde a dirigir outros seminários idênticos nas sedes das regiões. Esse primeiro núcleo era constituído por jovens oriundos das diversas regiões do país e das estruturas das organizações de massas (JAAC, UDEMU e UNTG) sedeadas em Bissau, bem como das FARP, para além de outros interessados na reconstrução da história guineense.

No quadro dos esforços nacionais para organizar o Seminário de 1985, o CEHC, ao encarregar-se dos aspectos técnico-científicos do mesmo, não só elaborou, seleccionou e distribuiu textos de apoio aos participantes, como também coordenou todas as actividades docentes, enquanto que a JAAC se responsabilizou pela mobilização dos mesmos, utilizando as estruturas regionais criadas para fins idênticos: as comissões regionais para a recolha dos dados oraís da luta de libertação nacional. O Partido por sua vez prestou todo o apoio institucional e político necessário ao êxito do Seminário.

Se o engajamento e a criticidade demonstrados por estes jovens durante este grande acontecimento ligado ao processo de recolha e tratamento dos testemunhos oraís por um lado testemunham o nível da sua consciência na compreensão das necessidades e urgên-

cia de uma tal tarefa, por outro lado estas atitudes forneceram as primeiras bases para encarar o futuro com optimismo e perseverança. É significativo o facto de, já na fase que se considera primária em todo este processo, os sujeitos do mesmo serem unânimes em realçar a importância de que se revestem as tradições orais para as civilizações africanas, que podem ser caracterizadas como civilizações da oralidade, e de terem reconhecido a necessidade e a urgência de recolher o mais rapidamente possível os testemunhos orais da história da Guiné-Bissau em geral e a da luta de libertação nacional em particular, antes que as testemunhas sobreviventes venham a desaparecer.

O Seminário decorrido em Bissau pôde subdividir-se em duas grandes partes e, sob ponto de vista didáctico, adoptou como método a exposição pelo orientador, seguida de debate com participação massiva de todos os intervenientes. Ele foi importante não só no sentido de ter abordado questões metodológicas importantes como a autopreparação do inquiridor, o cuidado que deve ter, a necessidade de se conhecer suficientemente o meio em que se pretende recolher os dados, a definição e identificação correctas do inquirido, bem como as outras condições que devem ser preparadas para trabalhar com ele, mas também pelo facto de, por outro lado, ter proporcionado a discussão de importantes problemas teóricos, nomeadamente o papel e o lugar que a oralidade desempenhou nas civilizações africanas e os problemas específicos que a sua utilização para a reconstituição da história pode acarretar, os diversos tipos de tradição oral (a puramente histórica, a literária, a mítica e a esotérica), o papel do historiador na reconstituição da história, definição de história contemporânea e das suas especificidades, bem como dos problemas que esta coloca ao historiador não-clássico.

Um outro facto que ultrapassa de longe o âmbito do Seminário para se inserir na perspectiva geral da campanha é o que se prende com as discussões à volta das características das sociedades étnicas ditas tradicionais, uma vez que grande parte das testemunhas é membro destas sociedades.

Aqui as discussões demonstraram que há que ter em conta os traços específicos de cada uma delas, apesar de todas as semelhan-

ças que possam existir. Assim será necessário ir para além da simples distinção em sociedades islamizadas e animistas ou sociedades do interior e do litoral.

Durante o Seminário foram constituídos vários grupos de trabalho com o fim de fazer as primeiras entrevistas a título experimental, o que permitiu aprofundar algumas questões metodológicas e práticas da recolha. De acordo com uma tipologia dos diversos tipos de informador previamente estabelecido, os participantes procederam à recolha dos primeiros testemunhos cujas gravações já se encontram mínimamente classificadas, obedecendo às recomendações dos orientadores do Seminário. Nesta ordem de ideia foi entrevistado uma pessoa em representação daqueles que tendo participado na luta armada de libertação hoje ocupam um lugar de grande responsabilidade nas hierarquias do Partido e do Estado. Ainda no espírito de diversificação das informações, foi abordado um informador em representação de grupo de combatentes da Liberdade da Pátria que numa idade muito jovem conheceram as experiências da luta. Finalmente um outro tipo de informador devia pertencer à classe daqueles que, embora não tendo participado directamente no combate libertador, eram nacionalistas destacados com largo conhecimento de dominação colonial.

O Seminário de Bissau culminou com a constituição e institucionalização dos primeiros núcleos de trabalho nas regiões ou seja, os grupos de trabalho restritos, com funções essencialmente técnicas, uma vez que eles deviam fazer parte das comissões regionais da JAAC, a que já nos referimos mais atrás, quem tem a seu cargo as tarefas organizativas.

Antes de regressarem às regiões e após discussões sérias, os participantes do Seminário de Bissau receberam do CEHC e da Comissão Nacional da JAAC directivas concretas no sentido de organizar os seminários regionais que deviam decorrer durante o mês de Novembro, devendo cada região escolher a data da realização do mesmo, mas respeitando em todos os casos dois aspectos:

- a) os seminários devem durar uma semana, e concentrar-se nos aspectos básicos tratados no Seminário de Bissau;

- b) neles devem participar jovens oriundos dos diversos sectores que compõem cada região, disponíveis para participar na recolha dos testemunhos orais, como inquiridores efectivos da campanha.

Por outro lado os jovens das regiões receberam directivas no sentido de manter um contacto permanente com as estruturas e instituições de Bissau, e a recomendação de que devem dar provas do máximo de criatividade possível para levar a bom termo esta imperiosa tarefa.

Pela sua participação no Seminário de Metodologia de Recolha das Tradições Orais e pelo compromisso de cumprir cabalmente as tarefas que lhe vieram a ser atribuídas no quadro da campanha, os jovens receberam um certificado passado pelo Centro e assinado pelos orientadores do Seminário.

Como dissemos mais acima, chegámos à conclusão de que no nosso meio a reconstituição da história deve ser uma tarefa de toda a sociedade, pois em casos como o nosso, onde predomina a tradição oral, as massas não só são os sujeitos activos da história como também são os depositários fiéis e directos da memória histórica. Partindo deste pressuposto, o Centro de Estudos de História Contemporânea não só se preocupou em organizar e ministrar o dito seminário destinado, em última instância, à preparação de futuros inquiridores, como também tem tentado engajar e enquadrar nos trabalhos da campanha de recolha o maior número possível de quadros qualificados de formação multidisciplinar de forma a, por um lado, mantê-los sensibilizados pelas actividades que desenvolve e, por outro, garantir desde já que a abordagem histórica venha a ser pluridimensional. É neste quadro que o CEHC tem vindo a promover discussões de carácter metodológico com os seus colaboradores efectivos e potenciais. Estes, aliás, têm desempenhado um papel importante quer na elaboração dos documentos de apoio aos seminários sobre a metodologia, quer na realização de tarefas práticas concretas.

A complexidade e a dimensão de todo este empreendimento exige uma calendarização detalhada das actividades a desenvolver,

de forma a melhor poder coordená-las e controlar o cumprimento das directivas, uma vez emanadas. Deste modo o Calendário da Recolha e Tratamento dos Testemunhos Oraís sobre a Luta de Libertação Nacional abarca actividades que vão desde a realização do Seminário de Bissau até o início da recolha propriamente dita, esta última prevista a partir de 1 de Janeiro de 1986, passando pela constituição dos grupos de trabalho regionais restritos — 16 a 28 de Setembro —, preparação dos seminários regionais — 1 de Outubro a 15 de Novembro —, constituição oficial da Comissão Nacional — 1 de Outubro —, realização dos seminários regionais — de 1 a 30 de Novembro —, constituição dos corpos de inquiridores regionais — de 1 a 30 de Novembro —, identificação das fontes nas regiões e elaboração das fichas — de 1 de Novembro a 15 de Dezembro —, preparativos finais para o início da recolha — de 15 de Dezembro de 1985 a 31 de Janeiro de 1986 —. No momento em que estas notas estão a ser elaboradas pode-se constatar com satisfação o cumprimento deste calendário, e as perspectivas do seu cabal cumprimento são optimistas.

Os trabalhos de sensibilização a nível das regiões têm ganho proporções cada vez mais encorajadoras, quer através de uma organização englobando uma difinição crescente das competências e responsabilidades, quer através do apoio efectivo das estruturas locais.

Em coordenação com o Secretariado do Partido e as estruturas da JAAC, o CEHC tem insistido na sensibilização contínua destas estruturas regionais solicitando o seu apoio na preparação dos seminários regionais, na campanha de sensibilização e participação das populações na localização das fontes, bem como no fornecimento de testemunhos orais relativos à Luta de Libertação Nacional.

Mas a complexidade e a dimensão desta tarefa não só exige uma calendarização detalhada das actividades a desenvolver, à semelhança do que vimos atrás, como também a existência de estruturas sólidas e dinâmicas capazes de traçar directivas claras e realistas, de implementar acções práticas e tecnicamente competentes para solucionar os problemas metodológicos e teóricos que forem surgindo ao longo da campanha. Tendo em consideração os esforços

até aqui empreendidos, nomeadamente pela JAAC, no sentido de recolher e preservar a memória dos Combatentes da Liberdade da Pátria; considerando que o PAIGC como força política dirigente da sociedade deve supervisionar e controlar ideologicamente um programa desta envergadura, o Centro de Estudos de História Contemporânea, de acordo com a sua vocação e atribuições, propôs a criação e institucionalização de um Comité Nacional para a Recolha de Elementos Orais da Luta de Libertação Nacional. Este Comité, cuja aprovação superior está em vias de se concretizar, deve ser um órgão deliberativo e consultivo que exerça as suas competências a nível de todo o território nacional e integrar, pelas razões anteriormente expressas, representantes do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP, do Partido, das FARP e da JAAC. O Comité deveria, nomeadamente:

- fixar o calendário das actividades e velar pelo seu cumprimento;
- discutir e aprovar os documentos de carácter orientador;
- recomendar a criação e afectação de estruturas ou o engajamento de indivíduos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;
- discutir e fixar, em traços gerais, as fontes orais a entrevistar.

Dentro desta macroestrutura, cada uma das partes deve ter atribuições bem específicas. Ao PAIGC, por exemplo, segundo a proposta a aprovar, compete:

- dar orientações concretas e supervisionar o desenrolar das actividades;
- prestar apoio na identificação e localização de fontes orais relevantes para a campanha de recolha;
- controlar a publicação dos resultados da recolha.

O CEHC tem um papel importante a jogar no seio desta macroestrutura. Assim, ele responsabiliza-se por:

- a concepção metodológica e a realização dos seminários de formação;
- a elaboração de documentos subsidiários para os seminários, tais como a cronologia dos principais acontecimentos da Guiné-Bissau contemporânea, e outros textos;
- a concepção e a coordenação técnica da recolha propriamente dita;
- o tratamento científico dos elementos orais recolhidos, incluindo o seu arquivo;
- a publicação dos resultados da recolha.

Utilizando o dinamismo e o engajamento político dos jovens, bem como as suas estruturas já existentes, à JAAC competeria:

- convocar e constituir grupos de inquiridores nas regiões e nos sectores;
- responsabilizar-se pela ligação entre as estruturas de Bissau e as das regiões.

Tendo em atenção as características das FARP e a sua relação umbilical com a luta armada de libertação nacional, elas podiam, utilizando as suas estruturas vocacionadas para tal fim, colaborar na:

- localização e identificação das fontes a entrevistar;
- constituição de um corpo de inquiridores nas FARP;
- realização de contactos com e nas regiões.

Pode-se dizer que do funcionamento global e parcial destas estruturas dependerá grandemente o êxito da campanha. Mas também não constitui protecção nenhum em relação a estas afirmar-se que o êxito final da mesma dependerá, em última instância, do engajamento e participação de todos.

Os passos até aqui dados não constituem senão um começo, o princípio de um longo processo, cuja continuidade deve desembocar na elaboração genuína da nossa história.

Dentro do espírito de «aprender com as experiências dos outros», o CEHC tem procurado estabelecer e manter relações com países e organizações regionais e internacionais que se têm dedicado às tradições orais. Assim já se estabeleceu uma relação de cooperação com o Centro d'Études Linguistique et Historique par Tradition Orale (CELTHO/OUA), que tem fornecido materiais de trabalho e já se prontificou a conceder uma ajuda financeira ao Projecto de Recolha dos Testemunhos Oraís da Luta de Libertação Nacional do CEHC.

+ + +

Pelo que foi atrás exposto pode-se desprender que a reconstituição da história contemporânea de um país como a Guiné-Bissau coloca inúmeras dificuldades. À primeira vista pode parecer que a abordagem e reconstituição da história contemporânea em geral e particularmente da Luta de Libertação Nacional é uma tarefa relativamente fácil, seja porque a sua situação no tempo é relativamente recente, chegando mesmo a confundir-se com a sociologia política, seja porque o historiador e/ou as fontes históricas foram eles mesmos os actores dessa história que se pretende reconstituir.

Este último facto coloca-nos perante um problema metodológico difícil. É evidente que só se pode considerar uma historiografia séria quando ela, na base de uma escolha cuidadosa e exaustiva das fontes e de uma interpretação fiel e honesta dos factos consegue elaborar teorias cientificamente aceitáveis, portanto que se baseiam em afirmações de carácter objectivo. Mas sabemos por outro lado que os estudos históricos podem ser utilizados na perspectivação do futuro: quer dizer, os factos históricos, apesar do seu carácter irreversível, podem ser interpretados desta ou daquela maneira, segundo a orientação ou o modelo social por que uma dada formação económico-social pretende enveredar.

Neste caso, a interpretação e exploração dos factos históricos podem revelar um menor ou maior grau de fidelidade aos factos, conforme se trate duma orientação progressista ou reaccionária.

Isto é assim porque a consciência histórica é imanente à compreensão que temos dos fenómenos sociais actuais ao mesmo tempo que esta última influência a nossa imagem do futuro. Entre estes

três níveis de consciência (histórica, contemporânea e futurista) há uma interpenetração dialéctica; daí que a abordagem da história contemporânea tenha que ser globalizante.

Uma outra dificuldade de ordem metodológica resulta do facto de os especialistas chamados a realizar tal tarefa serem na sua maioria de formação europeia, portanto operando com conceitos e metodologias que não podem ser considerados endógenos.

Neste contexto, a tarefa do historiador é dupla porque ele não só tem que reconstituir a história como também se pretende que o seu trabalho seja genuíno e representativo: tem que reflectir sobre os aspectos metodológicos com vista à constituição de uma historiografia que reflecta melhor as relações e os pontos de vista africanos e do seu país.

Um terceiro aspecto a referir diz respeito à fonte histórica que vai constituir a base do nosso trabalho: as tradições orais de uma forma geral e os testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional em particular. Tem-se discutido bastante sobre o lugar e a importância deste tipo de fontes na reconstituição da História. Nós defendemos o ponto de vista de que no caso concreto da Guiné-Bissau há que conceder a devida importância à tradição oral, pois na sociedade guineense, à semelhança da maioria das outras sociedades africanas, a transmissão de informações, sejam elas de que carácter forem, se processa através da oralidade e os mais velhos da sociedade são os depositários dessas informações. No caso concreto da história da Luta de Libertação, onde as tarefas do combate libertador não só não permitiram a fixação escrita dos episódios e dos factos, como também a grande maioria dos sujeitos activos dessa história não sabiam ler nem escrever, é óbvio que a recolha dos testemunhos orais é indispensável e urgente, apesar de todas as dificuldades e problemas que uma tal recolha comporta.

Começando pela preparação dos inquiridores e a localização das fontes; passando pela organização, classificação, catalogação dos dados e pelo seu tratamento teórico até à sua publicação final, sem esquecer a complexidade da tarefa de sensibilização das fontes potenciais, a reconstituição da história contemporânea da Guiné-Bissau constitui um dos maiores desafios intelectuais da actual geração guineense.

O ARROZ OU A INDENTIDADE BALANTA BRASSA

por Diana L. Handem (*)

O espaço territorial dos Balantas-Brassa é limitado à Guiné-Bissau. Eles constituem actualmente o grupo social mais importante do país. Num total de 194 045 indivíduos, dados de 1979, representam 24% da população total guineense.

Concentram-se essencialmente nas regiões de Oio, Tombali e Quínara onde constituem, respectivamente, 59%, 58,6% 48,5% da população residente (1).

A este volume demográfico, acrescem características económicas e políticas particulares que permitem explicar o lugar de primeiro plano que eles ocupam na História recente da Guiné-Bissau, dado que os Balantas-Brassa, desde a conquista colonial, desempenham um papel importante neste país, tanto no domínio da economia como ao nível da vida política. Com efeito, são os primeiros produtores do arroz, que é o alimento de base da população nacional. Por outro lado, o rápido crescimento demográfico e sobretudo as contantes migrações depois do séc. XV conferem à sua especificidade política e social uma nova dimensão, que ultrapassa de longe o seu espaço político próprio. Não se pode evocar os Balantas-Brassa sem se referir o «maale» — arroz — ao qual eles são imediatamente — diremos quase instintivamente — associados na Guiné-Bissau.

(*) Diana L. Handem é doutorada em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. É coordenadora do Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.

A. D'Almada referiu nos finais do séc. XVI a abundância do arroz no canal do Geba (2) Aliás, é frequente encontrar nos escritos coloniais, várias referências às qualidades dos rizicultores brassa. Em 1949, J.P. Garcia de Carvalho, chefe do posto administrativo de Bedanda, na região de Tombali, afirmou que os Balantas-Brassa eram «não somente a tribo cultivadora do arroz... mas também a que se presta melhor a toda a espécie de trabalhos que nos propomos realizar» (3). Instalados preferencialmente ao longo dos cursos de água e nas terras baixas, os Balantas-Brassa ocupam, com efeito, principalmente a 3.ª zona ecológica do país: a faixa costeira coberta de tarrafes e palmares, e que fica parcialmente inundada na estação das chuvas, pois os camponeses brassa cultivam o arroz inundado ou irrigado.

Reconhecidos peritos na matéria, desde a época colonial, trabalham frequentemente nos terrenos conquistados ao mar por meio de barragens.

Também, trabalham no aproveitamento dos vales dos afluentes superiores do Rio Cacheu, do Rio Mansoa e do Canal de Geba, na Região administrativa de Oio. Nas Regiões administrativas do Sul, Quínara e Tombali, regiões de imigração arassa por excelência, encontramos-os respectivamente, nas margens do Rio Grande de Buba e do Rio Tombali em Cubisseco, e ao longo dos Rios Ganjola, Cumbidjam, Camexibo, Cajéré e Cacine, em território Nalú. Situadas nas zonas marítimas, as regiões de ocupação arassa são caracterizadas por uma pluviometria das mais elevadas na Guiné-Bissau, sendo de 1 800 e 2 520 mm por ano (4).

QUADRO 1

<i>Regiões</i>	<i>Pluviosidade média anual</i>
<i>Oio</i>	
— Bissorã	1 800 mm
— Nhacra	1 900 mm
<i>Tombali</i>	
— Bedanda	2 240 mm

— Catió	2 520 mm
País	1 763 mm

O calendário agrícola, que se situa entre os meses de Maio e Novembro, é caracterizado por um trabalho intenso, nomeadamente no período compreendido entre Junho e Outubro, que marca as primeiras e as últimas chuvas, pois se a rizicultura tem uma grande produtividade é também extremamente penosa. Mobilizando todas as energias familiares, a produção rizícola é prioritária na organização económica arassa. O calendário das outras actividades agrícolas e das que estão ligadas à criação de gado, à pesca e ao artesanato é função do arroz de *sambe*, ou em crioulo *bolaña* (arrozal). Elas são consideradas como secundárias.

O camponês arassa vive de acordo com um sistema de produção, caracterizado por quatro factores essenciais:

- 1 — o carácter inalienável da terra
- 2 — o baixo nível das forças produtivas
- 3 — a complexidade do processo do trabalho do *maale* e a multiplicidade das formas de cooperação
- 4 — O carácter comunitário das relações sociais de produção.

Poder-se-ia qualificar este modo de produção como de linhagem, pois que ele organiza-se no interior da linhagem e funciona na base da cooperação intra e inter-linhagens.

A terra, meio de trabalho inalienável, pertence aos camponeses e às famílias que nela trabalham. Não pode ser vendida nem alugada sob a forma de parceria ou de arrendamento.

Aqui a terra é sinónimo de sobrevivência do grupo, consubstanciando a sua identidade relativamente aos outros grupos. Ela marca a autoridade interna do seu chefe e o reconhecimento desta autoridade pelo exterior. A terra suscita o reconhecimento da legitimidade do grupo pelos vivos mas também pelos antepassados e pelos Espíritos

na medida em que aquele que a adquire e a faz frutificar estabelece um pacto de protecção com essas entidades religiosas.

Os meios da produção são tanto individuais como colectivos, segundo a sua forma de utilização. Os instrumentos de trabalho, que constituem de alguma maneira, um prolongamento da mão, são individuais: o *kebinde* ou *radi*, em Kriolo — instrumento para arar — o cutelo, a foice, a faca e finalmente os cestos destinados ao transporte do cereal, pertencem a cada produtor. Os meios de produção colectivos ou são propriedade de aldeia/família, como é o caso dos diques ou então das famílias/unidade de exploração, no caso dos canais de drenagem.

A natureza rudimentar dos utensílios de trabalho explica o lugar preponderante que ocupa o esforço humano ao longo do processo de produção. O provérbio local que pretende que a agricultura seja uma competição com a natureza revela aqui toda a sua verdade. O principal instrumento agrícola utilizado pelos Balantas-Brassa, como pelos outros povos costeiros, é o *kebinde*, tipo de pá, composto duma longo cabo em madeira e duma pá igualmente em madeira que termina numa lâmina de ferro. Este *kebinde*, chamado *radi* em Kriol, é utilizado para arar a terra. Os outros instrumentos agrícolas utilizados no processo de trabalho do arroz são:

- um pau bifurado, que serve para plantar o arroz
- o *cubom*, uma foice utilizada na época da colheita

O processo de produção é complexo porque comporta diversas etapas de trabalho. Os Brassa fazem, antes de mais, os trabalhos de dessalinização do terreno conquistado ao mar por meio do «*quidide*» (barragem). Para isso, eles constroem uma barragem semi-circular, paralela ao braço do mar e diversos diques perpendiculares, cujo número é igual ao das parcelas familiares. Estas barragens têm a dupla função de impedir a invasão da água salgada e de evitar o escoamento das águas das chuvas.

São construídas a partir duma armação de madeira feita de estacas solidamente ligadas por lianas e cobertas de lama. Esta técnica

rizícola, igualmente usada pelos outros grupos sociais costeiros, mobiliza todos os habitantes da aldeia.

Na aldeia — *tabanca*, em Kriolo — brassa, eles organizam-se em seis brigadas de trabalho especializadas para cortar os troncos e talhá-los; para transportar as estacas assim fabricadas e fixá-las ao chão em três filas pelo menos; para ligar solidamente as estacas entre si; para apanhar e transportar a lama e finalmente para dirigir e coordenar os trabalhos.

Estes trabalhos de canalização e de construção de diques são efectuados pelos homens adultos pertencentes às diferentes famílias proprietárias da bolanha. A dessalinização do terreno conquistado ao mar processa-se durante a estação das chuvas. O canal de escoamento, a «*bomba*», é fechado na altura das chuvas que «levam» a terra. Depois é aberto de novo de forma a retirar a água das chuvas.

Esta operação repete-se várias vezes, até a água estar uniformemente fria em todo a arrozal, o que é um indício de total dessalinização do terreno. A «*bomba*» abre-se e fecha-se automaticamente sobre pressão das águas das chuvas e das marés. Uma bolanha não consegue o máximo rendimento senão após seis ou oito anos de trabalhos de dessalinização.

Depois disto, homens novos, jovens («cadets») e os adultos mais jovens, de cada unidade familiar de exploração (UFE), efectuam a lavra do terreno, que se desenrola em duas fases — arrancam as ervas, depois enterram-nas, revolvendo a terra.

Este processo de trabalho, masculino tal como o precedente, faz-se em Abril ou Maio. Implica uma cooperação simples mas alargada, pois põe em colaboração grupos etários e famílias da mesma aldeia.

É, com efeito, frequente que um grupo etário, geralmente o *Nhae Cruta* ou o *Ncuman*, venha ajudar as famílias durante os trabalhos de lavoura. A cooperação é mais complexa porque integra diversas tabancas.

Quando a lavra acaba, os camponeses fazem uma «iupa» (vi-veiro) nos próprios arrozais, ou então à volta das habitações, num terreno que eles lavram e reservam para esse efeito.

Eles «wagam» — lançam — os grãos de arroz e cobrem-nos de terra, a fim de evitar que sejam comidos pelos passáros.

É um processo de trabalho que é, alternadamente, masculino e feminino. Compreende uma cooperação simples intrafamiliar. Os homens lavram o campo da casa, arrancam e enterram as ervas e as mulheres semeiam o arroz lançando-o ao solo. Passados 30 ou 40 dias, nos finais de Agosto, as plantas do arroz são transplantadas para a *bolanã*. O trabalho de transplante é efectuado pelas mulheres, que podem ser auxiliadas pelos homens se estes tiveram terminado o trabalho de lavoura dos campos destinados às culturas pluviais. A sementeira do arroz exige um trabalho minucioso e penoso. As plantas do arroz são enterradas uma a uma, com a ajuda de um pau bifurcado.

E muito frequentemente, as camponesas, com as pernas enterradas na lama, ficam submersas até à cintura.

Quando o transplante termina, os camponeses têm que cuidar e vigiar a cultura. Trata-se então de lutar contra toda a gama de animais destruidores — insectos, roedores ou passáros — e contra as ervas daninhas. Precisam igualmente de vigiar o nível da água e controlar a resistência dos diques. Nesta fase, todos os membros da UFE são mobilizados. As crianças, raparigas e rapazes, dos seis aos quatorze anos, tratam de afastar os animais devastadores e de proceder à capinagem — monda — das ervas daninhas. São ajudados neste trabalho pelos pais quando são pouco numerosos. O controle da resistência dos diques é da responsabilidade dos mais velhos dos adultos. Quando se verifica que um dique cede sob a pressão das águas, todos os aldeões, homens e mulheres, vêm ajudar a família vitimada, a efectuar uma rápida reparação.

A colheita decorre em Dezembro ou em Janeiro, segundo a variedade de arroz semeada. Ela é efectuada pelos jovens («cadets») que utilizam para isso uma faca ou uma foice.

Para se protegerem das picadas dos insectos e dos arranhões, eles usam caneleiras e braçadeiras feitas de folha de «*cibi*» entrançadas. A colheita dá lugar a uma verdadeira competição de velocidade entre as diferentes equipas de jovens.

Nesta fase, os membros da família são, de novo, todos mobilizados. À medida que são cortadas, as espigas de arroz são dispostas em montes na borda das *bolañas*, pelas mulheres, e cobertas de palhas pelas crianças e pelos anciãos, para as proteger dos passáros. É um processo de trabalho alternado que exige uma cooperação mais complexa na medida em que há uma divisão de trabalho num mesmo processo. O trabalho de malhar e peneirar o arroz tem lugar de seguida no *kindante* — pequeno terreno preparado pelo chefe de família nas proximidades da bolaña. O arroz é transportado pelas mulheres jovens. E após uma pequena cerimónia religiosa destinada a «projectar» a protecção divina sobre a colheita, ele é batido pelos mais jovens. Durante a malha, nenhum trabalhador se pode ausentar sem ter procedido primeiro a um ritual destinado a afastar, da colheita, as maldições. A palha das espigas batidas é lançada para fora do *kindante* pelas mulheres jovens, e depois os grãos são peneirados pelas mulheres mais velhas.

Depois de peneirado, o arroz é transportado em grandes cestos pelas raparigas e as mulheres jovens. O transporte é feito a pé ou numa embarcação, consoante o *kindate* esteja longe, ou não, do lugar da *morança*. Quando chegam ao seu destino, os grãos de arroz são conservados nos *bafuul*, grandes potes feitos de argila e de palha de arroz, depois de serem repartidos pelo chefe de família segundo o modo como vai ser utilizado.

O arroz para semente conserva-se nos *bafuul* fechados hermeticamente e postos perto do *djembera*, o altar familiar.

As quantidades previstas para consumo e para venda são conservadas separadamente no celeiro familiar que, segundo a região, é construído no quintal da *morança* — habitação da família alargada — ou sob o telhado das habitações. Ou então o celeiro consiste simplesmente no conjunto dos *bafuul* ou numa divisão interior da *morança* construída para esse efeito.

A organização arassa do trabalho do *maale* traduz consequentemente 3 tipos de cooperação, se nos reportarmos à tipologia elaborada por E. Terray para caracterizar os modos de produção familiar. (5) Por um lado há uma cooperação simples restrita que, ao nível duma mesma *morança*, reúne numa só equipa de trabalho tanto os homens como as mulheres e as crianças. Por outro lado, existe uma cooperação simples alargada que põe em colaboração os elementos masculinos de várias *moranças* ou duma *morança* e de um ou de dois grupos etários masculinos ou/e femininos. Cada grupo etário que ajuda uma família recebe um pagamento em espécie — um porco e alguns litros de vinho de palma — e em numerário. Os indivíduos do sexo feminino ou os do sexo masculino trabalham, geralmente, durante dois dias, pelos quais recebem um pagamento de 50 a 100 pesos guineenses por dia e por trabalhador. (6) O parentesco organiza as relações sociais de produção estabelecendo relações de reciprocidade entre os segmentos dum mesmo clã.

No sistema familiar arassa, estas relações de produção, fundadas não somente sobre a posse comunitária do arrozal e uma apropriação familiar dos meios de produção, mas igualmente sobre uma organização largamente cooperativa das actividades agrícolas, são caracterizadas, de forma evidente, pelo seu aspecto comunitário. Por outro lado, as zonas de residência brassa, de predominância rizícola, revelam uma grande ocupação dos solos. A densidade demográfica aí é geralmente superior à média nacional. Nos sectores administrativos de forte predominância arassa, a densidade demográfica situa-se entre os 30 e os 80 habitantes por km², ultrapassando largamente a densidade nacional que é de 21, 3 habitantes por km². Mais precisamente, a do sector de Bissorã, no Norte, é de 79,3 e a do sector de Catió, no Sul, de 31,5. (7)

Trabalhando uma grande parte das terras cultivadas e sendo o primeiro produtor de arroz na Guiné-Bissau, os Balantas-Brassa ocupam efectivamente um lugar de peso na agricultura nacional.

Em 1953, eles cultivavam 28,3% da superfície nacional arável e produziam 55,6% do arroz do país. Hoje a situação continua inalterável, os Balantas-Brassa continuam a ser os principais produtores de arroz na Guiné-Bissau. As regiões de forte ocupação arassa são

das que conhecem maiores superfícies cultivadas e rizícolas. As regiões de Tombali, Oio e Quínara situaram-se, respectivamente, durante o ano agrícola de 1977/78, no 1.º, 2.º e 3.º lugares, na produção do arroz inundado, submerso ou irrigado. (9) Apesar da diminuição da pluviometria registada em todo o país, nestes dez últimos anos, o rendimento dos arrozais brassa, nomeadamente os situados na Região de Tombali, continua a ser o mais elevado do território nacional.

Esta região, que conserva um potencial considerável em matéria de extensão de arrozais, continua a exercer uma forte atracção sobre o povo rizicultor arassa. De 1953 a 1976, o número de arrozais aumentou em 83% e isto após os estragos provocados pelos bombardeamentos durante a guerra de libertação nacional. (10)

Em 1976/77, 84,7% do arroz comprado aos camponeses pelas duas sociedades comerciais nacionais mais importantes da Guiné-Bissau, «Armzéns do Povo» e «Socomin», provinha da região de Tombali. (11)

A explicação da capacidade produtiva arassa em matéria rizícola, encontra-se na «performance» das suas técnicas culturais que revelam toda a extensão do seu conhecimento neste domínio. Conhecimento que a observação constante durante longos séculos soube acumular. Um agrónomo chinês especialista da cultura do arroz de inundação, vindo cooperar na Guiné-Bissau, declarou, após uma estadia de alguns meses em território arassa, não ter nada, ou quase nada, a ensinar a este rizicultores.

O agricultor balanta arassa dispõe efectivamente de conhecimentos empíricos que lhe permitem determinar, com uma precisão que derrotou já mais do que um técnico nacional formado na escola ocidental: a data das primeiras e últimas chuvas; a qualidade dos terrenos propícios à rizicultura; o volume e a precisão das marés e, enfim, o tipo de exigências das diferentes sementes. As primeiras ou as últimas chuvas são-lhes anunciadas pela migração de certas aves e a proliferação dum tipo preciso de insectos.

A cor dos solos e o tipo de plantas selvagens que aí crescem assim como o seu odor, revelam-lhe a qualidade das terras destinadas à rizicultura, o grau de salinidade e o tipo de semente conveniente.

Entretanto, a irregularidade que se verificou na pluviosidade nos últimos anos, tem tido efeitos particularmente preocupantes no sector rizícola. Este regista uma quebra nítida da produtividade, mesmo nos territórios arassa, onde o rendimento se mantém um dos mais elevados do país. A produção de arroz diminuiu 38,0% na região de Oio, entre 1953 e 1978. E os vales do Mansoa e do Geba, exportadores até 1961, têm cada vez mais dificuldades em prover às necessidades alimentares das suas populações. A quebra da pluviosidade vem agravar os prejuízos causados, por um lado pela destruição dos diques durante a guerra, o que provocou uma forte infiltração de águas salgadas nos arrozais; e, por outro lado, pela utilização intensa de terrenos com vocação agrícola, que se traduz num esgotamento dos solos, provocando a necessidade de os colocar em pouso, particularmente os terrenos mais elevados.

Ontem exportadora de arroz, a Guiné-Bissau tornou-se importadora deste produto que constitui a base da alimentação da sua população.

O arroz continua a ser, no entanto, uma preocupação constante do camponês *arassa*. A vida social, assim como a organização económica do povo *arassa* são dominadas pela preocupação relativamente à produção rizícola. A realização dos ritos de iniciação, dos casamentos e dos funerais, que constituem actos tão importantes na vida individual e dos grupos segmentários, está dependente da produção do *maale*. Para além de constituir o elemento base da sua alimentação, o *maale* interfere em todas as suas manifestações sócio-culturais.

Ele determina o tipo de habitação e o modo de ocupação do espaço, e é utilizado no fabrico artesanal de objectos de cerâmica. As casas são feitas igualmente de tijolos de lama misturada com palha de arroz. Esta assegura uma maior solidez aos objectos feitos de terra seca ou cozida. As *moranças* são também construídas em função

da localização do arrozal familiar. As aldeias *arassa* apresentam, com efeito, um aspecto de dispersão à volta dos terrenos conquistados ao mar, que é característico.

Principal valor de troca da economia *arassa* e presente, de forma crescente, nos rituais religiosos, o arroz joga um papel essencial nas relações sociais. A realização dos rituais sócio-religiosos transcendententes para a sociedade *arassa*, bem como todo o acto sócio-político são função do volume da colheita de arroz.

Ao nível inter-comunitário, a divisão do trabalho, as relações de parentesco e de aliança são organizadas em redor das modalidades da produção rizícola, posta como prioritária.

No mesmo sentido as relações extra-comunitárias e supra-comunitárias, quer dizer, com o Estado Nacional, são função desta produção rizícola, pois o arroz constitui o principal elemento dos contactos comerciais *arassa*. Assim a planificação da economia nacional, que assenta sobre uma agricultura que ocupa mais de 87% da população, não pode abstrair-se hoje do papel do agricultor *arassa*. (12)

NOTAS

- (1) CECEP: «Resenseamento da Guiné-Bissau em 1979 — Dados provisórios», Bissau, 1981
- (2) André Alves de Almada: «Tratado breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde (desde o Rio de Sanaga até aos baixos de Sant, Anna)», manuscrito datado de 1594 e editado em 1841, no Porto, por Diogo Kopke. Este navegador, que era de origem caboverdiana, é conhecido pela abundância de dados etnográficos e históricos contidos na sua obra
- (3) J.P. Garcia de Carvalho: «Distribuição e história dos Povos do Posto de Bedanda», em Boletim Cultural da Guiné Portuguesa n.º 14, vol. IV, Abril de 1949
- (4) MIDEP/DDR: «Relatório de caracterização da região de Oio», Quadro n.º 2. Farim, Março de 1982.

MIDEP/DDR: «Preparação do Plano Quadrienal de 1983-86. Diagnóstico da região administrativa de Tombali», Catió, Julho de 1983
- (5) Emmanuel Terray: «Le Marxisme devant les sociétés primitives», Ed. F. Maspero, Paris 1969
- (6) Em 1984, 1 FF = 6,50 pesos guineenses
- (7) ver ob. cit. na nota 1
- (8) Fernando Quintino Rogado, administrador — etnólogo português, escrevia em 1971 que: «Em 1953 os Balantas cultivam 136 558 hectares dos 482177 ha que formam o total das terras cultivadas e produzem 55 806 toneladas das 102 277 do arroz inundado produzido à escala nacional. F. Q. Rogada: «Prática e utensilagem agrícolas na Guiné», Ed. Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1971, pag. 27 a 34

- (9) CEAP: «Potencialidades agrícolas, florestais e pastorais. República da Guiné-Bissau», vol. II, 1978, Bissau, pag. 117.
- (10) Nota 9, ob. cit.
- (11) Nota 9, ob. cit.
- (12) Nota 9, ob. cit.

A FAMÍLIA GUINEENSE — ESTABILIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Gertrud Achinger ()*

Na exposição que se segue são tratados os diferentes tipos de família da Guiné: por um lado, a família agrícola alargada da época colonial à volta de 1950, o mesmo tipo de família à volta de 1979, a família urbana de 1950 e de 1979, e finalmente dois tipos étnicos da família agrícola em 1985.

Os dados estatísticos foram extraídos dos Recenseamentos da População: do Censo da População civilizada e não civilizada de 1950, do Recenseamento Geral da População de 1960, e do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1979. 1) Os dados actuais foram recolhidos no âmbito duma investigação sócio-fundiária na comunidade de Malafó, actualmente em curso e realizado pelo Centro de Estudos Sócio-Económicos (CESE), um dos departamentos do INEP. 2)

I. Introdução

Na descrição da família da época colonial as diferenças étnicas serão apresentadas sucintamente. Esta parte terá como referência, principalmente, as investigações estatísticas e etnográficas de António Carreira. 3)

() Gertrud Achinger é doutorada em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim. É investigadora do Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP.*

A minha hipótese principal é a de que a família guineense, em 1950 ainda muito uniforme, nos últimos 30 anos sofreu um processo de transformação que a diferenciou, criando tipos diferentes de família que co-existem, lado a lado. Factor chave para esta transformação foi a diferenciação da base económica das famílias. Não ponho a hipótese de que a família nuclear, formada pelos pais e filhos não adultos, característica dos países industrializados, constitua o tipo normal da família na Guiné também. Antes, ela será um dos tipos existentes entre outros, que, contudo, ganhará mais importância com o crescimento dos centros urbanos. Por outro lado, a base económica para a família alargada, o «agregado doméstico» formado por vários núcleos familiares, persistirá e permitirá a existência deste tipo ainda por muito tempo.

II. A FAMÍLIA ALARGADA DA ÉPOCA COLONIAL

1. Base económica

A base económica da família alargada da época colonial era a economia agrícola de subsistência, caracterizada pela produção agrícola para o consumo próprio da família, que tinha que garantir à sua sobrevivência a longo prazo. As relações com o mercado existem e são importantes mas não basilares. Apresentam-se mais na forma de troca de produtos do que na venda. Normalmente, a base da economia agrícola de subsistência é cerealífera. O arroz, milho e sorgo têm a vantagem de uma armazenagem e controle sem problemas, e não se estragam facilmente. Os cereais são complementados por tubérculos, hortaliças, carne e peixe, que são cultivados sistematicamente ou recolhidos, caçados e pescados, respectivamente, nas florestas selvagens e nos rios. A produção principal tem que garantir a sobrevivência da família inteira até à próxima colheita e deve permitir uma margem grande para maus anos agrícolas, para a troca, prendas, cerimónias, e para a sementeira. Portanto, tem que ultrapassar, de longe, o consumo imediato. 4)

Até a administração colonial penetrar na Guiné rural e introduzir impostos e mercadorias industriais importadas, a família agrícola de subsistência gozou duma grande autarcia e independência. Mesmo o vestuário, candeeiros, utensílios de trabalho e da casa eram

produzidos na própria família ou na tabanca. Também as casas, currais e celeiros foram construídos pela família, ajudada por vizinhos e parentes. As necessidades em capital eram diminutas, porque ele não era preciso para a produção. A terra normalmente podia ser adquirida sem custos, dada a abundância de terreno cultivável. Os meios de trabalho, tais como o machado e o arado, eram mais difíceis de adquirir, mas não representavam um entrave insuperável, dada a sua simplicidade. Assim, o factor mais importante para a produção agrícola de subsistência era a mão-de-obra, cuja reprodução, controle e distribuição constituía a base da família alargada.

O etnólogo Claude Meillassoux mostrou, na minha opinião numa forma convincente, que os problemas de reprodução, a longo prazo, da mão-de-obra agrícola, são resolvidos de forma mais racional pela família patriarcal. 5)

Esse tipo, conseqüentemente, era o tipo comum na Guiné, como na maioria das sociedades agrícolas em todo o mundo.

2. *Características da família patriarcal alargada*

A família patriarcal alargada é constituída pelo chefe de família, as suas mulheres, crianças, parentes em linha directa ou lateral, e outras pessoas que vivem permanentemente na família. Um «agregado doméstico» é constituído por vários núcleos familiares, que vivem na mesma localidade, «morança», senão na mesma casa. Tem as características seguintes: 6)

- Patriarcado: O poder do chefe da família abrange todos os membros, mesmo os filhos adultos, presentes e ausentes, e outras pessoas vivendo no agregado doméstico. Este poder pode ser total — antigamente, nas etnias islamiçadas — ou condicionado por outros usos e costumes.
- Virilocalidade: No casamento a mulher segue o marido para a sua comunidade e este vive normalmente na «morança» do seu pai.

- Patrilinearidade: Todos os filhos tidos pelas mulheres do chefe — e muitas das vezes pelas mulheres dos seus filhos — pertencem à sua família; no caso de divórcio, ficam sob sua jurisdição, e normalmente na sua «morança».
- Poliginia: cada «homem grande» e chefe de família tem o direito de casar com várias mulheres. Na Guiné o número destas nunca foi juridicamente limitado, mesmo nas etnias islamizadas, embora existissem limites factuais. É discutível se a poliginia é uma característica constitutiva da família patriarcal. 7)
- Levirato: no caso da morte do testador, o herdeiro tem o direito e a obrigação de casar com a (s) mulher(es) dele, herdando também os filhos do testador.

3. *Diferenças étnicas na família patriarcal guineense*

O quadro geral da família guineense alargada da época colonial é modificado pelas diferenças étnicas que descreverei apenas naqueles pontos que têm ligação directa com o tema da família.

É costume falar de quatro grupos étnicos diferentes na Guiné: 8)

- as etnias das zonas litorais, «acéfalos» ou «horizontais», palmente representadas pelos Fulas e Mandingas;
- as etnias das zonas litorais, «acéfalas» ou «horizontais», cuja sociedade é marcada pela ausência de classes sociais e de poder político central; 9) por outro lado são caracterizadas pelo sistema de classes de idade. A autoridade social cabe aos «homens grandes» de cada comunidade. A etnia mais representativa deste tipo de organização social é a dos Balantas;
- as etnias da zona intermédia, entre as zonas litorais e do interior, cuja sociedade reúne alguns traços das sociedades

islamizadas, como o sistema das classes sociais e a concentração do poder político pelos régulos, com outros traços das etnias litorais, tais como o sistema das classes de idade;

— e, finalmente, os Bijagós, cuja organização social difere largamente da das etnias continentais.

Na época colonial, a organização hierarquizada da sociedade Fula e Mandinga determinou largamente o sistema familiar. O poder do chefe de família era total, nomeadamente na classe dos nobres que costumavam casar com muitas mulheres e ter muitos filhos. Cada mulher, com os seus filhos pequenos, tinha uma casa própria, e a ligação entre mãe e filho mantinha-se durante a vida dela. Na orientação dos filhos mais crescidos o tio paterno tinha um papel preponderante. 10)

A sucessão entre os Fulas fazia-se de irmão para irmão e depois para os filhos; entre os Mandingas a sucessão fazia-se do pai para os filhos masculinos, segundo a idade. As filhas não podiam herdar nem da família de origem nem na família do marido.

O casamento era um contrato entre as famílias do casal. O acordo da mulher não era necessário; podia mesmo existir um compromisso entre as famílias antes de ela nascer. A família do pretendente devia pagar, pela mulher, em serviços ou em géneros. Uma parte era paga pelo irmão do noivo, que assim adquiria o direito à mulher no caso de falecimento do irmão. O número das mulheres dum homem não era limitado, enquanto que a mulher só podia casar com um homem e era obrigada à fidelidade sexual. Antigamente as classes sociais formavam círculos de casamento fechados, nomeadamente os nobres, os escravos e certas profissões, que eram endógames.

Nas famílias Balantas, o poder do pai não era tão absoluto como na família Fula e Mandinga. O casamento era mais simples e o pagamento largamente simbólico. O acordo da mulher também não era necessário. Praticava-se também a poliginia, muitas das vezes na forma de casamentos consecutivos.

Em todas as tribos a diferença de idade entre marido e esposa podia ser enorme, sobretudo no caso da segunda ou terceira mulher. No caso dos Balantas a mulher, depois de ter dado filhos ao primeiro marido, podia deixá-lo para ligar-se a um homem da sua escolha e da sua idade. Nesse caso os filhos passavam a ser propriedade do primeiro marido.

A integração dos jovens na sociedade Balanta e noutras etnias litorais, era efectuada pelo sistema de classes de idade que introduziam o jovem num sistema crescente, passando do estado de criança ao estado de jovem e jovem adulto até ao estado final de «homem grande», chefe de família e membro responsável do Conselho dos velhos. Do lado das mulheres existia um sistema correspondente mas, contudo, mais simples. As classes de idade diminuían as responsabilidades das famílias na integração social dos jovens e na sua introdução aos direitos e obrigações que competiam à sua idade. Submetiam o indivíduo a uma disciplina rigorosa e castigavam todas as rebeliões severamente.

As etnias das zonas intermédias, os Manjacos, Mancanhas e Papéis, compartilhavam com os Fulas e Mandingas o sistema das classes sociais e a concentração do poder político nos régulos. 11) Por outro lado tinham, como as etnias litorais, as classes de idade, com importância na integração social dos jovens. Além disso, estas sociedades preservaram restos duma estrutura — talvez mais antiga — matriarcal, que ainda se revela no sistema matrilinear de sucessão. Os herdeiros legítimos dum homem são os seus parentes de linha materna: irmãos e filhos da mãe e das irmãs dela. Assim, a relação entre o sobrinho e o tio materno ganha importância especial.

As características matriarcais mais acentuadas são reveladas ainda hoje pela etnia dos Bijagós, que mantem as memórias das suas grandes rainhas. 12)

A sociedade é matrilinear, mas virilocal. A mulher escolhe o marido, constroi a casa com a ajuda dos homens, e convida o marido para lá habitar. Por outro lado, pode divorciar-se dele. O papel extraordinário das mulheres na sociedade Bijagó baseia-se no seu

papel como invocadores dos irãs protectores dos defuntos e no seu papel, em geral, na ligação entre as gerações dos vivos e dos mortos.

Nas décadas de dominação colonial até 1950 sucederam-se transformações políticas e económicas importantes que influenciaram também a família nas diferentes etnias:

- O poder político dos régulos diminuiu pela sua submissão ao poder colonial; o seu poder militar desapareceu completamente.
- A instituição da escravatura na sociedade Fula tinha quase desaparecido, mantendo-se apenas a instituição dos «*escravos da casa*».
- O sistema das classes sociais dos Fulas e Mandingas foi consideravelmente simplificado e perdeu muita da sua importância social. O isolamento social das corporações de profissões e a sua endogamia desapareceram, e as classes sociais perderam parte da sua importância social.
- Economicamente, grande parte da população Fula, Mandinga e Manjaca começou a dedicar-se ao cultivo da mancarra e doutras culturas de rendimento.
- Em geral, o mercado e a monetarização das relações económicas ganharam importância em todas as zonas rurais.
- Entre os Manjacos, já existia uma emigração sazonal e permanente importante; além disso, havia migrações internas notáveis, nomeadamente para o sul.

Todos estes factores tinham o seu impacto na família, embora seja difícil descrevê-los em pormenor por falta de estudos empíricos e dados estatísticos. Nos pontos seguintes vamos, portanto, descrever as mudanças havidas entre 1950 e 1960, e o impacto da luta de libertação nacional e da independência na família guineense.

III. *Transformação da família guineense entre 1950 e 1979*

Nos seguintes quadros — resumos dos Recenseamentos de 1950, 1960 e 1979, mostraremos a evolução demográfica da população e algumas alterações mais óbvias na composição dos agregados fami-

liares. Para 1950 apenas consideramos a população chamada «não civilizada», compreendendo 99% da população total da então Província da Guiné, que vivia, em 98%, nas zonas rurais, fora dos únicos centros urbanos, Bissau e Bolama.

Vamos considerar separadamente a família urbana.

QUADROS 1 - 8

	1) População total		2) Distribuição por sexo % Homens % Mulheres		3) Agregados Familiares	
	1950	508 960	49,5	50,5	61 745	
1960	525 437	50,5	49,5	107 534		
1979	767 734	48,2	51,8	123 685		

	4) Pessoas por agregado familiar				5) N.º de esposas por homem casado			
	média	1-5	6-10	11 e mais	média	1	2	3 e mais
1950	8,2	53	32	15	1,5	59	28	12
1960	4,5	faltam dados			faltam dados			
1979	6,2	53	35	12	1,3	64	25	11

	6) Grupos etários			7) Agricultores na População activa	8) População de Bissau
	0-14	15-65	65 e mais		
	%	%	%		
1950	37	60	3	91	2,9
1960	35	62	3	faltam dados	2,3
1979	45	50	5	80	14,3 (SAB)

Fontes: Quadros 1 - 6: Censo da População de 1950, Vol. II, População não civilizada; Recenseamento da População 1960; Recenseamento Geral da População e Habitação de 1979, Vol. VI, Agregados Domésticos

Quadros 6 - 8: op. cit.; Recenseamento de 1979: Dados Provisórios.

São necessários alguns comentários relativos ao grau de confiança que nos merecem os dados dos diferentes censos assim como algumas observações concernentes às mudanças reais neles indicadas.

Quadro 1: Os dados para a população total são incertos em todos os Censos.

É de supor que o número seja inferior ao real por a população ter ocultado uma parte dos membros ou ter-se esquecido deles. 13) Mesmo assim pode-se constatar que o crescimento da população entre 1950 e 1960 foi muito reduzido. Censos mais restritos levados a cabo em algumas zonas do país, por exemplo na circunscrição de Cacheu, mostravam que a população baixou mesmo, devido a um movimento de emigração de dimensões consideráveis. 14) Até 1974 a emigração aumentou devido aos acontecimentos da guerra; como mostram estudos de migrações em outros países africanos, em 1975/76 cerca de 15% da população guineense de 1950 encontrava-se nos países vizinhos. 15) Contudo, não há dúvida que a população aumentou consideravelmente entre 1960 e 1979, e com certeza sobretudo após a guerra, seja pelo retorno de famílias emigradas, seja devido ao crescimento natural da população.

Quadro 6)

O crescimento da população é documentado, duma outra maneira, pela comparação dos grupos etários da população. Entre 1960 e 1979 os grupos mais jovens, até 14 anos, ganharam maior peso, como também os grupos com mais de 65 anos, embora estes se tenham mantido com peso inferior em relação ao dos países industrializados.

Quadro 2)

A distribuição da população por sexos alterou-se em favor das mulheres. Isso verifica-se não tanto nos grupos até aos 20 anos, mas nos grupos entre 20 e 45 anos de idade, onde, em 1979, há uma

grande preponderância das mulheres, como consequência da guerra e da emigração que afectaram mais a população masculina. Um desequilíbrio deste tipo já existia em 1950, embora menos significativo.

Quadros 3 - 4

Aumentou fortemente o número de agregados familiares e baixou o número médio de pessoas que os compõem. O número de 1960 deve ser demasiadamente baixo, devido às anomalias na recolha dos dados. O número de 1979, de 6,2 pessoas por agregado, corresponde exactamente ao constatado noutros países africanos. 16) Vê-se que a maioria de pessoas vive em agregados pequenos e mesmo em famílias que têm apenas um núcleo familiar. Por outro lado, em 1950 existiam agregados com mais de 100 membros.

Quadro 5)

O número de esposas por homem casado baixou, e em 1979 quase dois terços dos homens casados coabitavam com apenas uma esposa. Por outro lado, não se pode dizer que a instituição da poliginia esteja a desaparecer, porque num período de 30 anos só baixou em 5%, e o número de homens vivendo com 3 ou mais esposas quase se manteve estável. Certamente baixou consideravelmente o número de homens com mais do que 4 esposas, que se manteve sempre muito baixo. Já em 1950 apenas 0,7% dos homens casados tinham seis ou mais mulheres, em regra geral régulos e outras pessoas de grande poder na sociedade, para os quais o número de esposas era uma demonstração da importância social. Estes casos desapareceram na população mais jovem.

Quadro 7 - 8

A percentagem de agricultores na população activa baixou, em 30 anos, 11%, mantendo-se (com 80%) muito alta, mesmo para o nível dos países africanos. Entre a população activa os recenseadores contaram poucas mulheres. A grande maioria delas, 95% em 1950 e pouco menos em 1979, foi considerada como «domésticas rurais».

A população não-agrícola concentra-se nos centros urbanos, nomeadamente em Bissau, cujo crescimento foi impressionante e deve-se à criação do Estado nacional independente da Guiné-Bissau.

2. *CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO PARA A FAMÍLIA GUINEENSE*

Em geral, pode-se dizer que a guerra de libertação teve um grande impacto introduzindo descontinuidades na vida das famílias guineenses. Estas nunca foram estudadas aprofundadamente, mas sabe-se, através de estudos regionais, que, por exemplo, na região de Tombali, tabancas inteiras tiveram que fugir para o mato, abandonando as suas bolanhas cujos diques rebentaram. Após a guerra, muitas bolanhas estavam danificadas por acção da água salgada e nunca foram recuperadas, em parte pela falta de mão-de-obra. No sul, muitas tabancas perderam mais de metade da sua população, e hoje sente-se sobretudo a falta da camada dos jovens activos, que ficaram nas Forças Armadas, ou que então ficaram em Bissau ou foram enviados para cursos de estudo no estrangeiro. 17)

Contudo, a guerra, se por um lado infligiu grandes sofrimentos a muitas famílias, teve uma influência «unificadora» e «modernizadora» no povo guineense: Aumentou largamente os contactos interétnicos e, sobretudo na geração mais nova, desfez juízos e preconceitos interétnicos. Divulgou a «Língua franca» da Guiné, o crioulo, e assim facilitou casamentos interétnicos. Forneceu a muitos guineenses conhecimentos de países estrangeiros e de profissões modernas. Aos estudantes nos países industrializados forneceu conhecimentos de outros tipos de famílias e outras relações entre os sexos. Tudo isto diz respeito mais às camadas jovens do que às outras, e mais aos homens do que às mulheres.

A guerra iniciou uma tendência, que com a independência do país se expandiu, a saber o crescimento da população urbana e a formação da família urbana. Assim, nasceu um novo tipo da família guineense, que iremos estudar um pouco mais de perto.

3. *A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA URBANA NA GUINÉ*

No ano de 1950 existiam apenas dois centros urbanos propriamente ditos na Guiné-Bissau e Bolama. Só nestas cidades a estrutura social e profissional da população se distinguia das zonas rurais. Mesmo nas sedes regionais, a estrutura social da população, com excepção da pequena camada dos funcionários da administração

colonial, era exactamente igual à das tabancas que os rodeavam. Esse facto constatou-se ainda em 1979. Por isso, vamos estudar o tipo da família urbana só a partir do exemplo de Bissau.

Bissau tinha em 1950, oficialmente, 12 034 habitantes, que viviam em 2 785 famílias ou seja agregados familiares. Até 1979 a população da cidade, excluindo os bairros limítrofes, cresceu para 105 237 habitantes. O Sector Autónomo de Bissau já tinha, em 1979, 112 080 habitantes, divididos em 19 858 agregados familiares. Isto significa que a cidade de Bissau, em 19 anos, passou a ser dez vezes mais populosa do que em 1960. Actualmente a taxa de crescimento anual de Bissau é estimada em 5%-6%. O crescimento mais rápido aconteceu sem dúvida nos anos imediatamente após a independência, quando a administração nacional se estabeleceu na cidade e Bissau se tornou o centro da indústria e do comércio nacional.

Contudo, só o núcleo português e alguns bairros de Bissau mostram características realmente urbanas, e apenas uma parte dos habitantes, sobretudo os funcionários da administração e os empregados do comércio, levam uma vida urbana; simultâneamente, grande parte da população dos bairros mais afastados leva ainda uma vida rural. Porém, pode-se verificar, pela comparação da população de Bissau com a população das zonas rurais, que Bissau tem algumas características específicas, que se revelaram no Recenseamento de 1979; demonstramo-lo pelos seguintes quadros:

QUADROS 9 - 15

	N.º de pessoas/família			10) Grupo etários			11) N.º de filhos por chefe de família
	1-5 %	6-10 %	11 e mais %	0-14 %	15-64 %	65 e mais %	
SAB	59	33	8	34	64	1,5	<i>média</i>
Zonas Rurais	28	42	30	47	51	3	2,1
							2,6

	12) N.º de Esposas/marid.			13) Conheçim. de crioulo		14) Sabem ler e
	1 %	2 %	3 e mais %	só cri. %	cri. e out. %	escrever %
SAB	76	17	7	18	42	12
Zonas Rurais	61	27	12	4	36	4

	15) Ramos de actividade da população activa segundo a distribuição regional					
	Admin/ Defesa %	Agricult. %	Indústria transform. %	Comércio %	Serviços financ. %	Serviços sociais %
SAB	52	2	48	59	86	61
Zonas Rurais	48	98	52	41	14	39

Fontes: Quadros 9 - 14: Recenseamento Geral de 1979, Vol. VI, Dados definitivos; Quadro 15: Idem, Dados provisórios.

Podemos sublinhar os seguintes factos:

- Estatisticamente, as famílias de Bissau são mais pequenas do que as das zonas rurais; um maior número de famílias é constituído por apenas um núcleo familiar. Um maior número de homens casados tem apenas uma mulher, e o número de filhos por chefe de família é menor em Bissau do que nas zonas rurais.
- Em Bissau, um maior número de pessoas vive em casamentos etnicamente mistos e fala crioulo como primeira ou segunda língua. Quase metade das pessoas «duma «etnia não identificável» vive em Bissau. Como é de esperar, comparativamente com as zonas rurais, um maior número de pessoas sabe ler e escrever.
- Em Bissau, a estrutura profissional é completamente diferente da das regiões: a maioria dos funcionários estatais

dos membros das profissões liberais, dos médicos, dos operários industriais e dos artistas, músicos, escritores, etc, vive e trabalha em Bissau. Assim, Bissau é a única comunidade na Guiné cuja estrutura profissional é semelhante à das cidades dos países industrializados. 18)

O elemento que mais distingue Bissau hoje, de Bissau da época colonial, é a existência da administração e do governo nacional. O «estilo moderno» da vida em Bissau é sobretudo uma expressão das ideias dos funcionários públicos e dos jovens ainda a caminho destas posições. Mas são apenas as camadas dos funcionários médios e superiores que demonstram esse estilo, enquanto que a massa dos empregados públicos dos escalões inferiores não se distingue muito da população nas zonas rurais. A família monógama e mononuclear está restringida a uma pequena camada de pessoas em posições mais elevadas que é objecto dum certo controle do PAIGC e da UDEMU, que promovem a monogamia. Estas famílias hoje representam um tipo de família extremamente oposto à das elites tradicionais, nomeadamente os régulos, caracterizadas por um grande número de esposas e filhos.

V. A FAMÍLIA CAMPONESA HOJE

Pode-se perguntar se o tipo «moderno» da família urbana, correspondente à família dos países industrializados, também ganha terreno nas zonas rurais. A comparação dos dados dos Recenseamentos de 1950 e 1979 certamente revelou tendências nessa direcção. O número médio de pessoas por agregado baixou de 8,2 para 6,2, e os casamentos monogâmicos aumentaram de 59% para 64%. Mas isto não significa que se trate de tendências uniformes. A nossa hipótese é, pelo contrário, a de que nas zonas rurais se desenvolvem vários tipos de famílias, umas mais próximas dos grandes agregados familiares antigos, outras mais perto da família urbana, dependentes das transformações económicas e sociais, vividas, dum forma diferente, pelas diversas etnias.

É de supor que aquelas famílias se aproximam mais do tipo urbano, já que:

- produzem bens agrícolas comerciais, tais como mancarra e cana de açúcar;
- têm uma percentagem mais alta de migrantes permanentes e sazonais;
- têm relações mais estreitas com outros sectores económicos;
- têm mais relações com Bissau;
- e mandam mais frequentemente os filhos para a escola e formação profissional.

Estas hipótese foram verificados no estudo que o Centro de Estudos Sócio-Económicos, do INEP, fez entre Julho e Outubro de 1985 em duas tabancas pertencentes à comunidade rural de Malafó, situada junto à estrada Jugudul-Banbadinca no Sector de Mansoa, Secção de Portogole. 19) Tivemos oportunidade de preencher boletins de família para todas as famílias de duas tabancas. Uma foi Malafó, uma tabanca constituída por 14 moranças Balantas Brassas e 2 moranças Papéis, em que todas as famílias vivem da produção de arroz de bolanha. A outra tabanca estudada foi Cabuca, a apenas 3 km de distância, habitada por 12 famílias, das quais 10 Manjacas e 2 Mansoancas, todas elas viradas para a produção de cana de açúcar, tubérculos, arroz de sequeiro e frutas, sendo no entanto a produção principal a de cana para venda. O quadro seguinte mostra alguma diferenças mais óbvias entre as duas tabancas:

<i>Quadro 16:</i>	<i>Malafó</i>	<i>Cabuca</i>
N.º de pessoas presentes	239	65
N.º de pessoas ausentes	45	29
% de pessoas ausentes	16	31
N.º de agregados familiares	16	12
Pessoas por agregado familiar	14,8	4,6

N.º de «fogões» (núcleos familiares)	47	13
Pessoas por núcleo familiar	5,8	4,2
Famílias multinucleares	12	1
Distribuição p/sexos (homens/mulheres)	52:48	51:49
Esposas por homem casado	1,8	1,4
% homens com 1 esposa	46	64
2	27	36
3	27	0
% dos membros presentes		
de 0 - 9 anos	34	29
10 - 17	17	12
18 e mais	49	58
% dos membros ausentes		
de 0 - 9 anos	38	0
10 - 17	18	24
18 e mais	44	76

Como se pode constatar, Malafó é uma **tabanca** muito típica duma economia agrícola de **subsistência**:

- tem agregados familiares muito alargados. A média de 14,8 pessoas é a dupla da média nacional. A maior morança tem 28 membros presentes e 15 membros ausentes.
- O agregado familiar normal tem vários núcleos familiares, «fogões», formados pelos filhos e sobrinhos do chefe, com as suas esposas, filhos e outras pessoas. Mesmo estes «fogões» têm mais pessoas do que a família média em Cabuca. Uma das condições para a existência de agregados deste tipo é a grande autoridade do chefe de família, que faz com que os filhos se mantenham à sua volta. Ou-

Outra condição é a de que os filhos se dediquem ao mesmo tipo de actividade económica que o pai.

- O agregado familiar não é constituído só por parentes de linha directa, tais como pais, filhos, avós, mas também por outros parentes colaterais e mesmo de não-parentes.

Um agregado de 26 pessoas e quatro «fogões» inclui por exemplo: o chefe de família, dois irmãos, dois filhos, dois sobrinhos, a mulher do chefe, duas noras, duas mulheres dos sobrinhos, duas mulheres dos irmãos, dois «sobrinhos da casa», dois netos, três crianças dos sobrinhos e três filhos de criação.

As famílias Balantas tentam sempre estabelecer uma estrutura equilibrada no que respeita a distribuição dos sexos e classes de idade. Dão os seus filhos a parentes onde faltam rapazes duma certa idade, e pedem por sua parte filhos para criação. Tal facto tem a ver com o papel economicamente importante dos rapazes, como pastores, na vigilância dos passáros e como lavradores. As filhas, por sua parte, são enviadas para criação na família do futuro marido.

A troca de crianças explica em parte a grande percentagem de crianças nos membros ausentes das famílias. Os dados sobre os ausentes são pouco exactos, porque não são completos — nem todos tinham informações sobre eles. Por outro lado, contaram com muitas pessoas cuja ausência é permanente, por exemplo filhas casadas. Na tabanca Balanta as razões mais mencionadas para a ausência de membros da família eram, por ordem decrescente: criação, casamento, escola/formação, trabalho/serviço militar, aleitamento do bebé, visita a parentes, tratamento médico. Escola e formação são razões novas para a ausência de membros da família e resultam numa separação permanente do membro do agregado familiar. Os estudantes normalmente não voltam, pois ficam nos centros urbanos para aí trabalhar. Como são na maioria rapazes, que representam mão-de-obra muito valiosa, e não são compensados por outros vindos de outras famílias, a saída deles é uma perda importante para a família, o que explica as reticências dos pais perante a escola.

A existência duma maioria de mulheres verifica-se apenas no grupo de adultos, ao passo que estão em minoria nos outros grupos.

No grupo dos adultos o facto explica-se pela poliginia que na tabanca Balanta ultrapassa a média nacional. Para a percentagem menor de mulheres no grupo dos jovens não temos explicação, porque nestes grupos de ausentes também têm preponderância os rapazes.

Em resumo, pode-se dizer que a tabanca Balanta e a sua estrutura familiar dão um bom exemplo duma família adaptada à base económica. Produz a mão-de-obra necessária, e ao mesmo tempo é capaz de sobreviver em situações de crise criadas pela morte ou doenças de alguns dos seus membros.

CABUCA — A TABANCA MANJACA

Cabuca demonstra uma estrutura familiar quase completamente oposta à de Malafó, mas talvez típica de uma economia agrícola virada para o mercado. As famílias têm muito mais em comum com a família urbana do que com a família alargada em Malafó:

- Como regra geral, são mononucleares e englobam pai, mãe e filhos não adultos. Em três casos a mãe do chefe, viúva, vive com o filho;
- Quase dois terços dos homens casados têm apenas uma mulher e não há homens com três mulheres; por consequência, as famílias são pequenas, até mesmo mais pequenas do que a média nacional.
- Há muitos membros da família ausentes. No caso de Cabuca contaram mesmo mais membros ausentes do que em Malafó, na maioria irmãos e irmãs, que vivem «na terra», em Bachile e noutras tabancas próximas. Cabuca é uma tabanca nova, que existe há apenas cerca de trinta anos e ainda tem relações estreitas com as tabancas de origem, para onde as famílias às vezes mandam as suas filhas.
- As famílias têm menos filhos do que em Malafó. Estes normalmente ficam com os pais enquanto pequenos, mas a partir dos 11 anos vão estudar e, mais tarde, trabalhar fora da tabanca, de maneira que as hipóteses de eles voltarem para junto da família e aí permanecerem como agricultores parecem mais remotas do que no caso de Malafó.

Em resumo pode dizer-se que a família de Manjacos em Cabuca parece dar menos garantias de sobrevivência em casos de doença prolongada ou morte, e a sua continuidade como família agrícola, de geração para geração, é menos certa. Por outro lado, devido às relações estreitas com o mercado e com Bissau, os membros individuais das famílias Manjacas têm menos dificuldades de transitar para outros sectores económicos do que os jovens Balantas.

Como conclusão geral da nossa exposição esperamos ter mostrado que até agora não existe uma transformação linear da família guineense, cujo ponto final seria a família urbana; pelo contrário, constatamos a existência deste tipo restringido a uma pequena camada urbana, ao lado de muitos tipos adaptados às diferentes bases económicas.

NOTAS:

- 1) Para dados bibliográficos mais completos consultar a bibliografia.
- 2) Ao Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP foi pedida, pelo MDRP, a elaboração dum estudo sócio-fundiário ligado a um projecto hidro-agrícola (construção duma barragem). Os dados sobre as famílias foram recolhidos em pequenos Boletins de Família, preenchidos para cada chefe das famílias localizadas à volta do sítio previsto para o projecto.
- 3) Cf. a bibliografia
- 4) As diferentes utilizações da colheita pela família alargada e pela aldeia foram descritas duma forma muito detalhada por Georg Elwert (1983), p. 77-88
- 5) Cf. Claude Meillassoux (1977), I.2.: A reprodução doméstica
- 6) Cf. António Carreira (1961), p. 643-45
- 7) Idem, p. 657-58
- 8) Amílcar Cabral (1964) apenas fala de dois tipos étnicos diferentes, a sociedade «semi-feudal» dos Fulas e a sociedade «horizontal» dos Balantas. Outros autores, por exemplo António Carreira, (1961), falam de quatro tipos, correspondentes às quatro zonas agrícolas e climáticas da Guiné.
- 9) Christian Sigrist fala de etnias «akephalos» (1982, p. 277-78). A expressão significa «sem cabeça» e deve caracterizar sociedades que não conhecem um poder político central.
- 10) Cf. Carreira (1961), p. 647
- 11) Cfl. Carreira (1967) e (1947).
- 12) O estudo sociológico mais recente da sociedade dos Bijagós é a de Dilma de Melo Silva (1984)

- 13) Os problemas metodológicos e metódicos dos diferentes Censos realizados pela administração colonial, foram analisados por António Carreira (1952)
- 14) Cf. Carreira (1967), p. 55
- 15) C.K.C. Zachariah e J. Conde (1981), p. 40
- 16) Estes dados foram citados por Georg Elwert (1983), p. 149
- 17) Os estudos mais sucintos sobre os efeitos da guerra nas diferentes regiões foram feitos pela socióloga francesa Anne-Marie Hochet nos anos 1978-1980. Para o sul, consultar especialmente o estudo realizado nas regiões administrativas de Tombali e Quínara (ver bibliografia)
- 18) Mesmo Bissau representa mais o tipo especial da cidade que se desenvolveu nos países do terceiro mundo, e cuja economia se baseia no sector terciário. Faltam aqui as indústrias e um proletariado propriamente dito.
- 19) As duas tabancas constituem apenas uma parte das tabancas estudadas pelo CESE. Para outras os dados, por enquanto estão incompletos.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Amílcar:** Brève analyse de la structure sociale de la Guinée «Portugaise». PAIGC. Conakry 1964
- CARREIRA, António:** Vida social dos Manjacos. Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa. N.º 1. Lisboa 1947
- IDEM** Censos populacionais. Inquéritos pelo sistema da amostragem. Medidas de aumento populacional. Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa (BCGP) VII, N.º 27, Julho 1952, p. 545-83

— o exemplo da Guiné-Bissau). G. Elwert/
/R. Fett (ed.), Frankfurt/Main 1982,
p. 274-293

ZACHARIAH, K.C. and Julien Condé: Migration in West África
Demographic Aspects. A joint World Bank-
-OECD Study Published for the World
Bank by Oxford University Press, New
York et el. 1981

RECENSEAMENTOS

Província da Guiné. Censo da População de 1950. Vol. I: Popula-
ção Civilizada. Lisboa 1959 (Junta das In-
vestigações do Ultramar. Centro de Estu-
do Políticos e Sociais. Estudos de Ciências
Políticas e Sociais 25)

Vol II: População Não Civilizada. Tipogra-
fia Portuguesa Lda. — Lisboa

Recenseamento da População 1960. Resumo Geral (Portugal. Pro-
víncia da Guiné. Serviços de Administra-
ção Civil. Secção de Estatística. IX). Mi-
nistério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa
— 1978

Recenseamento Geral da População e da Habitação. Resultados Pro-
visórios (Fase II). República da Guiné-Bis-
sau. Ministério da Coordenação Económica
e Plano. Departamento Geral de Recensea-
mento. 1.ª Ed., 5 de Agosto de 1981

Recenseamento Geral da População e da Habitação. Dados Defini-
tivos. Vol. VI: Agregados domésticos. Bis-
sau 1982

APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR NA GUINE-BISSAU: PERSPECTIVAS E PROBLEMAS

por Abdulai Silá (*)

O presente artigo foi apresentado sob a forma de comunicação do autor à sessão de debates sobre as fontes de energia novas e renováveis, no âmbito da 1.ª Jornada Nacional de Energia, que teve lugar em Bissau, de 3 a 7 de Outubro de 1985.

Trata-se assim de um trabalho de carácter informativo e de divulgação, no qual são apresentados, numa forma sucinta e acessível, os aspectos técnicos e as possibilidades da aplicação da energia solar no meio rural.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade humana, em todos os aspectos, tem estado intimamente relacionado — diríamos até condicionado — com a sua capacidade de produzir a quantidade de energia indispensável para a produção de bens materiais e para a sua própria reprodução.

Independentemente da época histórica e da situação geográfica o ser humano teve sempre a necessidade de produzir e aplicar as mais diversas formas de energia. Face a esta necessidade, e como resultado de longos anos de actividade criadora e da experiência

(*) Abdulai Silá é engenheiro electrotécnico, formado pela Universidade de Dresden e é o Coordenador do Centro de Documentação Tecnológica do INEP.

acumulada, ele conseguiu não só descobrir e aproveitar múltiplas fontes de energia mas também desenvolver processos tecnológicos susceptíveis de proporcionar um aproveitamento mais racional e uma utilização mais vasta da energia disponível.

As diferenças de nível de vida e de estágio de desenvolvimento entre as sociedades contemporâneas correspondem, duma maneira ou doutra, ao desnível actualmente existente entre estas mesmas sociedades no sector energético. Assim, enquanto que nos países industrializados se assiste a um desenvolvimento fantástico de processos tecnológicos de produção e transformação de energia, para a maioria da população dos países subdesenvolvidos as principais fontes de energia continuam a ser, tal como há séculos, a lenha e a força muscular.

Se é verdade que nas últimas décadas os países africanos têm vindo a executar muitos projectos de incremento da produção energética — sobretudo da electricidade — através do aproveitamento dos recursos naturais de que dispõem, não é menos verdade que estes projectos não tiveram o impacto esperado em termos de melhoramento das condições de vida e de trabalho da maioria das populações destes países. A baixa produtividade industrial, a insuficiência alimentar assim como o fenómeno de desertificação que assola actualmente várias regiões do continente africano, são algumas consequências da situação de atraso anteriormente referida.

Qualquer estratégia de desenvolvimento tem que ter este facto em conta, quer dizer, a solução destes e doutros problemas prementes deve passar necessariamente pela solução do problema energético.

O aumento contínuo do preço dos combustíveis fósseis e o seu esgotamento a longo prazo por um lado e, por outro, a estrutura sócio-económica dos países como a Guiné-Bissau exigem a concepção ou a adopção de sistemas capazes de transformar recursos renováveis em energia utilizável pelo Homem.

No caso concreto do nosso país, a fraca densidade populacional e a aglomeração das populações em pequenas tabancas, dispersas, são os factores principais que pesam a favor da utilização de fontes de energia renováveis, a qual baseada fundamentalmente na descen-

tralização, na diversificação e na baixa densidade energética, oferece a solução dos principais problemas do mundo rural, problemas esses que as energias convencionais fundamentadas na concentração energética e de capital não estão aptas a resolver.

Das diversas energias renováveis actualmente conhecidas e aproveitadas optamos neste trabalho, por motivos que justificaremos mais adiante, pela energia solar.

Para além do já dito a respeito das energias renováveis, a energia solar oferece vantagens suplementares tais como a sua disponibilidade gratuita, em todo o território nacional, de 365 dias por ano (com uma radiação à volta dos 5 kwh/m² e ainda o facto da tecnologia em evolução permanente e num sistema robusto e simples.

2. *As Células Solares*

Para a captação da energia emitida pelo Sol são conhecidos dois métodos:

- a) O aquecimento de água ou de ar através de colectores solares;
- b) A transformação directa da luz solar em electricidade por meio de células solares.

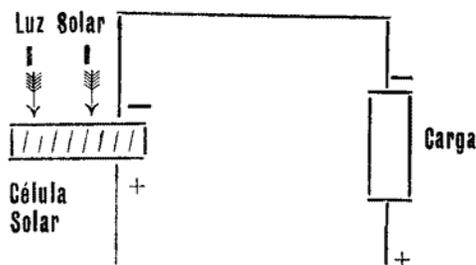
Neste trabalho debruçar-nos-emos exclusivamente sobre este último método.

2.1. *Funcionamento das Células Solares*

As células solares (igualmente denominadas células fotovoltaicas) são geralmente constituídas por pequenas placas de silício que convertem directamente a luz solar em electricidade. O princípio de funcionamento destas células é denominado efeito fotoeléctrico ou fotovoltaico e pode ser resumido do seguinte modo:

A luz solar, penetrando no material (a célula é composta por uma camada de silício do tipo *p* e uma outra do tipo *n*) choca com os átomos do silício, resultando daí a libertação de um certo número de electrões. O contacto entre as camadas de silício dos tipos *p* e *n* cria um campo eléctrico, o qual transporta os electrões na direcção da camada do tipo *n* (à qual se

encontra ligado um contacto metálico negativo). Esta corrente de electrões pode ser conduzida através de uma carga (veja fig. 1) até ao contacto metálico positivo, fechando desta forma o circuito.



É evidente que quanto maior for a intensidade da luz solar mais electrões serão libertados e consequentemente maior a corrente eléctrica.

O valor da tensão e da corrente, contínuas, fornecido por uma célula solar é muito baixo (aproximadamente 0,5 V e 22 mA/cm² respectivamente). Por isso para se obter valores mais elevados, torna-se necessário conectar diversas células em série e/ou em paralelo conforme a tensão e a corrente desejadas.

2.2. VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS CÉLULAS SOLARES

Como qualquer outro produto industrial novo e ainda em fase de aperfeiçoamento, as células solares, apesar de todas as suas vantagens, possuem também alguns inconvenientes.

As principais vantagens são:

- 1 — Instalação muito simples.

Depois de montado e instalado, o sistema de conversão de luz solar em electricidade (que inclui os painéis solares e, em alguns casos, os acumuladores conforme veremos mais adiante) continua a

funcionar quase todo o tempo sem intervenção humana. Não é necessário ter vastos conhecimentos técnicos para se poder ligar os fios.

2 — Elevada fiabilidade.

As células solares têm um funcionamento completamente estático. A alta fiabilidade resulta do facto da conversão ser inteiramente electrónica, de modo que não se necessita de nenhum elemento móvel. As células são construídas para funcionarem durante um período superior a vinte anos e, actualmente, os principais fabricantes dão uma garantia de cinco anos.

3 — Funcionamento sem carburantes.

A luz solar é gratuita para todo o mundo. No caso do nosso país dispomos de 365 dias por ano e cerca de 12 horas por dia de sol com uma radiação média anual avaliada em cerca de 5 kwh/m².

4 — Manutenção quase nula e simples.

Graças à inexistência de peças móveis, os trabalhos de manutenção do sistema são reduzidos ao mínimo. Tarefas como o controle periódico do nível do ácido no acumulador, a limpeza da poeira e outras do género, são muito simples.

5 — Fornecimento de electricidade sem fretes de transporte.

Dado que a luz solar é geralmente disponível em toda a parte, a sua transformação em electricidade processa-se no local onde ela é consumida. Deste modo as despesas de transporte tornam-se desnecessárias e as perdas praticamente nulas (compare-se com o transporte da electricidade da rede ou com o dos combustíveis).

6 — Funcionamento sem barulho.

Devido à conversão electrónica o sistema funciona sem nenhum barulho.

A estas vantagens seria ainda de se acrescentar o facto de que da utilização das células solares não advem nenhuma poluição do meio ambiente.

Quanto às desvantagens, os progressos no domínio tecnológico tendem a reduzi-las cada vez mais. Actualmente pode-se indicar as seguintes:

1 — Elevado preço de compra.

Ao contrário do que sucede por exemplo como o gerador Diesel, a electricidade fornecida pelas células solares deve ser paga de uma única vez. O montante do investimento a efectuar depende essencialmente de dois elementos:

- a) Quantidade de energia que se pretende produzir e, daí, o número de células a adquirir e a ligar em série/paralelo.

Com um rendimento actual de aproximadamente 20%, o tempo de amortização das células é avaliado em 6 a 10 anos. Este tempo (correspondente a um determinado rendimento) depende da incidência solar no local de instalação. Com as novas técnicas de produção este tempo de amortização diminuirá consideravelmente nos próximos anos, o que terá igualmente uma repercussão sobre os preços.

Segundo estudos feitos os preços das células solares diminuíram de 1974 a 1980 em mais de 50%. Estima-se que no ano 2000 o preço do kwh comparado com o do 1985 será 12 vezes mais barato.

b) Preço dos acumuladores.

Como veremos mais adiante, há a necessidade, para certos casos de aplicação, de acumulação de energia através de baterias. Ao contrário do que se verifica no caso das células, não se espera uma alteração significativa do preço das baterias, pois estas conhecem já uma utilização generalizada há já longos anos.

2 — Armazenagem.

Para certos casos, como por exemplo a iluminação, a energia necessária deve ser acumulada durante o dia.

3 — Fabricação altamente tecnológica. —

Apesar da montagem e a utilização das células serem relativamente simples, a sua produção exige um elevado nível tecnológico e

um «savoir-faire» correspondente. Deste modo mesmo que a aplicação seja reduzida a produção só pode ser rentável se for feita em massa.

3. OS PAINÉIS SOLARES

No capítulo anterior já tínhamos dito que a tensão e a corrente fornecidas por uma célula são muito baixas (cerca de 0,5 V e 22 mA/cm² respectivamente). Assim, para se obter valores mais elevados torna-se necessário ligar em série e/ou em paralelo várias células. Para uma potência de 12 W (12 V, 1A), por exemplo, deve-se ligar 24 células em série ($24 \times 0,5 \text{ V} = 12 \text{ V}$) e cinco desses grupos em paralelo. As células assim agrupadas passam a constituir os chamados painéis solares.

Cada painel constitui em si uma unidade autónoma que, segundo o número de células de que se compõe e a intensidade dos raios solares, fornece uma determinada tensão e corrente. A montagem modular dos painéis oferece duas vantagens interessantes:

- a) O número de painéis numa instalação pode ser facilmente adaptado às necessidades de consumo. Isto quer dizer que não é necessário começar imediatamente com uma instalação grande e cara. À medida que for aumentando o consumo de energia, e se as finanças o permitirem, deve-se simplesmente acrescentar aos já existentes o número de painéis necessário.
- b) No caso de ocorrer uma avaria num painel qualquer o sistema continua a funcionar regularmente, pois cada painel fornece separadamente uma determinada corrente independentemente dos outros painéis.

3. 1. DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE PAINÉIS

Para se determinar o número de painéis a montar num determinado local, são necessários dois dados:

- a) A radiação solar diária nesse local (em kwh/m² dia);
- b) O consumo, também diário, de energia (em wh/dia).

A radiação solar é facilmente mensurável através de instrumentos de medida próprios. O consumo diário exprimido em wh/dia é o produto da potência da totalidade dos aparelhos e/ou instrumentos consumidores de energia e a duração da utilização dos mesmos, em horas, por dia. No caso do sistema ser dotado de acumuladores o valor calculado como acima se indicou deve ser dividido pelo rendimento do(s) acumulador(es) (geralmente entre 55% e 70%, segundo o tipo).

Uma vez obtidos estes dois dados a potência dos painéis a instalar corresponde ao quociente da divisão do consumo diário pela radiação solar diária.

Convém realçar que é mais barato comprar um painel grande do que dois pequenos.

3.2. *A MONTAGEM DOS PAINÉIS*

Existem dois tipos de painéis: os fixos e os móveis. Estes últimos, seguindo a direcção do sol, captam 30% de energia mais que os outros. Mas dado que um sistema assim montado se torna muito mais caro e complicado, preferimos abordar a seguir só o sistema fixo que é o mais adequado para países como o nosso.

Afim de captar o máximo de raios luminosos possível, os painéis fixos são orientados na direcção do equador. Quanto à inclinação do painel, o ângulo entre o plano horizontal e o painel deve ser igual à latitude geográfica do local onde se faz a instalação. Assim, para a Guiné-Bissau, que se situa entre os 13° 40' e 12° 20' latitude Norte, um ângulo de 13° seria suficiente e aplicável em todo o território nacional.

Para a montagem dos painéis fixos existem três possibilidades:

- a) No telhado;
- b) Sobre um poste;
- c) Sobre uma armadura metálica com quatro suportes.

É evidente que se se pretender montar painéis nas zonas rurais do nosso país, onde quase a totalidade das habitações são cobertas de palha, a primeira possibilidade é posta fora de questão.

4. OS ACUMULADORES

Dado que o sol só brilha durante um determinado número de horas por dia, torna-se necessário, para certas aplicações, que a energia captada seja armazenada. Para este efeito são utilizadas baterias recarregáveis igualmente denominadas acumuladores.

Só o processo de acumulação em si provoca uma perda de energia de cerca de 25%. Todavia os acumuladores, em combinação com os painéis, proporcionam duas vantagens, a saber:

- a) Fornecimento de uma tensão estável exigida por muitos aparelhos eléctricos;
- b) Graças a esta tensão praticamente constante, o painel opera quase sempre no ponto de funcionamento óptimo (maior rendimento).

4.1. TIPOS DE ACUMULADORES

Para a estocagem de energia existem actualmente dois tipos de baterias: as de cádmio e níquel e as de chumbo com ácido sulfúrico. Cada uma delas tem características próprias e a escolha de um ou de outro tipo faz-se segundo as condições específicas da aplicação conforme veremos mais adiante.

Para as baterias de cádmio e níquel são mencionadas as seguintes vantagens:

- a) Longa duração (20 a 25 anos);
- b) Ciclos de carga/descarga superiores a mil;
- c) Possibilidade de fornecimento de correntes de descarga muito elevadas;

- d) Alta resistência às correntes de descarga elevadas;
- e) Forte descarga (até 10% da capacidade);
- f) Possibilidade de deixar a bateria descarregada durante um longo período;
- g) Volume menor e menos pesadas que as de chumbo (para as que têm a mesma capacidade).

As principais desvantagens deste tipo de baterias são:

- a) Rendimento mais baixo (cerca de 55%);
- b) Autodescarga relativamente alta (10% para as novas, 60% para as mais usadas);
- c) Preço mais elevado.

Quanto às baterias de chumbo, elas são as mais conhecidas e mais utilizadas em todo o mundo (95%). Elas oferecem as seguintes vantagens:

- a) Maior rendimento (70 a 80%);
- b) Autodescarga muito reduzida;
- c) Preço relativamente baixo;
- d) Capacidade facilmente controlável.

As inconveniências são as seguintes:

- a) Corrente de descarga muito limitada;
- b) Fraca resistência às correntes de descarga (sulfatação);
- c) Não podem ficar descarregadas por muito tempo.

4.2. A ESCOLHA DE ACUMULADORES

Se se tiver em conta que tanto para as baterias de chumbo como para as de cádmio e níquel existem no mercado (no nosso infelizmente ainda não) diversos tipos, conforme as aplicações específicas

no domínio da energia solar, conclui-se que a escolha não é uma tarefa tão fácil como aparenta à primeira vista. Contudo pode-se encontrar já na literatura especializada algumas recomendações gerais baseadas na experiência adquirida. Eis algumas delas:

- a) Se é necessário manter a carga durante um longo período, recomenda-se o uso de acumuladores de chumbo sem antimónio;
- b) Se a carga não deve ser conservada por muito (mais do que um mês) e se se tratar de:
 - I) pequenas aplicações móveis e de descarga elevada, deve-se dar prioridade aos acumuladores de cádmio e níquel;
 - II) aplicações com ciclos elevados, as baterias de tracção (chumbo) são mais adequadas (são as mais utilizadas nos países tropicais);
 - III) aplicações com reduzido número de ciclos, os acumuladores de chumbo em geral são mais indicados.

4.3. DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE ACUMULADORES

O número de acumuladores de um determinado sistema depende da potência total dos aparelhos consumidores de energia e do número de dias consecutivos com nebulosidade. No nosso país uma capacidade de estocagem para dois ou três dias deve ser suficiente.

Uma vez feitos estes cálculos e estimativas pode-se determinar a quantidade de acumuladores de que se vai necessitar.

Para se obter capacidades mais elevadas os acumuladores devem ser ligados em paralelo. Neste caso há uma precaução a tomar: as tensões de todos os acumuladores devem ser iguais. Caso contrário, umas serão carregadas por outras e, em certos casos, com uma corrente tão alta que pode destruir o(s) acumulador(es) com

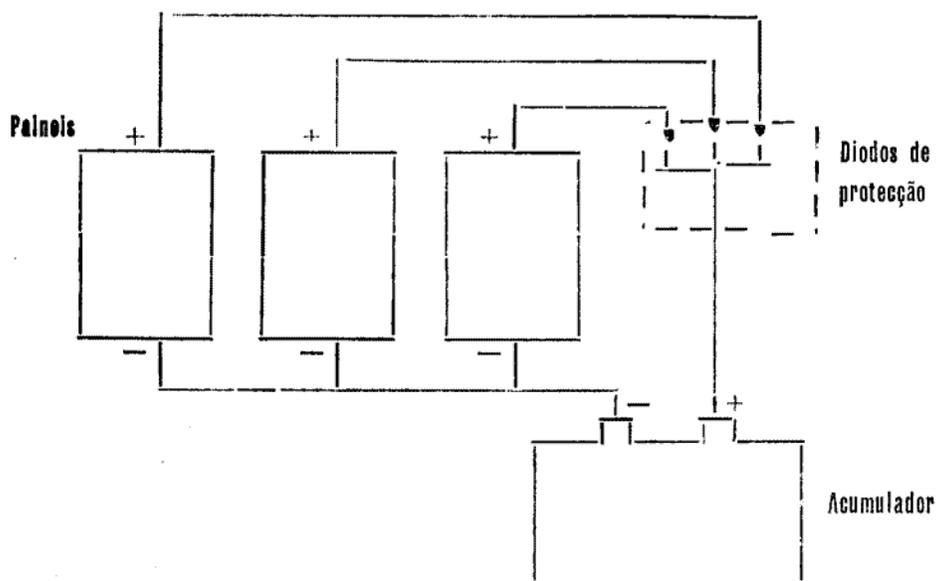
menor tensão. Deve-se evitar montar mais de seis acumuladores em paralelo.

4. 4. A CONEXÃO DOS ACUMULADORES COM OS PAINÉIS SOLARES

Conforme dissemos atrás, casos há em que o sistema de abastecimento de electricidade a partir da energia solar necessita de ser dotado de acumuladores. Depois de se determinar o tipo e a quantidade de acumuladores a empregar o passo seguinte é a conexão destes elementos com os painéis.

A figura 2 mostra uma possibilidade de como se pode efectuar a referida conexão para um sistema com 3 painéis.

Fig. 2



A selecção dos cabos deve-se fazer tendo em conta dois efeitos: o aquecimento do fio e a queda da tensão. Estes efeitos é que determinam a secção mínima do fio. Se se trabalha com uma tensão superior a 100 V a espessura é geralmente determinada pelo aquecimento.

Se a tensão de funcionamento for mais baixa (menos de 50 V) a secção é determinada pela queda da tensão, embora importe considerar sempre os dois efeitos.

No interesse de reduzir as perdas ao mínimo a distância entre os painéis e os acumuladores assim como entre estes e os consumidores devem ser o mais curto possível.

Os díodos de protecção (ou blocagem) ligados aos fios + servem para evitar a descarga das baterias sobre os painéis quando não há sol ou a sua intensidade for relativamente muito baixa.

5. *ALGUMAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO*

Em princípio, um painel solar pode ser utilizado para alimentar qualquer tipo de aplicação eléctrica. Todavia é preciso ter em conta que a tensão e a corrente fornecidas são contínuas. Consequentemente muitos aparelhos eléctricos que funcionam com uma tensão alternada não podem ser alimentados directamente. Para estes casos torna-se necessário converter a corrente contínua em corrente alterna, o que no entanto implica a utilização de dispositivos suplementares.

Como é do conhecimento geral, o campo de aplicação das células solares é muito vasto: vai de simples relógios a bombas de água, de fechaduras eléctricas a naves espaciais. É também evidente que há aplicações típicas de centros urbanos (com uma rede eléctrica segura) e outras próprias para zonas onde a electricidade é tanto ou quanto uma novidade.

É exactamente este último tipo de aplicações e por ordem de potência que pretendemos aqui abordar.

5. 1. FECHADURAS ELÉCTRICAS

É uma aplicação ideal, em termos de potência, das células solares. Trata-se aqui de um sistema muito simples que consiste num gerador (alimentado por células solares), num acumulador e num fio condutor de electricidade e que serve para:

- a) Manter o gado dentro de um espaço limitado;
- b) Proteger plantações (arbustos).

O gerador emite num intervalo de 1 a 2 segundos impulsos breves de alta tensão que são conduzidos através do fio. Com as perdas são geralmente baixas (elas dependem do clima) o fio pode ter um comprimento que vai até 30 km.

Durante o dia o gerador é abastecido pelos painéis solares e, ao mesmo tempo, são carregadas as baterias, as quais garantem o aprovisionamento em electricidade quando não houver sol.

Para o nosso país um painel de 2 a 3 W e uma bateria de 4 a 8 Ah são suficientes para alimentar um gerador ligado a um fio de 3km.

5. 2. EMISSORES-RECEPTORES

O isolamento e a falta de comunicação são características das nossas tabancas. Uma possibilidade para resolver este problema, isto é, estabelecer um contacto sonoro entre as tabancas, dispersas, de uma região, por exemplo, ou entre estas e certos pontos estratégicos tais como os postos sanitários, é a utilização de emissores-receptores de simples manejo e robustos alimentados por células. O consumo de electricidade, emitindo ou recebendo, é relativamente baixo, dependendo do alcance desses aparelhos.

5. 3. ILUMINAÇÃO

Para esta aplicação é indispensável, conforme dissemos atrás, que a energia produzida durante o dia seja acumulada. Por causa do seu mau rendimento o uso de lâmpadas incandescentes deve ser evitado o máximo possível. Foi desenvolvido para esse efeito uma vasta gama de lâmpadas fluorescentes de 6 W e 10 W.

5. 4. *REFRIGERAÇÃO*

A conservação de medicamentos no campo (e não só) é um problema premente e que não apresenta perspectivas de solução.

A boa conservação de certos medicamentos, como por exemplo vacinas, só é garantida sob determinadas condições climáticas, diferentes das do meio ambiente do nosso país.

Assim, a utilização de refrigeradores concebidos e construídos para funcionarem com painéis solares traria não só a solução para este problema, mas também ofereceria aos utentes uma outra possibilidade de conservação de alimentos.

5. 5. *BOMBAGEM DE ÁGUA*

O abastecimento de água é, de certeza absoluta, uma das maiores preocupações das populações camponesas, sobretudo do leste, da Guiné-Bissau. A diminuição da pluviosidade, o alastramento do fenómeno de desertificação e as suas consequências negativas sobre o mundo rural, em especial, levantam, a todos os países da zona saheliana, de que agora fazemos parte, problemas complexos e que exigem, dado o agravamento sistemático da situação, soluções a curto prazo.

É preciso encontrar água potável para os camponeses; é preciso encontrar água para os animais; é preciso ainda pensar na elaboração de sistemas de irrigação para que a agricultura possa atingir os seus objectivos fundamentais.

Uma alternativa que se oferece na busca de soluções para estes problemas é a instalação de bombas de água accionadas por motores eléctricos alimentados através da corrente fornecida por células solares. O sistema de abastecimento de água é composto por um poço, uma bomba, um motor eléctrico e um reservatório de água. É evidente que deste sistema também podem fazer parte outros elementos tais como os acumuladores, um dispositivo que faça parar a bomba quando o reservatório estiver cheio, tubos de canalização para a distribuição da água, etc.

O volume da água bombada diariamente depende essencialmente da radiação solar e do nível da água (profundidade do poço).

Segundo estudos feitos, uma instalação solar com 1 300 W de potência (20 m²) numa região com uma incidência solar mais ou menos igual à da Guiné-Bissau, pode bombear cerca 30m³ de água por dia de um poço com a profundidade de 25m.

6. *COMENTÁRIO FINAL*

As células solares ocupam actualmente um lugar de destaque no âmbito das fontes de energia novas e renováveis.

O desenvolvimento da tecnologia das células e o interesse cada dia maior, tanto dos países subdesenvolvidos como dos industrializados, deram o impulso definitivo para a valorização das células, que hoje é bem ilustrada pelo aumento de fabricantes e de anos de garantia das células solares.

É de conhecimento geral as dificuldades que o nosso país enfrenta na aquisição do combustível que se queima nas nossas centrais eléctricas para se produzir a electricidade de que os cidadãos tanto precisam e da qual actualmente em Bissau, sobretudo, cada dia menos dispõem. Os melhor informados sabem que os processos que se empregam neste país para a produção de electricidade, além de serem demasiadamente caros, não podem ser, nem hoje nem amanhã, a solução do problema energético nos termos em que o apresentamos no capítulo 1 deste trabalho.

Estudos feitos em alguns países tropicais forneceram, entre outros, dois resultados muito interessantes:

- a) O emprego de células solares é mais económico em relação ao gerador Diesel de 3 kVA instalado em 1981 para um consumo diário inferior a 50 kwh;
- b) O emprego de células solares é mais económico que estender a rede eléctrica para um consumo anual inferior a 5 400 kwh a uma distância de 16 km.

O problema principal referente à utilização das células, isto é, o relativamente elevado investimento inicial, não impede que a conversão da energia solar seja o processo mais barato para a produção descentralizada de electricidade nos países como o nosso, tanto mais que, com o aperfeiçoamento da tecnologia de produção das células, se aguarda uma baixa considerável dos preços dos sistemas de conversão nos próximos anos.

As células solares apresentam-se assim, pois, como a solução ideal para os problemas energéticos ou pelo menos como uma alternativa viável.

Neste trabalho — propositadamente — só descrevemos aplicações próprias do mundo rural, quer dizer, procuramos abordar alguns casos, não todos, em que o aproveitamento da energia solar possibilitaria um melhoramento considerável das condições de vida e de trabalho da maioria da população da Guiné-Bissau (a camponesa) e contribuiria enormemente para a solução de graves e actuais problemas tais como a dificuldade em obter água potável em certas zonas do nosso país e em determinadas épocas do ano.

Uma das justificações para esta atitude é o próprio lema desta I JORNADA NACIONAL DE ENERGIA: «electricidade para a construção de uma sociedade moderna e um desenvolvimento harmonioso» implica, também, electricidade para as tabancas.

Estamos porém cientes de que propor uma medida é uma coisa, aceitá-la e executá-la é uma outra coisa.

7 — BIBLIOGRAFIA (para os que quiserem aprofundar os seus conhecimentos)

- Energie électrique et radiation solaire; Atoldkje 13
- Solar electricity, an economic approach to solar energy; UNESCO 1978
- Sunlight to electricity, prospects for solar energy conversion by photovoltaics; MIT Press
- Solar energy conversion: the solar cell; Elsevier 1978

- Energiesparende Innovationen für den ländlichen Raum; GTZ 1981
- Sonnenenergie und Wärmepumpe; Heft 1, 1980
- Plädoyer für die Nutzung der Sonnenenergie; E + Z 11/1984
- Solartechnik; Verlag Technik 1984
- Energies et Environment; Edition 1983

OS CENSOS E AS SOCIEDADES CAMPONESAS NA GUINE-BISSAU

Confronto metodológico entre os Censos Administrativos Coloniais e os Pós-Coloniais

por Carlos Rui Ribeiro ()*

De 11 a 16 de Novembro, decorreu em Portugal, no Algarve a 1.ª Reunião Internacional sobre Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que foi organizada pelo Ministério Português de Trabalho e Segurança Social.

O trabalho que a seguir se expõe foi a comunicação de Guiné-Bissau, apresentada por Carlos Rui Ribeiro, e tinha como objectivo fundamental discutir o problema de desadaptação de conceitos e variáveis utilizados nos diversos países de Língua Oficial Portuguesa que naturalmente, são caracterizados por realidades sócio-económicas diferentes.

Ao passarmos ao tratamento do tema escolhido gostaríamos de explicar o porquê da nossa escolha.

Ao pensarmos no aproveitamento estatístico de actos administrativos ocorreu-nos a ideia de procedermos a um confronto metodológico entre os censos populacionais levados a cabo na época colonial e o de 1979, realizado no período pós-independência.

Embora consideremos de extrema importância a sugestão proposta (segurança social, trabalho e emprego), pensamos que ela

() Carlos Rui Ribeiro é técnico do Centro de Estudos Sócio-económicos do INEP*

incide o seu enfoque fundamentalmente em relação aos centros urbanos. Para nós, dado que a Guiné-Bissau possui, segundo o censo de 1979, um sector primário que «ultrapassa o valor médio verificado na África Ocidental, ou seja 80% contra 65% (1980)», julgamos que a nossa intervenção ganharia maior pertinência se deslocássemos ligeiramente o seu enfoque dos centros urbanos para as zonas rurais, onde a actividade agrícola ocupa cerca de 80% da população. (1)

São três as motivações essenciais que explicam esta opção:

- 1.º — O facto de a população camponesa constituir cerca de 80% da população total, como já havíamos referido;
- 2.º — O facto dessa população camponesa se encontrar envolvida por um ambiente sócio-económico, cultural e político diferente do das cidades (estas mais europeizadas), o que faz pensar se os Boletins de Família estariam ou não adaptadas a essas diferenças;
- 3.º — Porque a nossa intenção política fundamental consiste na integração dessas diversidades, no sentido da construção da Nação guineense.

Esperamos não ter desviado bastante dos objectivos da Reunião (contribuição para a harmonização das metodologias). Aliás, a harmonização passa necessariamente pelo reconhecimento da diferença.

Não pretendemos abordar todos os problemas metodológicos importantes, relativos ao nosso objecto. É inclusivê, tivemos que deixar de lado o confronto de variáveis tão importantes como por exemplo, o «grau de instrução».

A nossa intenção foi bem mais modesta. Pretendemos essencialmente chamar a atenção para a necessidade de uma investigação aprofundada sobre os mais variados domínios das sociedades rurais para, a partir daí, elaborar conceitos e variáveis mais ajustados à realidade camponesa.

Julgamos ser esta uma via correcta para evitar erros e distorções motivados pelo desconhecimento e incompreensão das estruturas sociais características do nosso meio camponês, e permitir que futuros censos populacionais tenham resultados mais aproximados com a realidade de facto.

OS CENSOS COLONIAIS E AS SOCIEDADES CAMPONESAS

Um pouco arbitrariamente podemos dizer que foi a partir do censo de 1940 que se iniciou, na Guiné, a aplicação de métodos modernos de arrolamento da população. Os anteriores a esta data (os censos na Guiné começaram a ser realizados a partir de 1900), por não terem preenchido as condições essenciais e nem sequer terem sido sistematizados em condições de darem a conhecer o valor numérico da população com relativo rigor, considerámo-las como simples estimativas. (2)

O censo de 1940 apesar das providências legislativas terem sido tomadas com muita antecedência, devido a factores de diversa natureza, e, particularmente, o desconhecimento da estrutura sócio-económica das sociedades rurais (étnicas), os resultados colhidos foram negativos. A prova disso é que «... acusam uma diminuição de quase 81 000 almas em relação a um arrolamento, por contagem de pessoas, efectuado em 1936». (3)

Segundo António Carreira, a quem devemos grande parte das informações censuárias sobre a época colonial, já «a operação de 1950 acusou uma pequena melhoria comparada com a de 1940. O Decreto que regulou sua efectivação (n.º 37 608) é datado de 24 de Novembro de 1949. A 16 de Fevereiro de 1950 foi publicada a primeira providência legislativa local (Portaria n.º 179), que definiu as grandes linhas gerais da operação e fixou o período censuário (Junho-Julho), para a parte relacionada com a população autóctone». (4)

Como se vê, dispunham de apenas cinco meses para planear a divisão do território, imprimir os instrumentos de anotação, recrutar agentes e intérpretes e efectuar ensaios. É o próprio realizador deste censo quem nos diz que «... os resultados conseguidos foram

razoáveis sobretudo comparados com os anteriores, mas mesmo assim notam-se-lhes bastantes defeitos característicos da rapidez, em certos aspectos da improvisação e falta de preparação de quem dirigiu a operação e mesmo dos que a executaram». (5)

Um aspecto importante a referir nos censos coloniais é a unidade estatística escolhida. Tendo como preocupação principal a colecta do imposto, estes censos, até 1952, tinham como unidade estatística a «palhota» (casa). Esta escolha proporcionava uma luta fisco-contribuinte que conduzia, por um lado, a exageros da parte dos agentes recenseadores, uma vez que a unidade estatística era muito imprecisa e, por outro lado, a reacção dos camponeses que inventavam as mais variadas formas de reduzir a sua contribuição.

E essas estratégias de fuga incluíam tanto a redução do número de camas como a redução do número de palhotas.

Como esta unidade estatística era imprecisa os agentes recenseadores interpretavam e aplicavam os textos reguladores do lançamento do imposto de palhota de forma variada e segundo os seus próprios interesses.

Os abusos desses mesmos agentes, as reclamações da população e a necessidade de aumento do volume das contribuições criaram as condições para que em 1952, o Governo Colonial decidisse a substituição do «imposto de palhota», criado pelo decreto de 21 de Novembro de 1903, para a «taxa de capitação». (6)

Apesar desta alteração significativa o defeito de base permaneceu, e consistia na ligação directa que existia entre a colecta do imposto e o censo da população. É que «... o agente recenseador preocupa-se principalmente ou essencialmente com a massa susceptível de pagar o imposto, com o objectivo de não deixar baixar os réditos; despreza a inscrição dos que não concorrem de modo directo (...), para o fisco. Não existe a preocupação de relacionar população-contribuinte, até como elemento de facilitar o controle». (7)

Em resumo, os recenseamentos coloniais tratavam-se de números anotados para fins fiscais, porque os resultados das operações

do ano transato constituíam, normalmente, a base da cobrança de impostos do ano seguinte.

Uma análise atenta aos recenseamentos dos anos 1952 a 1959, leva-nos à conclusão de que os resultados acusam uma situação demográfica oscilante, com baixas e altas, umas com pequeno significado, enquanto outras já mais significativas, predominando, no entanto as baixas.

«No aspecto das variações anuais, fica-se com a impressão de que o que escapou num ano foi apanhado no seguinte ou anos depois (— 532, em 1952; + 521, em 1956 e — 519, em 1957; + 1 549, em 1958 e — 571, em 1959.» (8)

Porém, numa análise mais apurada, com a introdução da variável idade, já se verifica que em qualquer dos períodos considerados as baixas deram-se nos dois escalões etários que não têm nenhuma relação directa com o imposto. Ao passo que, quer no sexo masculino quer no feminino do escalão do centro (16-60), foi registada uma alta sensível. Em relação ao sexo masculino a alta foi um pouco superior a 1 000; e em relação ao sexo feminino foi pouco superior a 400.

Em termos de conclusão, citaremos um caso concreto, relativo à Circunscrição de Cacheu, onde se encontra patente a grave deficiência dos censos ou apuramentos coloniais.

«A conjugação dos dados dos recenseamentos gerais com os do registo de estado civil (natalidade e mortalidade gerais da população autóctone) da Circunscrição de Cacheu, permite-nos a fixação para essa entidade regional de uma taxa de crescimento médio anual da ordem de 1%. Ainda que se trate de observações circunscritas a uma unidade regional (...) convém elucidar que a população dessa Circunscrição corresponde, em 1958, a pouco mais de 14% da Província e, portanto, a uma amostra bastante representativa do conjunto.

Ora, considerada essa taxa de crescimento — e partindo dos dados de 1952 — o censo de 1958 deveria acusar uma massa

da ordem dos 561 500 almas e nunca 513 500 que os apuros deram. Há, por conseguinte, um erro por falta da ordem dos 47 500 pessoas (cerca de 9,25%) — o que é de certo modo apreciável. E o mais curioso é que enquanto a população decresce de 2,88%, nesse período, os contribuintes da «taxa pessoal» marcam um aumento global um pouco superior a 8%. São anomalias próprias dos recenseamentos para fins fiscais».

(9)

CONFRONTO METODOLÓGICO ENTRE OS CENSOS COLONIAIS E OS PÓS-COLONIAIS

A realidade sócio-económica, política e cultural dos camponeses na Guiné é bastante diferente da realidade dos centros urbanos onde, em princípio, os conceitos e as variáveis têm maior adaptação, ou seja, aproximam-se mais da realidade social.

Com base nesta crença, julgamos que se pode desde já avançar a hipótese de que, tanto na época colonial como na pós-colonial (pelo menos até agora), existe um conhecimento pouco profundo das sociedades camponesas (étnicas) da Guiné.

É o que tentaremos demonstrar de seguida através da análise das variáveis *IDADE* e *ESTADO CIVIL*, aplicados nos dois censos, com o objectivo de perceber como foram adaptadas à realidade camponesa, quais os obstáculos e problemas decorrentes dessa adaptação.

IDADE

Segundo o Recenseamento de Abril de 1979:

«A noção de tempo põe um problema que é comum a todos os recenseados africanos. Na ausência de um serviço de Registo Civil que fixa a data de nascimento dos indivíduos, estes experimentam sérias dificuldades para declarar a idade. Para auxiliar o agente na avaliação das idades foi elaborada para cada região

um calendário contendo as datas dos acontecimentos históricos susceptíveis de terem ficado na memória dos recenseados.

Juntamente com este documento, os agentes possuíam para cada etnia importante as classes de idade, segundo as quais, os seus membros passam de um estatuto social a outro.» (10)

No Manual do Inquiridor, contido no mesmo Recenseamento Geral da População e da Habitação (Anexo A-2), «... quando o inquiridor tiver dificuldades em obter a indicação da idade de um recenseado, deverá proceder à sua avaliação.»

Agora perguntamos: sob que critérios se procederá a essa avaliação?

Pelo que ficou dito na citação introdutiva a este capítulo, para além do registo normal, quando este exista, se faria recurso ao «calendário histórico» e às «classes de idade». Segundo a mesma fonte a «idade do recenseado pode ser determinada somando:

- a idade do recenseado na época do facto recordado ou, cinco anos se desconhecer a idade que tinha nessa época;
- o número de anos decorridos desde a data do facto até 1979, ou o número de anos indicados na lista de Governadores (Anexa);
- quando uma mulher desconhecer a sua idade, esta poderá ser determinada somando:
 - a idade normal de casamento (13 anos)
 - a idade do primeiro filho
 - o período de gestação (para este efeito igual a um ano)
- quando as idades não poderem ser determinadas pelos processos anteriormente referidos, procurar-se-á avaliar a idade utilizando as listas de manjuandades (grupos de convívio) de cada sexo, (anexas). (11)

Portanto o processo consistia no seguinte: se o recenseado utilizasse um dos factores complementares, por exemplo o calendário histórico, o agente devia perguntar-lhe a idade que ele tinha no momento do acontecimento histórico de referência e adicionar o número de anos decorridos até à data presente. Então perguntámos: será que este processo adianta elementos seguros? Partindo do princípio que o recenseado não sabe a sua idade actual, o que é que nos leva a pensar que ele poderia saber a sua idade numa época mais recuada?

Na nossa opinião o problema persiste e ainda não se vislumbrou uma saída. E se voltarmos aos censos da época colonial encontramos os mesmos obstáculos a este nível. Senão vejamos:

Segundo António Carreira, «... escusado será dizer que em todas as operações levadas a efeito (...) a avaliação da idade pertenceu ou a quem fez a declaração censuária (chefe de família, chefe de «tabanca» ou algum parente ou vizinho), ou ao recenseador ou ao próprio recenseado.» (12)

Como o registo do estado civil e de nascimentos não tinha atingido ainda com eficácia a enorme maioria das zonas rurais e, inclusive permanece com resultados duvidosos em áreas urbanas e suburbanas, os critérios alternativos tentavam basear-se nas classes de idade, manjuandades e o calendário histórico, para além do aspecto fisiológico.

O que significa que ambos os censos tinham consciência quanto à necessidade de integrar novos factores, estes mais adaptados ao meio, como forma de melhor precisar a recolha de dados.

Contudo a questão fundamental continua a persistir e consiste no seguinte: como integrar e articular estes novos factores com a variável idade? Como reduzir por exemplo, uma classe de idade a uma idade determinada?

Em todos os grupos étnicos animistas (Manjaco, Balanta, Brame, Papel, Felupe, Banhum, Bijagó, Baiote), existe um sistema de agrupamento dos indivíduos em classes de idade. E dentro de cada classe há a promoção à classe seguinte depois de um certo período

de tempo, que difere quanto ao número de anos de duração, para cada grupo étnico.

No período colonial este sistema de avaliação sofreu uma distorção ainda maior devido à ligação directa que existia, tal como já foi referido, entre a cobrança de impostos e a recolha de dados censuários.

Esta distorção manifesta-se ao nível da excessiva concentração no escalão dos de 16 aos 60 anos de indivíduos que, na base de outros critérios de avaliação, deveriam constar do primeiro (0-15) e um pouco do dos velhos.

«Praticamente a tendência para este desvio surgiu em 1953, ano em que o grupo de 16-60 aparece com 60,4% (contra 56,6% em 1952) e o de 0-15 passa para 35,9% (contra 37,7%, em 1952). Nos anos seguintes — até 1956 — o escalão do centro conservou a taxa de 60% e o primeiro escalão, com algumas oscilações, mas em todo o caso entre 35,2% e 36,6% (mínimos e máximos), até 1958.

A partir de 1957 o escalão do centro sobe para 61,3% para atingir os 62,3%, em 1959; e neste ano o escalão dos jovens baixa para 33,5%.» (13)

ESTADO CIVIL

Segundo o Recenseamento de 1979 (coluna 7), «devem ser inscritas como solteiras as pessoas de qualquer sexo e idade que não sejam ou tivessem sido casadas ou que não vivam como tal;

- As pessoas que já tinham sido casadas mas não o sejam agora, não podem ser inscritas como solteiras, mas podem ser conforme os casos indicados:
 - viúvas
 - divorciadas
 - separadas

- Para uma pessoa ser inscrita como casada, não é necessário ser legalmente ou conforme os costumes considerados como tal, basta que viva e se declare conforme. (14)

Não nos pareceu que este recenseamento tivesse tomado em conta ou mesmo identificado os obstáculos reais que se colocam ao recenseador. Pelo menos não os referiram.

Na definição de conceitos e variáveis só apontaram o facto de que para uma pessoa ser inscrita como casada ou separada não era necessário que estivesse legalmente (quer seja do ponto de vista administrativo quer do ponto de vista dos costumes).

Exactamente por pensarmos que esta variável, assim definida, apresenta inúmeras insuficiências, devido às suas imprecisões, resolvemos apresentar algumas, através de uma análise da relação entre o homem e a mulher nas zonas rurais da Guiné-Bissau.

Como consequência directa do casamento bigâmico, e nalguns casos poligâmico, o regime de levirato surge como instituição no seio das sociedades étnicas da Guiné.

A sua análise tem importância neste contexto porque influencia, em valores nada desprezíveis, os resultados dos recenseamentos quanto ao estado civil das pessoas, e particularmente no que se refere a mulheres casadas e viúvas.

Este regime estabelece que, é uma obrigação social da parte do irmão, primo ou sobrinho de um defunto, casar-se com a viúva deste. Normalmente é um destes membros da família que herda os bens materiais deixados pelo defunto, assim como as mulheres deixadas pelo mesmo.

Digamos que é uma forma social que se compara ao asilo dos velhos nos países industrializados.

Ao debruçarmos sobre a realidade das viúvas sentimos logo que a sua abordagem não é tão simples como poderia parecer.

No estado de viúvas encontramos três variantes: as viúvas verdadeiras, as viúvas ocasionais e as falsas viúvas.

«Como viúvas verdadeiras consideramos as que em consequência de avançada idade ou outra razão qualquer, não foram herdadas ou recusaram o casamento com o herdeiro e regressaram à sua «morança» familiar, de origem, desligando-se definitivamente da família do defunto marido.

O seu número nunca é elevado.

Como viúvas ocasionais consideramos as que no momento do recenseamento conservam o luto pelo marido falecido e aguardam apenas as cerimónias ligadas a sua passagem à posse do herdeiro legítimo (irmão, primo ou sobrinho do falecido).

A maior percentagem de casos pertence a este grupo». (15)

E é exactamente por ser este (os ocasionais) o grupo com maior percentagem que nos sentimos no direito de questionar se os censos, tanto os coloniais como o pós-colonial, por ignorância ou incapacidade de os integrar, não as teriam englobadas a todas numa mesma categoria de viúvas verdadeiras?

É verdade que todas são viúvas (tanto as verdadeiras como as ocasionais). Mas também é verdade que nem todas continuam viúvas.

E são bem poucas as que continuam como tal.

Ainda no capítulo das viúvas encontramos uma terceira variante: as falsas viúvas.

«Quer numa quer noutra situação há sempre um grande número de mulheres que são apresentadas, umas como viúvas e outras como casadas, mas que ocupam situação diversa da declarada. Nestas duas situações encontramos:

- as que se dizem viúvas porque existe certa oposição das famílias ao casamento com o herdeiro, mas estando de facto casadas e vivendo em comum com o marido herdeiro;

- as que se dizem viúvas, estando de facto já casadas em face dos costumes, para que os maridos não sejam colectados como contribuintes do imposto de capitação;
- e ainda as que se conservam viúvas (não coabitam nem têm relações sexuais com o herdeiro), por bastante tempo (anos, por vezes) porque razões de ordem supersticiosa desaconselham a união. Esta só terá lugar quando o «curandeiro» declarar a cessação do impedimento». (16)

Daí chamarmos mais uma vez a atenção para o facto de que a realidade camponesa (étnica) não é, nem nunca será apreendida com censos que se baseiam em Boletins de Família elaborados na Europa.

A terminar podemos dizer que, relativamente aos censos coloniais foram duas as grandes inovações que trouxe o censo de 1979.

- 1.º — A abolição completa de todo e qualquer tipo de relação que pudesse existir entre o censo da população e a cobrança de impostos. Convém referir que todos os Boletins deste recenseamento continham a seguinte indicação:

«Este recenseamento não se destina à cobrança de impostos».

- 2.º — A revolução da estrutura ideológica e política que serviu de base aos censos coloniais, e que se expressa de forma muito resumida nas expressões: «população civilizada» versus «população não-civilizada»; para uma outra que teve a sua emergência no «habitat» da luta (o meio rural), e que serve de traço de orientação política e ideológica do Partido: a unidade nacional, a formação da Nação guineense.

Em termos das consequências que estes erros e imprecisões podem ter ao nível das políticas administrativas julgamos que se tornaram mais ou menos evidentes após a nossa exposição. De qualquer modo não é demais sublinhar que se na época colonial as distorções,

involuntárias ou não, eram posteriormente usadas para servir os interesses do Governo colonial (temos por exemplo a questão da idade e do pagamento do imposto, já assinalada).

Na época actual resta a grande lacuna que é o desconhecimento da parte dos novos quadros nacionais, da organização social das sociedades rurais com toda a sua diversidade e complexidade.

É essa a razão porque, no domínio da investigação científica desenvolvida pelo nosso Centro de Estudos Sócio-Económicos do INEP, as sociedades rurais constituem uma das prioridades.

NOTAS:

- 1) — Recenseamento Geral da População, 1979, pág. 175
- 2) — Censo da População Não-Civilizada de 1950, pág 7
- 3) — Boletim Cultural n.º 61, pág. 126
- 4) — Boletim Cultural n.º 61, pág. 126
- 5) — Boletim Cultural n.º 61, pág. 127
- 6) — Boletim Cultural n.º 53, pág. 53
- 7) — Boletim Cultural n.º 57, pág. 54
- 8) — Boletim Cultural n.º 67, pág. 423
- 9) — Boletim Cultural n.º 57, pág. 57
- 10) — Recenseamento da População de 1979, pág. 69
- 11) — Op. Cit. pág. 7 / 8
- 12) — Boletim Cultural n.º 58, pág. 252
- 13) — Boletim Cultural n.º 67, pág. 425
- 14) — Recenseamento de 1979, pág. 70
- 15) — Boletim Cultural n.º 58, pág. 247
- 16) — Op. Cit., pág. 247.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- CARREIRA, António, «Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da População Não-Civilizada na Guiné-Portuguesa», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1951, vol. VI, n.º 21, pp. 127 - 162
- CARREIRA, António, «Censos Populacionais. Inquéritos pelo Sistema de Amostragem», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1952, vol. VII, n.º 27, pp. 545 - 583
- CARREIRA, António, «Censo da População Não-Civilizada de 1950» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1952, vol. VII, n.º 28, pp. 725 - 756
- CARREIRA, António, e MEIRELES, Artur Martins, «Nota sobre Os Movimentos Migratórios da População da Guiné Portuguesa» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1959, vol. XIV, n.º 53, pp. 7 - 19
- CARREIRA, António, «A População Civilizada da Guiné-Portuguesa em 1950», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau 1959, vol. XIV, n.º 56, pp. 547 - 568
- CARREIRA, António, «População Autóctone segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa* Bissau, 1960, vol. XV, n.º 57, pp. 53 - 60
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais (II) », *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1960, vol. XV, n.º 58, pp. 241 - 324
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo Recenseamentos para Fins Fiscais», *Boletim Cul-*

tural da Guiné-Portuguesa Bissau, 1961, vol. XVI, n.º 61, pp. 103 - 124

- CARREIRA, António, «O Censo Geral da População de 1960» *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1961, vol. XVI, n.º 61, pp. 125 - 137
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais; 5 — Circunscrição de Mansoa». *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1961, vol. XVI, n.º 62, pp. 263 - 296
- CARREIRA, António, «Recenseamento da População. Índices de Poligamia», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1961, vol. XVI, n.º 64, pp. 769 - 782
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais — Circunscrição de Bolama, Bijagós e Cacheu», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*. Bissau 1962, vol. XVII, n.º 65, pp. 57 - 118
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais — Circunscrição de Catió e Gabú», Bissau, 1962, vol. XVII, n.º 66, pp. 221 - 280
- CARREIRA, António, «População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais — C. C. de S. Domingos», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1962, vol. XVII, n.º 67, pp. 405 - 436
- MOREIRA, José Mendes, «A Estrutura das Comunidades Rurais da Guiné-Portuguesa — Sua Promoção e Integração no Complexo Social Português», *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Bissau, 1962, vol. XVII, n.º 67, pp. 459 - 472

«Censo da População de 1950 — População Não-Civilizada» Bissau, 1951, pp. 592 (vol. II).

CECEP, «Recenseamento Geral da População (16/4/79) Resultados Provisórios», Departamento Central de Recenseamento, CECEP, Bissau, 1979, pp. 241

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO NA GUINE

por Alexandre Furtado (*)

A escola tornou-se hoje uma presença viva, activa e em certa medida decisiva na panorâmica do desenvolvimento de uma sociedade. O reconhecimento do seu valor e importância levou alguns estados a despender esforços consideráveis para lhe assegurar as melhores condições de desenvolvimento e funcionamento.

A intenção de investigarmos o passado do nosso ensino reside precisamente na necessidade de melhor podermos explicar os mecanismos da alienação cultural, a essência da política colonial, partindo do pressuposto de que o ensino é uma área que muito fielmente traduz estes aspectos de uma dada sociedade e numa dada época.

As correlações que serão certamente descobertas entre as várias componentes da sociedade e o ensino servir-nos-ão de ponto de partida para a formulação de algumas propostas com vista a redefinição do nosso Sistema Nacional do Ensino.

É esse o objecto deste artigo, que constitui o ponto de partida para um projecto de investigação sobre o tema.

1. O ENSINO NO TEMPO COLONIAL

Já em Portugal o Governo português tinha definido correctamente a função político-social do ensino dentro do espírito colonial.

(*) Alexandre Furtado é licenciado em Psicologia e é colaborador do C.E.H.C.

O Primeiro Congresso do Ensino Colonial, realizado no Porto em 1935, tinha como objectivo verificar as possibilidades de transformar o ensino, tanto primário, como secundário e mesmo universitário e adaptá-lo às realidades políticas daquela época, que se caracterizavam pela preocupação por uma maior consolidação do império colonial.

Deste modo, nas escolas primárias e mesmo no ensino pré-escolar, foram introduzidos determinados elementos que atraíam a atenção das crianças para o problema das possessões «ultramarianas», incutindo muito cedo nas suas mentes o desejo da continuidade da dominação colonial, e que ao mesmo tempo promoviam a intensificação da imigração para o «ultramar» com a esperança de desvendar o mito e o medo então existentes no espírito dos aventureiros colonialistas e de transformar em realidade a doutrina colonial que considerava as possessões ultramarinas como um prolongamento do continente europeu.

O conteúdo do ensino era exaustivamente impregnado do espírito colonial mesmo a partir das mais frágeis idades. As crianças portuguesas educadas neste espírito deviam ser os continuadores do colonialismo.

O objectivo fundamental do ensino colonial, nos países colonizados, não podia ser outro, senão o de preparar o terreno para a proliferação do colonialismo, baseando-se no conhecimento pouco profundo das realidades existentes nas províncias ocupadas com o poder da força.

Uma análise da conjuntura sócio-política e económica, no caso particular da Guiné-Bissau, permitir-nos-ia compreender o complexo mecanismo da subtil repressão architectada pelos colonialistas e evidenciar o papel fundamental que cabia à instrução e ao ensino.

A penetração europeia, no Continente negro, não foi de uma forma geral destituída de gigantescas dificuldades tal como demonstra a própria história da ocupação colonial. A presença estranha dos colonialistas com uma cultura e civilização totalmente alheias à cultura africana, muito mais velha, mais avançada (se nos referir-nos ao Vale do Nilo, berço da civilização e outros) não podia ser de forma nenhuma, pacificamente aceite pelos autóctones.

Na Guiné-Bissau, o primeiro contacto com os aborígenes deu-se no ano de 1446, sendo Nuno Tristão o primeiro português a abordar as suas terras e igualmente o primeiro a pagar com a sua própria vida tamanha ousadia. Este acontecimento constitui, podemos dizer, o princípio da guerra na Guiné-Bissau, contra a presença estranha, o início da resistência à ocupação colonial. Momentos difíceis e páginas negras foram escritas na história do colonialismo, não só na Guiné-Bissau, como em todo o continente africano, até aos nossos dias.

Na Guiné-Bissau, a luta contra a presença colonial, iniciada, como afirmamos, em 1446, continuou até a independência nacional, registando momentos de maior vigor e momentos mais fracos.

Assim, no período de 1919-1926, registou-se um aparente sossego, no momento em que Teixeira Pinto, Oficial português, ajudado por Abdul Injai, conseguiu impôr-se à custa das armas e sobretudo do conhecimento prático das realidades de então, mas mesmo assim, nunca foi possível uma coexistência pacífica, até que chegaram dias mais difíceis, o momento crucial, com a criação, trinta anos depois, de uma força galvanizadora — O PAIGC — que apoiando-se nas realidades culturais sobreviventes consegue uma mobilização das consciências, em particular das camadas mais desprezadas — os camponeses — e desmorronar o monumental edifício colonial, recuperando e conseqüentemente, a cultura africana duramente atacada.

2. As Condições Sócio-políticas

Face a uma organização social, às características de cada tribo, existentes na Guiné-Bissau (mais de 20) e face às realidades tradicionais de cada tribo com a sua própria cultura, a penetração da cultura europeia tinha que ser extremamente difícil, senão impossível. A situação era bastante crítica; a incompatibilidade cultural flagrantemente evidente, torna necessária uma tomada de medidas acautelares, uma estratégia bastante subtil.

A primeira tentativa foi a da destruição das estruturas sócio-políticas existentes. Porém os resultados e as implicações verificadas refutaram prontamente as medidas experimentadas, dando origem a uma situação agitada e aguda. Portanto, a penetração brusca

revelou-se impraticável. Daí a necessidade de recurso a outras estratégias, com efeitos doradouros e mais eficientes baseadas na subtileza de uma política de integração gradual, prevista na sua dinâmica e complexidade. A esta engenhosa estratégia, subtilmente utilizada pelos colonialistas, cujos efeitos são experimentáveis ainda hoje, se deve aparente consolidação do colonialismo e a criação das suas pseudo-raízes e como corolário a sua transformação na sua própria antítese — a consciencialização da alienação da personalidade africana e consequentemente a destruição total do aparelho colonial.

A política de integração gradual visava a transformação, a modelação da população autóctone segundo o figurino europeu, a sua desafricanização, conservando-se ao mesmo tempo, um falso respeito pelo direito às tradições. Seria possível transformar um povo, segundo um modelo idealizado sem a destruição completa das suas tradições, sem negar os seus valores culturais, sabendo-se que os fundamentos culturais de um povo são substancialmente baseados nas tradições, elemento primordial da sua cultura, base da sua civilização? Eis a grande falha política de integração gradual. Ela devia apoiar-se inevitavelmente na decapitação das sociedades tribais e na colocação dos indivíduos assimilados numa situação de ruptura perante os princípios dos seus princípios, no desenraizamento dos indivíduos das sociedades a que pertencem, do seu mundo, na destruição da sua personalidade africana e consequentemente o seu lançamento numa órbita social imaginária, gravitando entre a sua civilização e a europeia.

O aparecimento evidente de uma classe marginal de desenraizados, a instabilidade social, a alienação dos originários, a sua protecção num fictício denominado nova civilização, as graves implicações provocadas pela afluência à cidade dos produtos do processo político de integração gradual, iriam constituir as premissas da formação de uma consciência política.

Na Guiné-Bissau, a integração gradual foi praticamente ineficaz devido à heterogenidade da natureza social agravada pelo próprio colonialismo, na sua tentativa de dividir para reinar.

A situação criada, iria pois muito rapidamente transformar-se no principal obstáculo para a proliferação da política colonial, na

medida em que as tribos lançadas umas contra as outras, sentiram a necessidade de se unirem, em luta contra a presença colonial.

3. *As Condições Sócio-Económicas*

A Guiné-Bissau, sendo um país essencialmente agrícola, para o seu desenvolvimento e para consolidação do colonialismo era necessário desenvolver a agricultura, o que implicaria a existência de quadros. Porém, como o desenvolvimento económico leva em geral a um determinado desenvolvimento social, o que por sua vez pode constituir eminente perigo, na medida em que evidentemente um determinado grau de conhecimento é susceptível de culminar com a consciencialização das relações existentes. Por isso, o terreno devia ser estudado muito atentamente e os passos deviam ser firmes e bem medidos. Como agente normalizador entre essas duas medidas extremas — de um lado a política de integração e doutro a necessidade de desenvolvimento baseado na agricultura — aparece mais tarde, em 1926, um diploma legislativo que estabelecia a nítida distinção entre «indígenas e civilizados».

Assim, são considerados «indígenas» os indivíduos da raça negra ou seus descendentes os quais pelo seu aspecto e costumes, não se diferenciam da média dessa raça e «civilizados» os indivíduos provenientes de qualquer tribo e que não se encontram naquelas condições. Pelo diploma mencionado, criou-se assim a chamada «camada dos assimilados» que se distinguia pela sua desintegração, pela sua emancipação face aos seus costumes e tradições.

No âmbito do programa político de integração gradual, este facto não constituía senão um reforço, um catalizador do processo já iniciado — o da destruição dos laços tradicionais que uniam os indivíduos às respectivas tribos — visando também obrigar os «indígenas» menos nocivos, a tomarem parte na agricultura, uma vez que os assimilados eram os que tinham acesso a tal «sociedade idealizada, segundo o modelo europeu». «Os indígenas» seriam os mais atrasados, destinados ao trabalho de campo, considerado o trabalho mais adequado para eles, enquanto que o trabalho intelectual no seio do aparelho administrativo colonial, era simbolo de prestígio para a categoria dos assimilados. Daí, a posição intermediária dessa camada que funcionava, ora como elemento de separação ora

como elemento de ligação entre os colonialistas e a população «indígena».

O papel fundamental no desenvolvimento da economia cabia essencialmente ao «indígena». É evidente que não se concebia um verdadeiro desenvolvimento, pois esse levaria inevitavelmente a uma séria de implicações de ordem político-social. O que se pretendia era a produção do mínimo possível para a população e a exportação da maioria dos produtos que deviam constituir o factor determinante no desenvolvimento da economia metropolitana.

1. O Aparecimento das Escolas Coloniais

A escola colonial aparece como uma necessidade imperiosa ao serviço da expansão e consolidação colonial. O ensino revelou-se sempre uma forma capital de reflectir as características e a filosofia de um regime, segundo SEKOU TOURÉ. Portanto, a situação criada pela ocupação colonial e pelo desenvolvimento da política de integração gradual tinha necessidade de uma máquina constrangedora que teria a função de transformar as pessoas garantindo assim a continuidade política imposta. Por isso, a preocupação de criação de um sistema educacional era mais do que uma simples necessidade.

No início, as escolas tinham uma forma não-institucionalizada, puramente informativa, baseada apenas no princípio da influência directa, no contacto com a população, na tentativa de a incitar à prática espontânea das atitudes, costumes e tradições dos invasores, o que deveria servir de base para a instituição da educação sistematizada. Nesta face, a educação tinha um carácter ocasional, precário e limitado a um número reduzido de pessoas. O desconhecimento e o total desprezo da psicologia do africano, da sua organização político-social, da sua estrutura familiar, não só não podia permitir uma outra forma de educação, como iria levar ao aparecimento de momentos críticos na história da ocupação colonial.

Mais tarde, paralelamente às primeiras escolas rudimentares ou isolado delas, o sistema educativo era confiado às autoridades administrativas, que se encontravam em contacto mais directo com a população, as quais se serviam dos meios mais cruéis para impôr

a mentalidade portuguesa e para transformar as pessoas segundo o paradigma europeu. Foram estas as circunstâncias que deram origem às escolas onde eram utilizados os métodos mais desumanos, a violência, os castigos corporais, a intimidação, as injúrias e o total desrespeito pela personalidade humana.

A institucionalização do ensino e o aparecimento das escolas coloniais surge depois da Conferência de Berlim em 1815, donde emanaram as primeiras normas gerais do direito internacional colonial, ampliadas mais tarde pela Conferência de Bruxelas de 1890, que previa em detalhe as formas de combate ao tráfico dos escravos e da escravidão e de proteger as instituições criadas e organizadas para a instrução dos «índigenas».

A educação colonial atingiu o seu perfil específico no período depois da Primeira Guerra Mundial. As primeiras escolas demonstravam uma tentativa de recurso à educação tradicional africana nos seus aspectos intuitivos e práticos, mas apenas a nível dos ditos «civilizados».

2. A Estrutura do Ensino Colonial na Guiné-Bissau

O desenvolvimento técnico-científico, impulsos gigantescos registados pela sociedade em todos os aspectos, a intensificação das grandes organizações progressistas, as decididas lutas contra o colonialismo, o crescimento vertiginoso dos movimentos de libertação foram os agentes que aceleraram a abertura de escolas nalgumas colónias existentes em África. Mais do que nunca se sentiu a necessidade de recorrer às escolas para a propagação das ideias anti-revolucionárias, à educação dos jovens agentes numa desesperada tentativa de sufocar a voz da revolução e do progresso.

Na Guiné esta relativa proliferação de escolas e tentativa de uma pseudo-generalização do ensino, de uma africanização dos quadros, surgiu no momento em que a luta pela sua libertação nacional atravessava uma etapa decisiva, atingia o seu auge. No período de 1969/1973 o número de escolas elevou-se de 88 a 179 e o número de alunos de 17 969 para 45 961.

O ensino preponderantemente primário, era constituído apenas por 4 classes, nas escolas destinadas aos civilizados. Analisado

na sua elevada selectividade e discriminação, ele apresentava três tipos diferentes.

2.1 *Ensino Rudimentar*

Antes da concordata de 7 de Maio de 1940 e da assinatura no mesmo ano do acordo missionário, o ensino era já quase totalmente confiado aos missionários, sendo praticamente inexistentes as escolas oficiais para os civilizados. O conteúdo desse ensino era muito pobre e compreendia 4 anos.

Uma classe preparatória na qual era feita a iniciação à língua portuguesa e a adaptação ao meio social e três classes ascendentes com um programa literário ligeiramente aproximado da 3.ª classe do ensino elementar para civilizados. Portanto, terminado o ensino rudimentar, teóricamente podia-se ter acesso à 3.ª classe do ensino para civilizados.

A língua do ensino era a portuguesa que devia ser praticada tanto durante a lição como fora dela na relação professor-aluno.

Partindo do princípio de que o negro se caracteriza pela sua mentalidade concreta ou paralógica, face às formas de actividade mental lógica e abstracta dos brancos e assimilados, o ensino nessas três classes era exaustivamente impregnado do concreto, do objectivo, do real, excluindo sempre a abstracção e a aprendizagem desligada da acção. É de paul Gérard a seguinte caracterização do negro:

«Le souavage ne raisonne pas, ne peut pas raisonner comme l'homme civilisé; La qualité de sa pensée n'est pas la même, parce que cette pensée a des racines différentes parce qu'elle a pris naissance dans un terrain physeologique et dans un niveau social tout autres...

... ..

La pensée primitive est donc essentiellement concrète elle n'est constituée que par des images très précises, très nettes, correspondant toujours à des réalités bien déterminés

... ..

Era esta a concepção que predominava nas escolas destinadas aos não civilizados.

Paralelamente ao ensino literário, impunha-se a obrigação de um mínimo de duas horas diárias de trabalho no campo nas zonas rurais e, nos centros onde tal não era possível, eram substituídas por duas horas de trabalho officinais.

Esta combinação do ensino teórico com o prático não tinha uma finalidade pedagógica mas sim essencialmente económica e sobretudo discriminatória, na medida em que os «civilizados» estavam isentos de trabalhos físicos.

O nível dos agentes do ensino era dos mais baixos sendo na sua totalidade indivíduos com a instrução primária do ensino rudimentar ou formados nos chamados «Magistérios rudimentares» os quais tinham como habilitações o ensino rudimentar, uma formação a nível do ensino primário para os civilizados, uma certa prática no domínio da enfermagem e uma iniciação rudimentar a nível pedagógico.

As turmas eram constituídas por alunos de mais de duas classes diferentes num total de quarenta e cinco e nas de uma só classe o número ultrapassava os cinquenta.

O programa compreendia duas horas de trabalho agrícola, três horas de actividade didáctica e duas horas de prática officinal.

2.2 *Ensino de Adaptação*

O ensino de adaptação destinado aos indígenas foi criado pelo Decreto-Lei 39 666, de 20 de Maio de 1959.

Este ensino funcionava em diversas escolas e estava à responsabilidade dos monitores com um nível de preparação equivalente à quarta classe. A sua duração era de 1 a 2 anos conforme o grau de dificuldade apresentado pelos alunos na sua adaptação ao horário escolar e na iniciação à língua portuguesa.

O objectivo era pois preparar as crianças indígenas para o ingresso nas escolas rudimentares destinadas aos «não civilizados».

2.3 *Ensino Primário*

A política de discriminação e de assimilação progressiva devia conceber uma escola especial, superiormente dotada para os filhos

ESCOLAS PRIMÁRIAS
(OFICIAIS, MISSIONÁRIAS e MILITARES)
1954 - 1974

Anos	Escolas				Professores				Alunos inscritos			Total
	Oficiais	Mis.	Mil.	Tot.	Ofi.	Mis.	Mil.	Tot.	Oficiais	Mis.	Mil.	
1954/55	11	120	—	131	30	128	—	168	732	7181	—	7913
1955/56	11	129	—	140	27	139	—	166	825	9353	—	10178
1956/57	11	139	—	148	27	145	—	172	760	10307	—	11067
1957/58	12	152	—	164	39	157	—	196	876	10499	—	11375
1958/59	13	194	—	207	39	196	—	235	1061	12473	—	13534
1959/60	13	201	—	214	39	197	—	236	1172	11848	—	17020
1960/61	13	207	—	220	39	270	—	309	1280	11976	—	13256
1961/62	13	143	—	156	39	164	—	203	1345	11103	—	12453
1962/63	13	119	—	132	39	148	—	187	1827	8728	—	10555
1963/64	13	109	—	121	39	145	—	184	1953	9561	—	11514
1964/65	57	96	—	153	50	142	—	232	2058	9355	—	11393
1965/66	77	85	—	162	107	149	—	256	3644	9900	—	13544
1966/67	88	82	—	170	107	150	—	257	4385	10912	—	15297
1967/68	88	82	—	170	106	162	—	268	4374	11649	—	16523
1968/69	88	85	—	173	113	162	—	275	5988	11931	—	17969
1969/70	91	84	66	241	201	179	82	462	7505	10494	2759	20759
1970/71	96	81	92	269	323	175	116	630	10464	10264	6706	27436
1971/72	158	79	119	356	423	177	150	750	17786	9384	7667	24837
1972/73	171	79	123	378	572	217	165	974	21793	9677	8566	40036
1973/74	179	79	160	413	738	271	240	1249	25249	10457	10255	45961

daqueles que de uma forma ou doutra se aproximavam mais da cultura portuguesa — os assimilados. Estas escolas Primárias eram suficientemente dotadas com todos os materiais didácticos necessários e encontravam-se nos principais centros populacionais, em favor dos filhos dos colonialistas. Os agentes de ensino deviam ser formados pelo Magistério Primário e os candidatos a estas escolas deviam ser filhos dos colonialistas ou dos assimilados, que representavam uma minoria.

Os programas e os manuais eram directamente importados de Portugal sem qualquer modificação. As disciplinas de história e geografia estavam ligadas à realidade portuguesa. Os objectivos eram bem claros:

1. Formar os filhos dos colonialistas no quadro de um programa idêntico ao de Portugal;

2. Acelerar o processo de desfrancização das camadas já desenraizadas do seu meio tradicional e transformá-las em europeus negros, em verdadeiros agentes que perpetuariam o colonialismo.

2.4 *Ensino Secundário*

Data de 1901 a primeira formulação do primeiro desiderato de instituição do ensino liceal, na presença do Governador Almirante Judice Biker. Para este fim foi mesmo organizada uma subscrição para a construção de um edifício destinado a um liceu internato no «Ilhéu Rei». Esta ideia não prevaleceu devido à situação bastante crítica então existente na Guiné especialmente no Arquipélago dos Bijagós, mais concretamente em Canhabaque em consequência do bombardeamento àquela ilha mandado executar pelo mesmo Governador em Outubro de 1900.

Em 1945 funcionou em Bissau um colégio católico criado no tempo do Profeito Apostólico Ribeiro Magalhães para assegurar a continuidade de estudos aos alunos que concluíam a instrução primária. Este colégio esteve activo apenas até 28 de Fevereiro de 1946.

O funcionamento de um estabelecimento de ensino liceal particular financiado pelo Estado esteve em estudo em 1948. Um ano

mais tarde, em 1949, o ensino secundário contava com um colégio liceal e depois uma escola comercial, frequentada no ano lectivo de 1950/1951 por 78 alunos.

Em 10 de Abril de 1950 foi feito o reconhecimento oficial dos exames do curso geral dos liceus, realizados em Bissau por alunos inscritos nas respectivas Administrações.

A elevação do liceu colégio fundado em 1959, à categoria do Liceu oficial aconteceu apenas em Março de 1958, surgindo em 1960 uma escola técnica a nível do ensino secundário cujos resultados não foram satisfatórios devido ao seu carácter essencialmente teórico.

O acesso ao ensino secundário era extremamente difícil devido ao seu acentuado carácter de classe e selectividade.

O aparecimento de um único liceu apenas em 1958, portanto dezasseis anos antes da independência total, frequentado por uma minoria de alunos e situado na capital, não podia contribuir de forma nenhuma para a solução dos graves problemas do ensino. No primeiro ano do seu funcionamento o acesso era condicionado pela realização de provas de admissão que constavam de um programa especial para o qual não existiam escolas senão particulares e à custa dos pais tornando-as também selectivas pela sua própria natureza. De uma forma geral o nível de preparação dos alunos para as difíceis provas de admissão era bastante baixo, facto que explicava a elevada percentagem de reprovações que atingia normalmente os 85 %.

Em 1960, Portugal é obrigado a renunciar ao estatuto de «civilizados» e «não civilizados» diante da ONU e então para justificação da sua presença nas suas colónias estas passaram a ser denominadas províncias portuguesas de além-mar e todos os cidadãos tiveram automaticamente direito à nacionalidade portuguesa. Se nestas condições a situação do ensino conheceu um aparente melhoramento, no tocante ao acesso às escolas, os critérios de selecção tornaram-se ainda mais rigorosos. Assim, no ano lectivo 1973/1974, o último da era colonial, a situação do ensino apresentava-se como uma pirâmide tendo na base 23 600 alunos na 1.ª classe e no topo, 80 alunos na 11.ª classe ou 7.º ano.

No ano lectivo de 1968/1969 foi criado o ciclo preparatório em Bissau como consequência do aumento do período de escolaridade obrigatória em Portugal que passou de quatro para seis anos, compreendendo os primeiros dois de ensino secundário.

1. *Educação na Guiné-Bissau durante a Luta de Libertação Nacional*

A Guiné dita portuguesa tomou a firme decisão de lutar para o desmoronamento do colonialismo português. A luta de libertação nacional é antes de mais um acto cultural, dizia o fundador do Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo-Verde — AMÍLCAR CABRAL. O início da luta concretizou a inabalável decisão tomada por ocasião da primeira manifestação com carácter político realizada em Agosto de 1959, altura em que foram também assentes os fundamentos para uma nova política cabalmente reflectida no processo educacional.

A preocupação com o combate ao analfabetismo, ao obscurantismo estava bem patente já nos primeiros momentos da luta de libertação nacional e a necessidade da sua concretização fazia-se sentir também. O Primeiro Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá, em 1964, definiu, em linhas bem claras, as características da educação dirigida para a formação do homem novo capaz de manter uma luta consequente para a descolonização total do país.

Efectivamente, paralelamente a luta, considerada exemplar, coroada de sucessos, nasciam as escolas não obstante a ameaça de destruição total por bombas de napalm.

Durante os 11 anos de luta armada, o número de escolas e de quadros formados foi incomparavelmente superior aos formados pelos colonialistas durante cinco séculos de dominação. É de sublinhar que de 1471 a 1961 os colonialistas formaram apenas 14 guineenses a nível universitário e 11 a nível médio.

Para a protecção e educação de crianças vítimas de guerra, foi criado em 1964 e inaugurado em Fevereiro de 1965, o Instituto de Amizade, como uma organização autónoma que viria por sua

ENSINO SECUNDARIO

Años	Establecimientos de Enseño			Profesores			Alumnos inscritos		
	Ciclo	Licau	Esc. Téc.	Ciclo	Licau	Esc. Téc.	Ciclo	Licau	Esc. Téc.
1962/63	—	1	1	—	10	32	—	290	520
1963/64	—	1	1	—	22	27	—	265	367
1964/65	—	1	1	—	19	34	—	331	500
1965/66	—	1	1	—	13	33	—	417	612
1966/67	—	1	1	—	23	36	—	431	663
1967/68	—	1	1	—	12	33	—	495	749
1968/69	1	1	1	35	37	29	610	366	579
1969/70	1	1	1	50	23	35	1247	283	450
1970/71	2	1	1	53	24	40	1627	367	523
1971/72	2	1	1	97	27	40	2313	454	579
1972/73	3	1	1	—	39	—	3047	511	—
1973/74	3	1	1	—	55	—	3399	1238	—

vez a criar internatos e escolas agrícolas onde era ministrado o ensino pré-escolar, primário e secundário.

ESCOLAS E QUADROS DIDÁCTICOS NAS ZONAS LIBERTADAS

<i>Ano</i> <i>Escolar</i>	<i>Número de</i> <i>Escolas</i>	<i>Professores</i>	<i>Número de</i> <i>Alunos</i>
1965 - 66	127	191	13 361
1966 - 67	159	220	14 386
1967 - 68 *	158	284	9 384
1968 - 69	134	243	8 130
1969 - 70	149	248	8 559
1970 - 71	157	251	8 574
1971 - 72	164	258	14 531
1972 - 73	156	251	15 000

* *O decréscimo que se verifica nos anos lectivos 1967 - 68 a 1970 - 71, deve-se ao facto de alguns jovens terem saído para formação no exterior e outros terem sido integrados nas forças armadas, marinha, aviação e noutras actividades, conforme as exigências da Luta de Libertação Nacional.*

2. *Educação no Período de Transição*

Após a independência total era inevitável o choque entre dois sistemas educacionais diametralmente opostos. Não era possível a coexistência de dois sistemas antagónicos; o sistema introduzido pelos portugueses centrado nos meios urbanos, baseado num ensino estranho, alienante, autoritário e discriminatório confrontava-se com um processo de formação que se estruturava em bases criadas durante a luta, onde a escola era combinada com o trabalho produtivo e com as condições de vida.

É por estas razões que surge um período de transição situado nos anos de 1974/976 caracterizado por numerosas tentativas de adaptação, tentativas que nem sempre foram as mais felizes pois careciam, muitas das vezes, de um estudo cuidadoso originando assim graves perturbações que ainda hoje são sentidas a nível do sistema educativo.

Se na realidade a nova dimensão política do país agora independente exigia rápidas e sérias modificações é igualmente certo que essas modificações não podiam ser feitas sem um prévio estudo, dada a sensibilidade da área educativa que não se presta a constantes alterações e cujos resultados precisam de tempo para serem visíveis.

Urgia efectivamente tomar algumas medidas imediatas, sobretudo relacionadas com o conteúdo dos manuais que deviam reflectir a nova realidade, pois que se encontravam em flagrante contradição com a própria realidade guineense.

3. *Os principais problemas do Ensino na Guiné-Bissau* (*Hipóteses de base*)

1. A adaptação do ensino à realidade do país, à realidade africana e à nova dimensão política é sem dúvida a primeira necessidade que se faz sentir e cuja solução se torna difícil dada a sua complexidade. Deve ser concebida uma política que se dirija não só ao sistema educacional, como ao próprio espírito dos que trabalham efectivamente no domínio do ensino. Entre a educação, o ensino e os recursos humanos necessários é indispensável uma relação bastante estreita e uma perfeita articulação com as realidades específicas do país.

Os problemas da educação africana deviam ser postos e resolvidos pelos próprios africanos e não por estrangeiros como infelizmente acontece. A necessidade de transformações, de mudanças não pode ser sugerida de fora mas sim deve nascer do próprio país como tomada de consciência das próprias realidades.

2. É evidente que o baixo nível de desenvolvimento e a falta de quadros nacionais implica importação de quadros para a solução de

determinados problemas, mas a presença de quadros estrangeiros deve ser aproveitada antes para a preparação e aperfeiçoamento dos quadros nacionais que deverão dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

A preparação de quadros nacionais devia sempre que possível processar-se no território nacional e não sistematicamente no estrangeiro evitando-se assim os conflitos suscitados por uma preparação fora da realidade para onde se vai viver.

Sendo a Guiné-Bissau um país essencialmente agrícola e com a grande parte da população no campo vivendo dos seus recursos, impõe-se a organização do ensino rural como uma necessidade prioritária na política de adaptação do ensino às condições do país.

3. O desenvolvimento muito rápido do ensino primário nas condições de uma sociedade pouco desenvolvida, como a nossa, leva ao bloqueamento do ensino secundário geral e técnico que contribui directamente para a formação de quadros médios cuja falta representa um dos maiores problemas dos países subdesenvolvidos.

4. O desenvolvimento do sistema nacional de ensino deve ser programado e deve ter em conta os outros aspectos do desenvolvimento social, pois, optar por um desenvolvimento isolado do ensino é agravar a discrepância entre os outros sectores sociais. Os grandes projectos económico-sociais foram sempre acompanhados pelo desenvolvimento da educação. A afirmação inversa é igualmente verdadeira: a previsão do desenvolvimento da educação não pode ser considerada uma questão separada, ela não é mais do que uma parte, por mais importante que seja, da previsão económico e social.

5. Assim, o papel da educação no desenvolvimento sócio-económico é incontestável. Existe uma estreita correlação, simultânea e imediata, entre as transformações do meio sócio-económico e as estruturas e modos de acção da educação. Os conhecimentos que o ensino, a educação, oferece acerca do meio em que actua ajuda a sociedade a tornar-se consciente dos seus próprios problemas, contribuindo para a transformação da sociedade. Este destacado papel da educação não era desconhecido pelos colonialistas e por isso limitaram o acesso ao ensino.

6. A planificação da educação, do ensino, é uma parte integrante da planificação do desenvolvimento sócio-económico. Ela visa desenvolver ao máximo as possibilidades de acesso à instrução num país, aumentar o rendimento do sistema de ensino e melhorar a sua qualidade na medida das possibilidades e disponibilidades financeiras e humanas. A integração do plano da educação no plano global do desenvolvimento social, permite uma melhor concentração de esforços a curto ou longo prazo, sobre os elementos prioritários. Porém, a elaboração de um plano não é uma tarefa simples e nem pode ser o resultado do trabalho de uma pessoa ou de um departamento. Ela deve ser democrática devendo por isso ser confiada aos especialistas sob controle do Estado, livremente discutida e ponderadas as opiniões públicas sobre todos os aspectos da planificação relativas à definição e ao escalonamento dos objectivos, à crítica das medidas propostas e à elaboração de sugestões construtivas. Esta é a única possibilidade de assegurar o conteúdo e a eficácia da Planificação da educação. Os problemas da educação não podem ser resolvidos em círculos administrativos, pois o ensino não poderia funcionar num vazio social e não poderia desenvolver-se sem se inscrever no vasto plano social.

7. A educação pré-escolar na situação de existência de uma grande variedade de tribos e culturas impõe-se como basilar para a rentabilidade do sistema educacional. Nessas circunstâncias seria um dos meios eficazes para a superação das lacunas e desigualdades nas crianças, produzidas pela heterogenidade do meio sócio-cultural donde são oriundas. A planificação é também aqui necessária pois este ensino é bastante exigente tanto em recursos humanos como materiais.

8. A utilização das línguas maternas na aprendizagem é igualmente um pressuposto para o sucesso do ensino. Investigações muito sérias deviam ser realizadas com vista a definição de uma política linguística na Guiné.

Estas são, entre outras as grandes hipóteses que reclamam uma investigação cuidada donde podem sair soluções alternativas para o melhoramento substancial do ensino e mesmo para a redifinição de um sistema nacional de ensino virado para as realidades sócio-culturais e económicas da Guiné-Bissau.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE SOCIOLO- GICA DA GUINÉ-BISSAU ACTUAL

Jean Pierre Lepri ()*

A Guiné-Bissau actual, como qualquer individuo ou grupo social, é o produto da sua história. Deste ponto de vista, houve duas influências importantes que marcaram a sua formação:

- a dos Mandingas dos séculos XIII e XIV, e dos Fulas a partir do século XIX, tendo eles mesmos sido islamizados (a partir dos séculos XII e XIII) pelos árabes da Almorávia (1);
- a dos portugueses, mais marcada a partir dos séculos XIX e XX.

Por isso, podem-se distinguir actualmente, em função da sua origem, três tipos de grupos sociais (2):

- as sociedades «indígenas» (que têm a sua origem no lugar);
- as sociedades «arabógenas» (que são produto da influência árabe);
- as sociedades «europógenas» (que são produto da influência europeia).

O sufixo «gena» exprime a ideia de «origem». Isto não significa que as sociedades «europógenas» sejam sociedades europeias — os

() Jean Pierre Lepri é pedagogo e colaborador do INEP.*

européus sabem muito bem fazê-lo sentir na altura própria — nem que as sociedades «arabógenas» sejam sociedades árabes. O prefixo «indi» significa «do lugar». É desta forma que os portugueses são os «indígenas» de Portugal.

A ideia habitualmente aceite é a de que as três influências se sucederam, substituindo-se progressivamente umas as outras (3), segundo o esquema seguinte:

<i>XIII - XIV</i>	<i>XIX - XX</i>	
«Indígenas»	«Arabógenas»	«Europógenas»

A verdade obriga-nos a reconhecer e a dizer que as coisas não se passaram desta maneira. Estas sociedades não se substituíram umas às outras. Com efeito, duma certa forma, elas sobrepuseram-se sucessivamente, segundo o esquema seguinte:

<i>XIII - XIV</i>	<i>XIX - XX</i>	«Indígenas»
		«Arabógenas»
		«Europógenas»

Portanto, a Guiné-Bissau actual é assim composta por cerca de 55%, de indígenas 40% de «arabógenos» e 5% de europógenos». Estas sociedades pertencem todas «ao nosso tempo». Elas são todas, portanto, rigorosamente «modernas» e não há uma única que seja mais moderna que as outras. Elas são todas igualmente o fruto de tradições, de transmissões duma geração a outra. Portanto, todas elas são igualmente «tradicionais» (4) e não se pode dizer que haja uma que o seja menos do que outra. Por isso, a distinção que frequentemente se estabelece entre «sociedades tradicionais — sociedades modernas» não tem valor científico. Quando muito tem um valor ideológico que se poderia «desenvolver» e explicitar da seguinte maneira:

TRADICIONAL

MODERNO

antigo	actual
primitivo	civilizado
passado	presente
atraso	avanço
ultrapassado	recente
(pejorativo)	(valorizador)
anterioridade	posterioridade
obscurantismo	progresso
inferior	superior
antiquado	avançado

Por outro lado, a oposição «tradicional-moderno», implica a ideia (discutível) de anterioridade — posterioridade, a ideia dum itinerário linear ímpar em direcção a um modelo único de vida em sociedade (5) — o que é manifestamente falso à escala do planeta tendo em conta a prova do tempo. Esta concepção permite assim a distribuição das sociedades tanto em «modernas», quer dizer avançadas e superiores, como «tradicionalis», quer dizer atrasadas e inferiores. Segundo esta concepção, dever-se-ia (dum maneira absurda) qualificar de «moderna» 5% da população actual da Guiné-Bissau (os «europógenes») e recusar-se-ia esta qualificação aos outros 95% da sua população — a qual é contudo bem viva e «está bem inserida na nossa época».

A coexistência de três tipos sociais diferentes não se consegue facilmente. Nestas condições, como é que se pode definir e constituir uma identidade e uma consciência, quer dizer uma entidade, «nacionais»? É impossível responder a uma tal pergunta sem uma análise e um conhecimento profundo de cada um destes três grupos. A análise sumária e esquemática que se segue não pretende responder a esta exigência. Quando muito, ela pretende fazer sentir a sua imperiosa necessidade.

1. AS SOCIEDADES «INDÍGENAS»

Depois de terem sido expulsas pelos invasores, as sociedades indígenas instalaram-se principalmente ao longo da costa onde, quan-

do era necessário, desenvolveram métodos de cultivo duma alta técnica. Praticam «religiões africanas que os europeus qualificam de animistas» (6). Não se lhes conhece uma escrita, mas desenvolveram uma «língua» completa e muito elaborada na base de precursores: «bombolom», «tam-tam»... (7). À imagem do que sucede aos outros grupos sociais, este grupo não é verdadeiramente homogêneo. Cada etnia tem os seus valores, a sua organização, os seus modos de produção.

No entanto, podem-se distinguir esquematicamente dois sub-grupos, que apresentaremos sucessivamente:

— os Balantas — os Bijagós — os Baiotes — os Felupes, com uma organização de tipo «comunitário» (8)

— os Manjacos — os Papéis — os Brâmes, com uma organização de tipo «tributário» (8)

1.1. OS BALANTAS

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A sociedade Balanta (27% da população da Guiné-Bissau, a mais numerosa) é o exemplo típico de «sociedade dita horizontal, quer dizer, sem classes sobrepostas. Para os Balantas, cada família, cada habitação é autónoma, e se houver um problema qualquer, é o conselho dos Anciãos que a resolve» (9).

A sociedade Balanta está organizada — como é normal — com vista à sua própria subsistência, com uma economia das mais autárquicas (10). A sobrevivência depende da força de trabalho e da produção. As mulheres fornecem um trabalho importante, doméstico e agrícola. Elas dão também os filhos que poderão trabalhar para a família e que constituirão uma segurança para a velhice. Portanto, interessa aos homens (e às mulheres) ter várias esposas (ou co-esposas) (11) e sobretudo muitos filhos — se tiver em conta que a mortalidade infantil é elevada. Ao mesmo tempo, trata-se, para os mais velhos, de uma maneira de controlar os mais jovens e de se assegurarem da sua participação. É, sem dúvida, por isso, que se trata duma

organização social fundada sobre a idade e sobre o sexo (12). No cimo da hierarquia encontram-se os velhos, os «lambé» ou «homens grandes» — quer dizer os que passaram pelo «fanado» (13). São eles os chefes supremos da «morança» (14). Não existe nenhuma autoridade acima do Chefe de família. Abaixo destes, encontra-se uma série de classes de idade cuja formação e controle são assegurados por aqueles que pertencem à classe de idade imediatamente superior ou pelos mais velhos da mesma classe de idade. As funções e as regras correspondentes a cada classe de idade — e mesmo a cada sub-classe — são muito preciosas. A organização das classes de idade é diferente para os homens e para as mulheres (15). Nota-se, nesta organização, um «cuidado extremo (...) em assegurar equilíbrios, contra-pesos, contra-poderes tanto no seio dos grupos de idade do mesmo sexo como entre os sexos, numa miscelânea complexa e subtil de condicionantes e coacções, que impõe a manutenção, permanência e a reprodução do modelo cultural Balanta, de liberdade e de independência, que são os garantes contra as apropriações abusivas de poder» (16). Pode-se dizer que os Balantas são uma etnia sem Estado e mesmo contra todo o tipo de Estado (17).

Tal como sexo e a idade, o arroz aparece igualmente como um outro princípio organizador da sociedade Balanta: no habitat, no regime fundiário, nas técnicas agrícolas, na religião, na família e, claro, na economia e na alimentação. (*)

HABITAT

«As casas são construídas perto das bolanhas, o que dá um habitat disperso. As casas são construídas com lama das bolanhas, misturada com palha de arroz» (18). As divisões são totalmente escuras: isso evita os mosquitos que são abundantes por causa das bolanhas. A cozinha encontra-se num lado da varanda, sendo o outro lado utilizado para receber visitas (19). «Estas casas, excepção feita ao tecto de palha que é preciso consertar todos os anos, são excepcionalmente bem construídas e podem durar muitos anos» (20).

REGIME FUNDIÁRIO

(*) Para uma análise mais detalhada ver também, este número de «Sorondá», «o arroz ou a identidade Balanta-brassa».

As bolanhas e os campos pertencem à pessoa que as desbravou. «Para se cultivar uma terra em pousio, é preciso que se tenha a permissão da pessoa que primeiramente a desbravou. A bolanha transmite-se de pai para filho e cada chefe de família deve preparar o estabelecimento dos seus filhos rapazes numa bolanha» (21). Em muitos lugares já não há mais bolanhas a desbravar: isto pode constituir uma explicação para a emigração Balanta no sul do país.

TÉCNICAS DE CULTURA

A exploração de terras irrigadas pela água salgada provocou a elaboração dum «engenhoso sistema de barragens para regular o fluxo de água doce nas bolanhas e para impedir que a água salgada possa aí entrar» (22).

A repartição das tarefas faz-se segundo o sexo e as classes de idade. É da responsabilidade dos «homens grandes» a construção, a manutenção, a abertura e o fecho do dique (exterior) da cintura da bolanha (23). São eles que preparam os viveiros e executam todas as cerimónias (24), desempenhando o papel de chefes da cultura. Competem aos jovens em plena força da idade os trabalhos de desbravamento, depois, em Janeiro, a cultura do arroz e em seguida a malha. Compete às mulheres os trabalhos de transplante, o transporte, ajuntamento do arroz perto da área onde ele vai ser malhado, e depois, o joeiramento (25). «Duas espécies de arroz são às vezes, utilizadas, de forma a ter-se pelo menos um arroz de ciclo longo e um arroz de ciclo curto» (26). O recurso ao convite destes grupos assim especializados faz com que não exista necessariamente uma relação entre a superfície da bolanha cultivada e o número de membros activos do grupo familiar. «Pode-se assim ver uma família de cinco pessoas, incluindo um homem activo, duas mulheres activas, um rapaz ou uma rapariga que começam a guardar os animais, explorando 4, 5 ha de bolanha. (...) Do mesmo modo, esta organização permite a homens idosos e que se encontram isolados continuar a explorar as suas bolanhas. (...) Este recurso aos grupos de trabalho não impede que a unidade familiar de exploração seja muito individualizada economicamente» (27). Os «convites para a cultura» têm como contrapartida uma gratificação em arroz e/ou

em pequenos animais, que está a cargo do chefe da morança para os grupos masculinos e da primeira mulher para os grupos femininos (28). Assim, uma parte da produção encontra-se sempre reinvestida na bolanha, na sua exploração, no seu ordenamento ou na sua conservação. Uma outra parte é destinada ao consumo e às sementieras, e por fim uma outra parte é utilizada para troca ou para a obtenção de dinheiro (29).

Quando uma colheita foi boa e houve um excedente de produção, organiza-se uma grande festa, o «kussundé», durante a qual este excedente deve ser consumido (30).

PECUÁRIA

A pecuária está ligada à organização social. Há poucos ovinos e caprinos, mas há sobretudo porcinos e bovinos. Infelizmente, a criação de porcos sofre muitas perdas (a mortalidade porcina é elevada). «A posse de gado porcino é muito individualizada, mas limita-se a quatro ou cinco animais no máximo, por causa da obrigação de os alimentar» (31). O gado bovino é gerido a nível da «morança» e conta em média uma dezena de cabeças. Os animais são vendidos unicamente em caso de necessidade. Eles só são abatidos quando há festas, como o «kussundé», e sobretudo quando há cerimónias fúnebres. «O abate de cinco porcos e quinze bovinos é uma norma corrente para as cerimónias fúnebres dum chefe de «morança» (32).

O roubo do gado faz parte dos valores sociais, não pelo ganho ou o valor do animal roubado, mas pelo acto difícil, pela façanha, que ele representa quando é bem sucedido. O homem vale pelos roubos que consegue efectuar — estes roubos são consumados antes do «fanado» e a corda com a qual atava o gado roubado é transmitida, aquando da sua morte, ao seu primogénito, como insígnia suprema e simbólica do poder e do valor (32).

RELIGIÃO

Para muitos Africanos, o mundo é «um mundo de espírito onde os vivos são esperitos, como os mortos, como as coisas da Natureza» (33). Os espíritos dos antepassados que se apropriaram da terra são os

intermediários entre os vivos e Deus. A religião acompanha, com sacrifícios de animais domésticos aos «Irans» (génios ou espírito), que são outros intermediários, os momentos importantes da vida: a apropriação da terra, o início das culturas, da colheita, a regularidade das chuvas, o afastamento dos males e perigos diversos (34). As doenças são causadas ou pelos espíritos protectores (os antepassados) que foram ofendidos, ou por feiticeiros que utilizam maus espíritos (35).

Para o saber, consulta-se o feiticeiro que não mora necessariamente na aldeia. Pode-se mandar controlar o veredicto dum feiticeiro pelo duma outra aldeia. Os feiticeiros «orientam os consultantes no seu comportamento para com os «irans», do qual depende a sorte dos membros da família» (36). As cerimónias são conduzidas pelos «lambé», não exigem um clero especial. São eles que matam as vacas, aquando das cerimónias fúnebres, porque são eles os únicos a saber qual é o espírito do antepassado que os possui e como é que, portanto, se deve matá-las (37). A religião Balanta e em geral, as religiões africanas (38), são, como se vê, «um motor essencial para a realização da felicidade aqui em baixo, contrariamente ao que se passa com o cristianismo e o islão» (39).

ALIMENTAÇÃO

«Em terra Balanta, salvo em situação de penúria grave, só se consome arroz» (40). O consumo médio é de 700 g de arroz descascado, por pessoa e por dia (41). «O arroz, para um chefe de família Balanta, é ao mesmo tempo recurso alimentar essencial, produto de troca em caso de necessidade, fonte de rendimentos monetários e de prestígio. Quando o arroz falta, o chefe de família sente vergonha de não poder alimentar a sua família» (42) e a «mulher que vive desde há muitos anos numa família a título de concubina oficial — tal como é permitido pelos costumes — pode abandonar a casa e ir viver com um outro homem se ela acha que não se produz a quantidade suficiente de arroz onde ela está» (43). A carne só é consumida quando há cerimónias religiosas ou festas. O ovo, símbolo da capacidade reprodutora do sexo feminino não deve ser consumido pelas mulheres em idade de procriar, nem pelos homens que ainda não passaram pelo «fanado» (44).

SOCIO-ECONOMIA

Se a organização social Balanta serve a procura e a obtenção da autonomia e da autosubsistência, por sua vez, a economia Balanta está organizada da seguinte maneira: quanto mais trabalhes a terra, mais rico és, mas a riqueza não é para ser conservada; ela deve ser gasta, visto que um indivíduo não deve ser mais importante do que um outro (...). Por exemplo, se se produziu muito arroz, torna-se necessário organizar uma grande festa para consumí-lo todo» (45). A maior parte das sociedades da Guiné-Bissau não procuram uma mais valia ou excedentes (46). Assim, os Bijagós (outra sociedade indígena de tipo comunitário) que tinham sido equipados com um material de pesca mais aperfeiçoado, no quadro dum projecto de desenvolvimento da pesca artesanal, nem por isso pescaram mais peixe: eles simplesmente reduziram o tempo que passavam na pesca para apenas obterem o que era necessário para o seu consumo e para as suas necessidades de comércio (47).

1.2. OS MANJACOS — OS PAPÉIS — OS BRAMES

As sociedades indígenas do outro grupo — Manjaco, Papel, Brâme — estão organizadas segundo um sistema mais hierarquizado, menos igualitário, que ultrapassa o quadro da «morança» e da aldeia, de tipo «tributário» (48). Para não alongarmos demasiadamente este estudo, apenas realçaremos, por exemplo, que a terra pertence a certos proprietários que a alugam (49). Encontram-se até aldeias que, para além do local das palhotas, não possuem qualquer terreno e têm mesmo que alugar as suas bolanhas (50). O regime fundiário dos Papéis é bastante complexo (51). A educação Manjaca está, como a dos Balantas, organizada em classes de idade, distintas para os homens e para as mulheres. A criança Manjaca não recebe um nome próprio antes dos três anos de idade — prática que está provavelmente relacionada com a taxa elevada de mortalidade infantil (52). O «fanado» — cerimónia de iniciação — é aqui organizado todos os quinze anos (53). Isto equivale a mostrar, mais uma vez, a sua importância.

1.3. CONCLUSÃO

Demorámo-nos (talvez um pouco demasiadamente) na análise da sociedade Balanta. Isso permite-nos ter uma percepção do que se chama sociedades «horizontais», «segmentárias» ou «comunitárias» (54) e termos uma ideia do que podem ser as sociedades «indígenas». Como se pode ver, estas sociedades têm a sua coerência e a sua solidez. A sua existência e a sua permanência, sob forma de verdadeiras «sociedades de abundância» (55), no meio de sociedades que lhes são, em princípio, tecnicamente superiores, constitui a prova objectiva deste facto. Além disso, temos de aceitar a evidência de que é o aparelho produtivo indígena que melhor funciona actualmente (56). A força destas sociedades provém do alto grau da sua aderência e da sua integração na terra que é hoje a Guiné-Bissau. Intrinsecamente, elas têm o seu próprio valor e mesmo num sistema europeu de valores, elas podem ter o seu interesse. Saber-se-á vê-lo? Saber-se-á utilizá-lo? (57) Ou então procurar-se-á, como sempre em vão, como se faz desde há quase sete séculos, «modernizá-los» (sic)?

2. AS SOCIEDADES «ARABÓGENAS»

As sociedades «arabógenas» nascem com a chegada, à parte oriental do território que se tornará mais tarde a Guiné-Bissau, dos Mandingas, nos séculos XIII e XIV, depois dos Fulas, vindos do Fouta-Djalón, no século XVIII. Os fulas conhecem uma escrita que utiliza os caracteres árabes, com signos diacríticos para adaptar esta escrita à sua pronúncia (58). Estas sociedades, de religião muçulmana, têm como base do seu direito «O Livro» (O Corão). As principais etnias «arabógenas» são os Fulas (23% da população) e os Beafadas. Contudo a influência Mandinga é predominante (59).

Estas sociedades «arabógenas» são sociedades organizadas e hierarquizadas em função de considerações familiares, político-religiosas e profissionais. Analisaremos brevemente, a título de exemplo, a sociedade fula (60) da Guiné-Bissau, ela mesma fortemente «mandinguizada».

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR

Aqui também, a célula de base é a «família». O chefe de família exerce o seu poder sobre os bens, as esposas, o gado, os servidores, as crianças, as mulheres dos filhos rapazes e a sua descendência.

Ele tem direito de vida ou de morte sobre estas pessoas mas assegura-lhes, ao mesmo tempo, uma protecção contra as forças visíveis e invisíveis (61). Ele constitui, para elas, uma segurança económica e moral. Mas contrariamente aos Balantas, por exemplo, esta célula familiar integra-se, por sua vez, numa estrutura piramidal mais ampla. Assim, acima dos chefes de «morança» encontram-se os chefes de aldeia, acima dos quais estão os «régulos» das diversas regiões, em seguida os «Alfas» (62) e por fim, o «Almami geral», chefe político e religioso supremo de todos os fulas (63). Uma estrutura de tipo profissional acompanha esta estrutura político-religiosa. O artesanato fula está muito desenvolvido (64), sobretudo no que toca aos cortumes, aos tecidos (tecelagem e tinturaria sobretudo) e ao ferro (65). Os ofícios são castas (66) e é só nestas castas que podem ser produzidos os bens da sua especialidade. Por sua vez, estas castas são «classificadas». Assim, as profissões de ferreiro, de sapateiro, de curtidor de peles, de tecelão, de «escultor» de piroga e de pilões... pertencem à terceira classe, «dobadé» (67). A poligenia é geralmente praticada na «família». O irmão mais velho herda os bens, mas também as mulheres e filhos do seu irmão mais velho (68) o que tem como resultado o acentuar da poligenia. O projecto de casamento pode ser acordado entre o futuro esposo ou a sua família e os pais da futura esposa, durante a menoridade desta, às vezes mesmo antes do seu nascimento (69).

HABITAT

As palhotas fulas são geralmente circulares e concentradas no meio duma zona cultivada. Quanto às mesquitas, elas podem ser rectangulares tal como a de Kamboré, feita de «lama» (70) e coberta de palha, com um comprimento de 18 m, uma largura de 12 m e uma altura de 6,5 m, em cuja construção participaram 1 400 pessoas (71). As palhotas são decoradas com numerosos motivos geométricos, visto que o islão interdiz a representação de seres animados (72).

Cada esposa tem a sua palhota onde vive com os seus filhos. O marido dorme sucessivamente em cada uma destas palhotas (73).

REGIME FUNDIÁRIO

A propriedade do solo nasce e acaba com o trabalho do solo, com a sua valorização. A terra é propriedade colectiva, sendo administrada pelo chefe. Este chefe dá terras aos chefes de aldeias, como agradecimento de serviços prestados, para usufruto e em troca dum tributo. (74) Contudo, a maior parte destas terras continua a pertencer ficticiamente aos antigos proprietários que os fulas venceram. Estes proprietários «emprestaram-lhas», para evitar que os deuses protectores destas terras ficassem ofendidos e provocassem, então, inundações, seca ou outras calamidades (75).

ALIMENTAÇÃO E CULTURAS

As culturas principais são o arroz e o milho, e, em menor quantidade o sorgo, a mandioca, a batata doce e o inhame. Os alimentos mais apreciados são o arroz e a carne de vaca (76). O tabaco, mas sobretudo a cola, têm um papel social importante (77). Os animais são abatidos para as festas religiosas ou para as cerimónias. A carne é então repartida entre todos os participantes, mesmo que a parte de cada um tenha que ser muito pequena (78).

Os fulas conservaram, no essencial, a sua especialidade como criadores de gado, numa zona que foi felizmente relativamente poupada pela mosca tsé-tsé. O gado representa uma segurança, uma posição social e uma «moeda». É também um elemento importante nas suas alianças (casamentos), nas cerimónias de imposições do nome («baptismo»), nas cerimónias fúnebres, ou seja, em cada acontecimento que estrutura a vida e a organização sociais (80). O gado pode atingir, raramente contudo, 1000 a 2000 cabeças (81).

RELIGIÃO

O fula islamizado segue os princípios e as regras de conduta da sua religião, transmitidas por um clero organizado e hierarquizado. O seu dia é marcado por orações quotidianas e o seu ano pelas três grandes festas religiosas (82). Se necessário, ele con-

sulta o «marabout» que, por medida de precaução, saberá aconselhá-lo a sacrificar uma galinha e a invocar a protecção de Allah (83). Os fulas praticam também o «fanado», no decurso da qual é praticada a circuncisão dos jovens (entre 11 e 15 anos). Existe igualmente uma cerimónia de iniciação para as meninas (por volta dos 6-7 anos), no decurso da qual estas são excisadas (84)

3. AS SOCIEDADES «EUROPÓGENAS»

As sociedades «europógenas» constituem à volta de 5% da população da Guiné-Bissau. Elas são produto de cinco séculos de presença portuguesa.

Instalaram-se essencialmente em Bissau. De religião cristã, elas utilizam, para a escrita, o português e para a linguagem oral, de preferência, o Kiriol (85).

Aquando do recenseamento de 1950, contavam-se 8320 «civilizados» (86), para um total de 550 000 de habitantes, ou seja 1,5% da população. Um «indivíduo de raça negra» podia ser considerado como «civilizado», designação que foi substituída em seguida pela de «assimilado», se ele satisfazia as quatro condições seguinte» (87):

a) falar, ler e escrever o português

b) possuir bens ou exercer uma profissão que permitisse obter um rendimento suficiente para o seu próprio sustento (alimentação, vestuário, alojamento) e, em caso de casamento, para o dos membros da sua família

c) ter bom comportamento e não praticar os usos costumes dos outros da sua raça.

d) ter satisfeito as obrigações militares, definidas pela lei, sobre o recrutamento.

Estes requisitos eram tão difíceis de cumprir — mesmo um grande número de portugueses não os satisfiziam — que eram acompanhadas por sete derrogações que só aumentavam a arbitrariedade deste regulamento.

É deste grupo dos «assimilados» que nascerá o movimento de libertação nacional, dividindo-o em dois sub-grupos. Por um lado, os que, com Amílcar Cabral, pretendiam uma sociedade nova e um «homem novo», libertados do colonialismo português, mas também libertado de toda e qualquer forma de exploração, «quer o explorador seja branco ou preto» (88). Por outro lado, os que procuravam antes a protecção da metrópole. Quando do acesso à independência, estes dois sub-grupos fundiram-se momentaneamente para reaparecer sob a forma de tendências (89):

- a tendência A, dos que continuam a defender os princípios do movimento de libertação nacional
- a tendência B, dos que para quem, mais ou menos conscientemente, «Portugal continua a ser a referência» (90) e que vivem material e espiritualmente a cultura do estrangeiro colonialista, ao qual (eles) procuram identificar-se (...) no comportamento social, e na própria apreciação dos valores culturais indígenas» (91).

O facto de ter participado ou não na Luta de Libertação Nacional já não tem necessariamente uma relação directa com a pertença a uma ou a outra destas tendências. Alguns dos que participaram na Luta encontram-se com efeito, na tendência B. Outros que não participaram na Luta — mesmo que seja porque eram demasiado jovens — são (tornaram-se) sensíveis às ideias que ela semeou e desejam desenvolvê-las.

Portanto a tendência B reagruparia então:

- os revolucionários «não suicidados» (92)
- os que não participaram na luta e não são sensíveis às suas ideias
- a maior parte dos comerciantes e dos funcionários.

Este grupo, sem dúvida numericamente o mais importante, é caracterizado pelos «seus gostos, a sua formação e o modo de vida copiados (...) do Ocidente» (93). Ele condena-se assim a uma

frustração permanente: a de nunca poder reproduzir este modelo e a da sua inferiorização perante este modelo (94). Porque Bissau não é Lisboa ou Paris, a Guiné-Bissau não é Portugal ou França, e um Guineense não é um Português ou um Francês. A diferença, que é objectiva, é vivida pelos que pertencem a este grupo como uma inferioridade.

O poder político, financeiro e administrativo pertence aos «europógenas». Evolui entre a tendência *A* e a tendência *B*, em função das relações de força do momento. Pode-se dizer que, até aos primeiros anos da Independência, foi a tendência *A* que dominou e que a base social e económica do governo era essencialmente popular. Depois, é sobretudo a tendência *B* que predomina e o governo apoia-se mais no exterior, sobretudo em matéria da alimentação, da técnica e das finanças. Isto não passa duma apreciação de conjunto. A realidade quotidiana não é tão simples, nem tão evidente, sendo feita de numerosos vai e vêm entre as tendências *A* e *B*.

4. O JOGO E O QUE ESTÁ EM JOGO

Portanto, pode-se considerar, duma forma esquemática, que a Guiné-Bissau actual é constituída por três tipos de formações sociais: os «europógenes», os «arabógenes» e os «indígenas».

Trata-se então de saber como é que três grupos com valores e com modos de vida diferentes, por vezes divergentes, podem formar uma única entidade. A primeira possibilidade é a de um destes grupos «reduza» os outros dois aos seus próprios valores e modos de vida, caso em que a identidade nacional se confunde com a de um destes grupos. A segunda possibilidade é a de que estes três grupos dêem origem a uma nova entidade, diferente de cada um dos três, mas na qual contudo, os três se aceitem e se reconheçam. Existem então vários cambiantes ou graus possíveis entre estes dois extremos.

Actualmente seria mais a primeira maneira que prevalece na Guiné-Bissau. Com efeito, a identidade e a consciência «nacionais» confundem-se praticamente com a dos «europógenes». Por isso,

os valores «Guineenses» são fundamentalmente valores «europógenes» que não existem senão em relação à Europa (por ou contra ela) e nos quais, por consequência, 95% da população não se «re-encontra» completamente. É o que se passa com o calendário e as festas «nacionais»; é o que se passa com o ensino «nacional»; é o que se passa com os novos nomes de ruas de Bissau (95); é o que se passa ainda com vários aspectos da vida social: habitat, saúde, vestuário, educação, alimentação, modos de produção, economia (96). Por enquanto a consideração dos valores (97) dos outros 95% da população não aparece sempre à minoria dominante como evidente e necessária.

Esta ideia existiria (ou existe) mas ela seria (não é) por isso suficiente. Com efeito, continua-se a pôr «o problema da sua aplicação numa estrutura que não favorece necessariamente uma política orientada com vista à satisfação das necessidades e dos interesses do povo» (98) — necessidades que se precisaria começar já, pelo menos, por reconhecer e inventariar.

NOTAS

(1) Apesar de que «os Mandingas tenham sido na sua maioria animistas» (S.M. CISSOKO, in *Ethiopiques* 28, p. 90). Eles designavam-se então si mesmos, «pelo nome de Soninkés, para se distinguirem dos seus irmãos ou vizinhos que se tinham tornado musulmanos» (CARREIRA A., *Mandingas da Guiné Portuguesa*, Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa, p. 213).

As referências bibliográficas são indicadas por abreviaturas.

A referência completa figura na bibliografia.

(2) As designações que se seguem são, no texto original em francês, respectivamente, *indigènes*, *arabogènes* e *européogènes*. A inexistência de vocábulos equivalentes em português levou-nos a adoptar designações aproximadas que permitissem respeitar a ideia do texto original francês.

(3) Assim, o estudo da arquitectura indígena é tratado inteiramente no passado em *Arquitectura tradicional na Guiné-Bissau*, quando ela constitui, segundo o recenseamento de 1979, 96% das construções actuais.

(4) Moderno = «dos nossos dias, hodierno» (Dicionário *Editora*, 1979, p. 958).

Tradicional: «conservado na tradição»

Tradição: «transmissão oral de factos, lendas, dogmas, etc..., de geração em geração; coisa transmitida; uso; hábito» (Dicionário *Editora*, 1979, p. 1409).

(5) É precisamente esta a ideia desenvolvida por ROSTOW W., in *Etapas do desenvolvimento económico* (um manifesto não comunista), Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 274 p. Ver igualmente a denúncia de «L, idealogie de la culture universelle», por Amin, Samir, em *Classe et Nation*, Ed Minuit, pág 41 - 45

(6) COLIN R., *Problématique et pratique du développement endogène en Guiné-Bissau*, UNESCO, 1983, p. 9.

(7) *Bantaba* 4, p. 42.

(8) Segundo as expressões empregues por AMIN S., *Classe et Nation*, Ed. Minuit, p. 67.

(9) CABRAL, *Unité et lutte* Maspéro, p. 56.

(10) *Étude socio-économique Tombali*, p. 30.

(11) 46% políginos (*Child Mortality*, quadro 3: 11)

(12) Ideia desenvolvida por AABY, *Child Mortality*, p. 51

(13) «Fanado»: cerimónia da iniciação

(14) «morança»: grupo familiar de exploração

(15) Esta organização é apresentada em detalhe em *Batanba* 4 *Bombolom* 1

(16) COLIN R., *Problematique et pratique du développement endogene en Guiné-Bissau*, UNESCO, p. 14

(17) À semelhança das sociedades índias da América do Sul estudadas por CLASTRES P., in *La société contre l'Etat*, Paris: Ed. Minuit. 1974, 192 p.

(18) *Arquitectura tradicional*. p. 40

Salientemos que é possível fabricar cimento com bolas de arroz, que têm as mesmas propriedades que o cimento de Portland. Esta técnica seria bem adaptada e muito útil à Guiné-Bissau (cf, bibliografia)

(19) *Arquitectura tradicional*, p. 44

(20) *Arquitectura tradicional*, p. 45

(21) *Região de Oio*, p. 18

(22) *Arquitectura tradicional*, p. 40. A técnica de cultura de arroz é descrita em *Bombolom*, N.º 2.

- (23) *Região de Oio*, p. 20 e *Etude socio-économique Tombali*, p. 22
- (24) *Etude socio-économique, Tombali*, p. 23
- (25) *Etude socio-économique, Tombali*, p. 22 e 23
- (26) *Etude socio-économique, Tombali*, p. 23
- (27) *Etude socio-économique, Tombali*, p. 21
- (28) *Etude socio-économique Tombali*, p. 21
- (29) Essencialmente para pagar o imposto (Region de l'Oio, p. 23)
- (30) *Bantaba 4*, p. 44 e *Etude socio-économique Tombali* p. 20
- (31) *Etude socio-économique Tombali*, p. 29
- (32) *Bantaba 4*, p. 40 e 42 e *Bombolom 1*, p. 12
- (33) RICHARD-MOLARD, citado por CARREIRA A., in *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Vol XVI, N.º 64, 1961 p. 695
- (34) CARREIRA A., *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, Vol XVI N.º 64, p. 695 - 696
- (35) *Child Mortality*, p. 3: 31 e TRINCAZ J., *Colonisation et religions en Afrique Noire*, l'Harmattan, p. 223
- (36) *Etude socio-économique Tombali*, p. 17
- (37) *Bantaba 4*, p. 44
- (38) As religiões africanas são geralmente designadas pelos termos de «animistas» ou «fetichistas». No fundo, esta denominação é incorreta. Quando à forma, estes termos refletem a concepção colonial (igualmente errónea) segundo a qual as religiões africanas não são mais do que «superstições grosseiras, práticas mágicas próximas da barbárie que é preciso expurgar» (TRINCAZ J., *Colonisations et religions en Afrique Noire*, L'Harmattan, p. 45)

39 TRINCAZ J., *Colonisations et religions en Afrique Noire*, L'harmattan, p. 82

(40) *Etude socio-économique Tombali*, p. 17

(41) «» «» «» «» , p. 26

(42) «» «» «» «» , p. 27

(43) «» «» «» «» , p. 31

(44) Child Mortality, p. 3: 22

(45) CABRAL A., *Unité et lutte*, Maspéro, p. 56 e 57

(46) cf. o estudo de TEMPLE D., *La dialectique du don*. Diffusion INTI, 37 rue Mesly, 75003 PARIS

«O que conta não é a acumulação das riquezas, mas o seu consumo ou a sua distribuição» (p. 15). «O luxo é para o indígena uma categoria económica capital (...).

A festa, a abundância, o convite, são exigências do desenvolvimento; é a festa, o sobre-consumo, que determina o nível da população, e até mesmo os estatutos de produção» (p. 46).

(47) Relatado por técnicos que participaram no projecto.

(48) Segundo a expressão de AMIN S., in *Classe et Nation*, Ed. Minuit, p. 67. Esta expressão é preferível à de «semi-feudal» empregue em *Arquitectura tradicional*, p. 16 e *Child Moreality*, p 3: 2, na medida em que aqui a organização social não está sempre ligada à terra, e onde o termo «feudal» designa melhor a «forma europeia» do «tributarismo» (considerado então como o «feudalismo» na sua forma geral). Seja como for, a África do século XX não poderia ser (comparada à) a Europa da Idade Média.

(49) Em terra Manjaca: 1 vaca para 6 anos, 1 touro para 5 anos, 1 cabra ou porco para 2 anos, para uma parcela de terra de mais ou menos 2 870 m² (segundo *Bombolom* 5, p. 14).

(50) *Paysanneries*, p. 81

(51) *Paysanneries*, p. 82 e 83

(52) *Bombolom* 5, p. 3. As avaliações da taxa média de mortalidade infantil variam, segundo os autores, de 30, a 50%.

(53) *Bombolom* 5, p. 5

(54) «Horizontais» é empregue por CABRAL A., in *Unité et lutte*, Maspéro, p. 56. «Segmentária» é empregue por COLLIN R., in *Problématique et pratique du développement...* (op. cit.) p. 14 «Comunitárias» é empregue por AMIN S., in *Classe et Nation*, Ed. Minuit, p. 67. Estas expressões não são sinónimas. Juntas traduzem muito bem a realidade.

(55) A abundância não é o sobre-consumo ou o esbanjamento. Ela é a ausência de privação tendo em vista um futuro hipotético. O que não exclui também a previsão. Acerca deste assunto, cf. SAHLINS N., *Age de pirre, âge d'abondance*, Galimard, 1976, ou GUIDIERI R., *l'abondance des pauvres*, Seuil, 1984, e sobretudo TEMPLE D., *La dialectique du don*, diffusion INTI, 37 rue Meslay, 7 5003 PARIS, 1983, 50 p.

(56) O aparelho produtivo «europógeno» funciona, com efeito, com menos de 25% da capacidade instalada. Todos os anos produz-se e trata-se mais arroz — e a um custo (monetário) mais vantajoso — com as técnicas indígenas que com as técnicas «europógenas». É também o aparelho produtivo indígena que continua a ser a base potencial e efectiva do desenvolvimento e do funcionamento do aparelho produtivo «europógeno». E a «modernização» revela-se muitas vezes como a passagem «da auto-subsistência à penúria alimentar» (segundo a expressão de COQUERY - VIDROVITCH, *Afrique Noire, Permanences et ruptures*, Paris, Payot, 1985, p. 143).

(57) Amílcar Cabral parece tê-lo compreendido e isso foi (lhe) bem sucedido. O Primeiro Plano Quadrienal proclama-o igualmente: «O desenvolvimento só poderá ser efectivo se tomar por alavanca as formas tradicionais da organização social» (Vol II. 1, p. 1. 19).

(58) *Usos*, p. 80 e *Fulas Gabú*, p. 170

(59) Os Mandingas, com o Reino do Kaabu, dominaram política e culturalmente a região durante quase cinco séculos, dos séculos XIII a XIX, entre o Rio Gâmbia e o Rio Grande (na Guiné-Bissau).

Os Fulas que venceram definitivamente os Mandingas em Kansala, em 1867, conservam contudo a marca desta «mandinguização» (cf. PERSON y., *Ethiopiques* 28, p. 62 - 63). As toponímias actuais de Farim, Mansába ou Casamance... são vestígios deste Reino do Kaabu.

(60) Para mais detalhes, pode-se consultar as 624 p. de DUPIRE M., *Organisation sociale des Peuls*, Paris: Plon, 1970

(61) *Usos*, p. 110

(62) Uma deformação provável do «Kalifa» árabe

(63) Segundo *Fulas Gabú*, p. 302

(64) Este avanço tecnológico beneficiou nomeadamente o Brasil, durante e depois do período do escravagismo. «Deve-se (aos Africanos) a primeira indústria de preparação do ferro, nas forjas rudimentares de minas gerais (...), a criação do gado (...). A África deu técnicos para (as) minas; artesãos para (as) forjas; negros entendidos em criação de gado e na indústria ligada à pastorícia; comerciantes de tecidos e de sabão; professores primários e pregadores que ensinavam a ler o Corão em árabe (...). Um comércio muito activo, conduzido por Fulas e Mandingas, em geral ex-escravos». (FREYRE G., *Maitres et esclaves, La formation de la société brésilienne*, Gallimard, 1974 (1952), p. 289 a 293)

(65) *Fulas Gabú*, p. 188, 189 e 205

(66) Influência Mandinga (cf. nota (2) acima), segundo PERSON Y., in *Ethiopiques* 28, p. 62 - 63

(67) *Usos*, p. 35

(68) *Fulas Gabú*, p. 281

(69) *Fulas Gabú*, p. 283

(70) «lama»: adobe

(71) *Fulas Gabú*, p. 226

(72) *Fulas Gabú*, p. 222

(73) *Fulas Gabú*, p. 188 e 189

(74) *Usos*, p. 86

(75) *Usos*, p. 87

(76) *Fulas Gabú*, p. 174

(77) *Fulas Gabú*, p. 169

(78) *Fulas Gabú*, p. 214 e 218

(79) Como a palavra latina «pecunia» que vem de «pecus» e que significa «gado»

(80) Du PIRE M..., *Organization sociale des Peuls, Plon*

(81) *Usos*, p. 15

(82) *Fulas Gabú*, p. 234

(83) O «mouro», in *Fulas Gabú*, p. 188

(84) *Fulas Gabú*, p. 195, 288 e 289

(85) A designação e a ortografia são as adoptadas pelo Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau. Encontra-se também «criol» «Kriol» «creol», e além dos genéricos «creolle» (em francês) e «criolo» (em português).

(86) dos quais 2 263 brancos, 4 568 mestiços e 1 478 negros (ou seja 0,3% do conjunto dos negros)

(87) Decreto 1634 de 7 de Outubro de 1946, citado por BARBOSA Honório, in «*Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa*», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N.º 6, Abril de 1947, p. 344

(88) *Unité et lutte*, Maspéro, p. 116

(89) Tomámos de empréstimo o essencial desta análise a LOPES C., *A transição histórica na Guiné-Bissau. Do movimento de libertação nacional ao estado*, Genève: IUED, 1982

(90) «apesar do atraso bem conhecido deste país nos diferentes domínios» (LOPES C., op. cit., p. 178)

(91) CABRAL A., *Unité et lutte*, Maspéro, p. 176

(92) Segundo CABRAL A., op. cit., p. 169: «Para cumprir perfeitamente o papel que lhe advém na luta de libertação nacional a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe, para ressuscitar como trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo ao qual ele pertence».

(93) LOPES C., op. cit., p. 184

(94) encravado «entre o que ele sabe do «possível» ocidental e a consciência da inferioridade perante este modelo» (BENOT, Y, citado por LOPES, C., op. cit., pág 184)

(95) existe assim a rua «Cidade de Lisboa», inaugurada por uma alta personalidade portuguesa e onde viviam altas personalidades guineenses.

(96) «Uma das características pelas quais se manifesta a ausência de construção nacional é a natureza profundamente estrangeira da cultura da burguesia local. Desnacionalizadas, aculturadas, estas classes dominantes adquirem progressivamente o comportamento de estrangeiros no seu próprio País, pelo seu estilo de vida quotidiana, decalcado sobre a do *homoconsumens universal*. Quando muito, consegue-se uma caricatura do bilinguismo: a classe dirigente utiliza o idioma dos antigos mestres coloniais, enquanto o povo continua a falar línguas vernaculares. Como falar de nação e de cultura nacional nestas condições? (AMIN S., *Classe et nation*, Ed. Minuit, p. 170)

(98) apresentados antes como valores «negativos» ou como «tribalismo»

(99) RUDEBECKL., *Problèmes de pouvoir populaire et de développement*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1982, p. 54. Cf. também «Prosseguindo fundamentalmente actividades já organizadas antes da independência, (as) actividades (destas estruturas) não parecem ter sido ainda reorientadas de maneira a oferecer os melhores serviços à população em vez de responder aos interesses das sociedades coloniais» (Plan national de sécurité alimentaire 1984 - 1986. Project, p. 7).

SIGNIFICADOS DAS ABREVIATURAS EMPREGUES NA BIBLIOGRAFIA.

(Só figuram aqui as referências completas das obras assinaladas texto sob forma de abreviaturas).

Arquitectura tradicional

SIDA (BLAZEJEWICZ D. , LUND R. , SCHONNING K. ,
STEINOKE S.)

Arquitectura tradicional Guiné-Bissau, Stockholm, SIDA, 1981,
275 P.

Bantaba 4:

Vários autores. «Padrões de cultura dos Balantas» in *Bantabâ*,
revista do Liceu Nacional Kwame N'Krumah,
Bissau, n.º 4, Fevereiro 1983, p. 36 - 48.

Bombolom 1:

CEPI, «As estruturas sociais balantas» in *Bombolom*, N.º 1,
Nov. 1977, p. 7 - 23, «As técnicas balantas da cultura do arroz»
in *Bombolom*, N.º 2, p. 1 - 12, Bissau

Child Mortality:

AABY p. e coll., *Child Mortality in Guinea-Bissau:*
Malnutrition or over crowding?, Institute of Ethnology and
Antropology, Copenhagen University, Frederikholms Kanal 4,
DK - 1220 Copenhagen K, 1981, 478 p.

Ethiopiques 28:

Vários autores, «Les traditions orales du Gabu», *Ethiopiques*,
Dakar, N.º 28, s. d.

Etude socio-économique Tombali:

HOCHET Anne-Marie, *Etudes socio-économiques conduites
dans les régions administratives de Tombali et de Quínara Sud-
-Ouest. Synthèse* Bissau: CECEP, Juillet 1979, 78 p, multigraph.

Fulas Gabú:

Moreira, José Mendes, *Fulas do Gabú* Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1948, 328 p.

Paysanneries:

HOCHET Anne-Marie, *Paysanneries en attente en Guinée-Bissau*, Dakar: ENDA, 174 p. , série «Etudes et recherches».

Région de L'Oio:

HOCHET Anne-Marie, *Région de L'Oio: données socio-économiques* Bissau: CECEP, août 1980, 117 p. , multigraph.

Usos:

DA SILVA Artur Augusto, *Usos e costumes jurídicos dos fulas da Guiné-Bissau*, Bissau: DEDILD, 1980 (3.^a edição, refundida e alterada). , 132 p.

SOBRE O CIMENTO DE CINZAS DE BOLAS DE ARROZ:

Cook D. , «Using Rice Husk for Making Cement-like Materials», in *Intermediate Technology*

Vol. 6, N.º 4, February 1980, London, p. 9 - 11

KAPUR P. C. , «Le Ciment Ashmoh», in *le Courrier ACP-CEE*, N.º 57, sep-oct 1979.

DALIMIER. Th, *Les propriétés pouzzolaniques de la cendre de balle de riz*, mémoire présenté en 1981 à l'Université catholique de Louvain (Belgique).

25 ANOS DE ESTUDOS AFRICANOS NA AMÉRICA LATINA: CONJUNTURAS POLÍTICAS E POLÍTICAS DE INVESTIGAÇÃO

por David González

Este artigo é incluído no primeiro número da nossa revista por duas razões. Por um lado, resume o conteúdo de uma conferência dada no mês de Agosto no quadro do Programa Académico de discussões científicas mensais do INEP e assim oferece uma ideia sobre esse tipo de actividade. Por outro lado, reflecte a vocação do INEP relativamente aos contactos internacionais, que se desenvolveram extraordinariamente durante o seu primeiro ano de existência: neste contexto, o INEP tem relações privilegiadas com diferentes países da América Latina e sobretudo com numerosas instituições de México, Brasil e Cuba, com as quais tem assinado acordos de cooperação. A presença em Bissau — para trabalhar durante um ano junto do CEHC — do autor da conferência e do presente artigo, que é um investigador cubano do Centro de Estudos de África e do Médio Oriente da Havana, é ainda uma prova da intensidade desses contactos latino-americanos do INEP.

Segundo os geólogos, as terras que hoje ocupam os continentes africano e latino-americano estiveram unidas, quando o nosso planeta era ainda jovem. Mais recentemente, em meados do milénio que está por terminar, o desenvolvimento sócio-económico endógeno da América — que contava com culturas muito peculiares, surpreendentes pelos seus avanços em certas esferas da técnica e da ciência — foi detido em consequência do movimento de extroversão do capitalismo mercantil que se desenvolvia em vários centros europeus.

Durante os três séculos que se seguiram, a África e a região que hoje conhecemos como a América Latina estiveram ligadas

pela relação económica triangular que resultou numa sangria da população africana e dos recursos naturais latino-americanos para produzir na Europa a acumulação necessária à passagem à fase do capitalismo industrial. Dos milhões de escravos africanos que foram levados para o hemisfério ocidental, calcula-se que 80 % foram introduzidos em territórios de dois dos actuais países latino-americanos: 6 de cada 10 chegaram ao Brasil, e 2 de cada 10 a Cuba. Não é por acaso, então, que, falando das relações entre a América Latina e a África, e sobretudo dos Estudos Africanos na América Latina, devemos realçar principalmente os casos do Brasil e de Cuba.

É preciso, porém, começar por definir a origem e a evolução inicial desses Estudos Africanos, e por causa disso somos forçados também a falar dos países onde estes se iniciaram nomeadamente os centros europeus que colonizaram tanto a África como a América Latina. Os modernos Estudos Africanos tiveram os seus antecedentes no rápido desenvolvimento das ciências que se inseriu numa relação de efeito-causa-efeito em relação às mudanças económicas que impulsionaram para o exterior o capitalismo europeu na sua fase mercantil. As primeiras incursões europeias em África ampliaram extraordinariamente os conhecimentos científicos dos europeus; porém, vendo mais profundamente, o que estava a acontecer era uma primeira valorização dos recursos naturais africanos. Mais tarde apareceu uma nova área de estudos que foi chamado o «Africanismo» (ou a «Africanística»), concebido já como estudo integral de África pelos cientistas europeus: visava-se o estudo inter-disciplinar do Continente que facilitasse tanto a sua exploração como a sustentação, no domínio teórico-ideológico, das formas que essa exploração adoptou na prática concreta do colonialismo europeu que se exerceu sobre a África.

No decurso do século XIX, a cessação do tráfico de escravos e as lutas pela independência, lideradas pelas élites crioulas na América Latina cortaram as ligações desse continente com África, com certas excepções, como foram a manutenção de uma linha de navegação entre São Salvador de Bahia e o Golfo de Benin (através da qual numerosos libertos voltaram para as suas terras de origem) e o aparecimento de correntes panafricanistas ou «panegristas» que ligaram certas personalidades intelectuais dos dois lados do Atlân-

tico. Porém, durante mais de um século, a África e a América Latina voltaram a afastar-se, e a maioria dos contactos — e isso vê-se no caso dos movimentos intelectuais mencionados — tinham que passar pelas metrópoles europeias.

Na segunda metade do século XIX, uma nova fase do capitalismo, já industrializado, impõe um movimento de extroversão de novo tipo que implicará a exploração directa dos territórios e populações africanas que aí se encontravam. Para a fase imperialista, já não bastará a presença da potência colonial nas regiões costeiras, mas será necessária a «ocupação efectiva». A Conferência de Berlim de 1884-1885 iria garantir que essa ocupação se realizasse sem conflitos destruidores entre as potências europeias, e foi, por isso, o primeiro exemplo de concertação inter-imperialista: a realização dessa «ocupação efectiva» acordada durou até à Primeira Guerra Mundial, quando as bases da concertação já eram contestadas por algumas potências que procuravam uma nova repartição. Foi precisamente nos anos que decorreram entre a Conferência de Berlim e a Primeira Guerra Mundial que o Africanismo assumiu o papel de agregação de ciências coloniais, centradas na Etnografia.

No período posterior, de entre-guerras, o Africanismo — dominado ainda pelos estudiosos das metrópoles europeias — entregou-se prioritariamente à tarefa de catalogar, classificar e inventariar os povos sob dominação colonial. e por isso a antropologia e a etnologia estiveram no centro da atenção. A vulgarização das conclusões dos Estudos Africanos da época reveste-se de exotismo, destinado a interessar um público ávido de informação sobre as novas províncias africanas e que poderia sentir-se motivado a tornar-se colono.

A nova guerra mundial modificou substancialmente o panorama internacional, e não se saldou numa nova partilha colonial. Bem pelo contrário, talvez uma das modificações mais evidentes seria a revelação da crise do colonialismo e a certeza generalizada das próximas independências do mundo colonial. No terreno das ciências, o Africanismo entra em crise conjuntamente com esse sistema que havia sustentado material e ideologicamente, e começa, ele mesmo, a mudar também radicalmente: aparecem críticas agudas às metodologias e mesmo a algumas das ciências privilegiadas até poucos anos antes, e a sociologia emerge como disciplina central

do momento, procurando resposta a perguntas tais como por que fracassou o sistema colonial e como transitarão para a independência as sociedades africanas; na nova abordagem há pouco lugar para o exotismo (1).

Chegando assim à primeira metade do Século XX na relação Europa-África e às suas repercursões sobre os Estudos Africanos da época, convinha fazer um breve resumo do que acontecia no hemisfério ocidental.

Durante todo o Século XIX, os países latino-americanos lutaram pelas suas independências contra as metrópoles ibéricas, num esforço colectivo que permitia vislumbrar a sua unificação política posterior. Os Estados Unidos da América, o primeiro Estado a consolidar a sua independência e a lançar-se pela via do desenvolvimento capitalista no continente, participaram na Conferência de Berlim ao lado das grandes potências da época, mas não tomaram parte na partilha de África dado que a sua própria extensão territorial — em parte recém adquirida numa guerra da qual resultou a anexação de metade do território mexicano — tornava isto desnecessário e mesmo difícil nesse momento. A consolidação da fase imperialista do capital assente nos Estados Unidos apenas terminou em fins do século, quando as duas últimas colónias ibéricas do hemisfério ocidental — Cuba e Puerto Rico — chegaram ao final das suas guerras pela independência: a nova potência imperial nascente interveio nas guerras, ocupou os seus territórios, começando assim na América o sistema neo-colonial.

Toda a primeira metade do Século XX será caracterizada, na América Latina, pelos assaltos do neo-colonialismo norte-americano.

No plano interno — apesar da participação das populações de origem africana, de forma destacada, nas guerras pela independência nos países latino-americanos onde se encontravam — implanta-se por toda a parte a discriminação racial, no quadro de regimes geralmente elitistas e orientados por padrões de conduta europeus e norte-americanos. As manifestações da cultura negra nas sociedades latino-americanas são, regra geral, do ponto de vista oficial, rejeitadas ou relegadas para o nível de um folclore, enquadrado pela perspectiva «exótica» importada da Europa.

Porém, sobretudo a partir dos anos 30, numerosos intelectuais vão à procura das raízes autóctones e populares e, entre outras, as de origem africana. As manifestações deste fenómeno, na literatura e na música principalmente, estão ligadas também ao aparecimento de algumas grandes figuras, infelizmente isoladas e sem apoio oficial, que produziram estudos notáveis sobre a herança africana nas sociedades latino-americanas. Naturalmente, na maioria dos casos, a simples abordagem desse objecto de estudo no contexto latino-americano da época, pressupunha da parte do cientista, por um lado, uma tomada de posição face a sua sociedade e, por outro lado, pelo menos de forma limitada, um interesse pelo estudo da «África na África». Foi esse o caso, por exemplo, de Fernando Ortiz, um dos maiores africanistas latino-americanos, que fundou em 1937 a Sociedade de Estudos Afro-Cubanos e que, desde então e até à sua morte, teve uma participação importante nas lutas sociais em Cuba. Foi o caso também de Jacques Roumain, escritor, fundador do Partido Comunista de Haiti e do Bureau d'Ethnologie. O engajamento político era a regra e não a excepção nestes intelectuais.

Desde a crise económica dos anos 30 que os governos latino-americanos dos países com grande número de habitantes de origem africana tenderam para políticas de imigração que fortaleceram o número de nacionais de origem europeia (2), e isso voltou a afastar ainda mais as relações oficiais entre a América e a África, que decorriam, por outro lado, quase exclusivamente através das metrópoles europeias.

Regra geral, as notícias sobre África eram também produzidas pelas metrópoles europeias; a isto acrescentava-se o facto de que as élites latino-americanas, que temiam as suas próprias populações negras, na sua maioria marginalizadas, não viam com bons olhos as actividades anti-coloniais em África após a Segunda Guerra Mundial: por isso, as informações sobre o que acontecia em África chegavam distorcidas — ou simplesmente não chegavam — ao público latino-americano.

Em resumo: até aos anos 60, os Estudos Africanos na América Latina padeceram da ausência do contacto directo entre os dois continentes, da atitude oficial — desestimulante desses empreendimentos — e do domínio do mercado informativo — incluindo o

mercado da informação científica — por parte da volumosa massa de estudos europeus sobre o tema. Existiram, porém, grandes figuras isoladas, voltadas sobretudo para o estudo da contribuição africana nas respectivas sociedades latino-americanas, e é aí que encontramos os germes dos chamados Estudos «Afro-Brasileiros», «Afro-Cubanos», «Afro-Caribeanos» que iriam constituir, num primeiro momento, o foco de atenção fundamental dos Estudos Africanos na América.

Mas no fim dos anos 50 surgem novas situações políticas, tanto a nível mundial como regional, que viriam a ter uma importante influência posterior. No domínio global, aparecem os sintomas que anunciam a abertura do período da coexistência pacífica e o recuo das posições da Guerra Fria. Em África, começa a queda massiva, definitiva, irreversível do sistema colonial. Na América Latina — agitada por uma etapa de dificuldades económicas e intranquilidade social — a Revolução cubana testemunha, por seu turno, a crise do sistema neo-colonial no hemisfério. Nos Estados Unidos, o crescimento económico acelerado do pós-guerra está para chegar ao fim, e uma nova administração terá que fazer face a situações internas e externas em complexa mutação, que inclui tanto as mudanças operadas em África como as que têm lugar no seio da população de origem africana dos Estados Unidos: estabelece-se nas consciências uma ligação entre a luta crescente das massas negras norte-americanas pelos seus direitos civis e as independências africanas que estão ocorrendo ao mesmo tempo. Em poucos anos, os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais tiveram que procurar uma adaptação a um mundo cujo rosto e funcionamento tinham mudado em virtude do número de novos estados africanos na cena internacional.

Aos Estados Unidos, surgidos da Segunda Guerra Mundial como líder incontestável do campo ocidental, apresenta-se, por um lado, a possibilidade de aproveitar o seu passado não ligado à colonização africana para preencher o vazio deixado pelas potências coloniais europeias em retirada e, por outro lado, na América Latina, coloca-se-lhe a necessidade de evitar o que se chamou no léxico político da época «o aparecimento de novas Cubas», num continente em convulsão sócio-política devido a agudos problemas das estruturas económicas.

«Nos anos 60, a conjuntura política latino-americano encontrava-se fundamentalmente marcada pelo choque da revolução cubana. Pela primeira vez, uma via «socialista» de desenvolvimento, afirmando a construção de uma nação sobre as bases prioritárias da satisfação das necessidades do «povo», marcava o continente com o seu cunho. No mesmo momento a América Latina tomava consciência da sua dependência neocolonial ligada a um subdesenvolvimento capitalista e às mudanças provocadas por uma fase de industrialização crescente que envolvia diversos países, entre eles o Brasil, Argentina e México, provocando uma série de crises de identidade. Os debates sobre a relação entre integração racial e integração social voltavam com vigor, devido a esta recolocação em questão, por um lado das relações sociais tradicionais de dominação de classe no plano interno e, por outro, das relações de dependência económica, política e cultural com os países desenvolvidos e capitalistas do centro, principalmente os EUA. Na medida em que o «povo» se identificava com uma América Latina mestiça ou mulata, no seio da qual o elemento afro-americano tinha um papel preponderante, a afirmação de uma identidade cultural nacional, conservando raízes africanas, tornava-se um elemento fundamental do jogo ideológico e político, ultrapassando as tradições latinas. Cuba e Brasil encontravam-se assim na encruzilhada de caminhos de um Terceiro Mundo latino-americano, em busca da solução para combater o subdesenvolvimento (3).»

Com uma situação diferente da africana, onde a OUA agrupou as novas nações recém-independentes, sem participação das antigas potências coloniais, a América Latina contava com as antigas estruturas da Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington e susceptível às pressões da metrópole neocolonialista que a integrava. Cuba, que até então apenas tinha estado voltada política e economicamente para os Estados Unidos e, em menor medida, para a América Latina e alguns países europeus, foi objecto de todo o tipo de agressões militares e económicas assim como dum isolamento diplomático que se reforçava cada dia com a sucessão de golpes de estado de direita, na primeira metade dos anos 60, na América Latina. Nos meados do decénio, Cuba viu cortados todos os seus vínculos políticos, diplomáticos e comerciais com a América Latina, com a excepção do México.

Cuba ficou assim isolada em relação aos seus parceiros tradicionais, mas estabeleceu relações de novo tipo com países e povos dos quais havia estado separada até esse momento. Os países africanos que se tornavam independentes nessa altura foram objecto duma atenção privilegiada e natural dos cubanos como o testemunha a criação de numerosas instituições de amizade e solidariedade que realizaram uma importante actividade de divulgação, comunicação e mobilização para benefício do público cubano e latino-americano. A atenção dada pela imprensa cubana aos assuntos africanos nos anos 60 não encontra pontos de comparação com a de nenhum outro país latino-americano. Em 1959 um interminável número de chefes de Estado e outros dirigentes africanos começa a visitar a ilha, incluindo os líderes dos movimentos de libertação nacional que se tornavam figuras bem conhecidas do público cubano e que, anos volvidos, em muitos casos, dirigiram os destinos dos seus países respectivos. A participação de professores cubanos no ensino do castelhano em universidades e outros centros de estudo africanos complementa-se com um número crescente de bolseiros africanos nos diferentes níveis do ensino em Cuba. Desta época datam também as primeiras participações de internacionalistas cubanos na cooperação, no domínio da saúde principalmente. O número de embaixadas cubanas em África ilustra nessa altura a situação privilegiada da ilha das Caraíbas nas suas relações com a África, frente ao resto da América Latina.

Ao mesmo tempo, em Cuba, aboliam-se todas as formas de discriminação, incluindo as raciais, e tornavam-se medidas de igualdade social que iam permitir o começo da reparação das consequências dos séculos de injustiça exercida contra populações marginalizadas, em grande medida negras. Pela primeira vez dava-se oficialmente uma nova dignidade à herança cultural de origem africana.

Durante os anos 60, ao mesmo tempo que se começava a reescrever a História de Cuba, também a História de África começa a aparecer nos curriculuns universitários e do ensino médio em Cuba, com uma abordagem completamente nova. A Cátedra de História de África aparece também nesses anos como disciplina independente no ensino superior. Entre outros contactos culturais, publica-se uma

grande quantidade de textos literários e políticos produzidos por africanos: tanto em novela, contos, poesia como em escritos e documentos políticos, as edições cubanas seriam, na maioria dos casos e por muitos anos, as primeiras traduções dessas obras em língua castelhana. Com financiamento estatal, criaram-se grupos musicais e de dança interessados em preservar a herança cultural africana. O Museu de Guanabacoa, constituído nessa época, é um dos mais completos do mundo sobre a cultura afro-americana.

Por outro lado, no que se refere aos Estudos Africanos em Cuba, estes continuaram voltados fundamentalmente para a problemática Afro-Cubana e Afro-Caraíbas. A política que levou à criação, em 1959, da *Casa de las Américas*, e, pouco depois, da Academia de Ciências, com institutos tais como os de Etnologia, História, Música e outros que estudam as raízes africanas da sociedade cubana, revitalizou e deu consistência a esses estudos. Em 1964, Cuba inaugurou o seu Centro de Estudos Africanistas, e em 1968 organizou um colóquio sobre a contribuição cultural africana na América Latina e nas Caraíbas.

Porém, estes foram anos em que a primeira prioridade da sociedade cubana era garantir a própria sobrevivência do processo revolucionário. O estudo e o contacto directo e empenhado com a realidade africana por parte de um grande número de cubanos estabeleceria bases sólidas para os Estudos Africanos em Cuba, para o estudo da «África em África» no decénio seguinte.

Mas toda esta evolução cubana dos anos 60 foi uma experiência singular no contexto da América Latina.

No Brasil, o mais extenso e povoado país da região (e, segundo de descendentes de africanos) os Estudos Africanos seguiram até alguns, «a segunda nação africana depois da Nigéria» pelo número aos anos 50 um rumo de certo modo paralelo ao cubano: predominavam os estudos Afro-Brasileiros, centrados na relação entre negros e brancos no país, num meio no qual se tendia a «valorizar o negro transplantado, ocidentalizado, na medida em que estivesse assimilado aos valores hispano-cubanos ou luso-brasileiros» (4).

A etapa que nos interessa — os anos 60 — são anos de continuidade no que respeita à política africana de Cuba. Mas, no caso

do Brasil, a década está cortada em duas metades representadas, por um lado, pelos governos populistas de Kubischek, Quadros e Goulart e, por outro, da ditadura militar que se seguiu ao golpe de Estado de 1964. Aliás, as duas metades estão marcadas pela persistência do conflito entre duas forças, uma das quais aspira incluir o Brasil plenamente no Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que a outra esboça o projecto de fazê-lo aceder ao Primeiro.

O *handicap* brasileiro principal para o relacionamento com África seria o acordo político de colaboração com Portugal, assinado em 1953. O acordo renovava a «comunidade luso-brasileira» e implicava a aceitação do estatuto colonial dos territórios africanos assim como da tese do «Lusotropicalismo». Para o Brasil, o acordo significava a possibilidade de penetração comercial em África e na Europa através de Portugal. Os governos populistas brasileiros, porém, foram testemunhas da primeira vaga da descolonização africana, e mesmo do início das lutas de libertação nas colónias portuguesas.

Nessa primeira etapa, o Governo de Quadros tentou já colocar o Brasil como «uma ponte entre o Ocidente e o Terceiro Mundo», do qual começava a falar-se como consequência, precisamente, do grande número de novos Estados que a África forneceu à comunidade internacional. Foi o seu Governo que abriu as primeiras embaixadas em África e que mudou timidamente a posição brasileira em relação ao colonialismo português: no entanto votou ainda, nas Nações Unidas, contra a independência da Argélia em 1960, e absteve-se numa votação que envolvia uma forte condenação da actuação de Portugal em África, por ocasião do início da luta da independência de Angola, em 1961 (5).

Seria o Governo de Goulart, que o sucedeu, aquele que daria o único voto favorável à luta angolana durante os dez anos seguintes: a sua política mostrava uma intenção de mudança sob o lema «Desenvolvimento, desarmamento e descolonização», três aspirações de cariz terceiro-mundista. Mas actuavam no Brasil fortes *lobbys* pro-sulafriano e pro-português e a política de Goulart teve que tê-los em conta.

Portanto, entre 1959 e 1964 foram dados no Brasil alguns passos para estreitar as relações com os países africanos, e isto refletiu-

se no domínio dos estudos africanos no Brasil, embora alguns desses esforços tenham desaparecido pouco depois, como foi o caso do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), criado em 1960. Também em 1960 foi criado o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA), que perdura ainda e que publica, desde 1965, *Afro-Asia* e o *Informativo* CEAO. O CEAO começou a oferecer bastante cedo cursos de línguas africanas, implantou os primeiros leitorados de língua portuguesa e cultura brasileira em universidades africanas, recebeu os primeiros estagiários africanos em 1961 e tentou organizar um museu afro-brasileiro. Mas sofreu da falta de ajuda e apoio de entidades oficiais (6). Por outro lado, algumas fontes localizam em 1961 a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Conjunto Universitário Cândido Mendes, criado como entidade governamental.

Porém, a grande maioria dos estudos africanos permanecem voltados para os problemas das populações negras no Brasil. Uma evolução interessante foi a do caso dos sociólogos paulistas que puseram em causa a existência do racismo no Brasil. Depois de 1962, sob o Governo de Goulart, reafirmou-se também um movimento chamado «da negritude» no país. Ambas as tendências foram consideradas, em alguns sectores do poder, como sendo perturbadoras, sobretudo num momento em que se agudizavam os sintomas de estagnação económica, com a consequente intranquilidade social, no país.

O golpe militar de 1964 pôs fim à abertura populista e estabeleceu a tendência de aproximação ao «Primeiro Mundo», ao Ocidente capitalista, em detrimento do Terceiro Mundo. Na sucessão de governos militares que se seguiram, os analistas coincidem em marcar uma primeira etapa até ao ano de 1972. Nesses anos, dos dois elementos enunciados na política oficial — «desenvolvimento e segurança» — é o segundo que dominará nas decisões a respeito de África assim como nas relações raciais internamente ao Brasil. Os sucessivos governos manterão no fundamental o seu alinhamento com a estrutura económica e de segurança dos Estados Unidos (7), procurando ao mesmo tempo «um lugar ao sol» (8) para o Brasil. As restrições impostas aos cientistas sociais mais empenhados fez decair a sua linha de investigação (9) ao mesmo tempo que decaíam

também os Estudos Africanos concebidos como o estudo dos problemas desse continente. Tudo isto está ligado à política oficial, que visava estabelecer um triângulo Brasil-Portugal-África do Sul, com eixo nas colónias africanas de Portugal, e à gestação da ideia dum «Tratado do Atlântico Sul», o que dá uma nova dimensão à Comunidade Luso-Brasileira. A África do Sul passa a ser o principal parceiro comercial africano do Brasil, e prosperam as ligações aéreas e comerciais assim como os investimentos. Nesses anos foram presos ou expulsos do Brasil alguns representantes dos movimentos independentistas das colónias portuguesas.

Porém, nos finais do decénio, embora a atitude dos governos militares sobre a «segurança» permaneça inalterável, a atenção dos empresários é atraída pelos mercados da África livre, nomeadamente os da África do Norte e da Nigéria. A conjugação destes elementos veio preparar uma evolução que terá lugar nos primeiros anos do decénio seguinte, com a dupla intenção — dificilmente conciliável — de ganhar as «nações negras» sem perder os «aliados brancos».

Mas os fins dos anos 60 trouxeram outras mudanças importantes na cena latino-americana e nas ligações desse continente com África. Em primeiro lugar, consolidou-se a tendência para a convergência e a unidade de acção dos países do Terceiro Mundo na procura de solução dos problemas internacionais que os afectam por igual: se em Belgrado, em 1961, Cuba foi o único país latino-americano presente, no início dos anos 70 a adesão ao não-alinhamento, no continente, tinha aumentado consideravelmente. Durante todo o decénio vão surgindo, paralelamente, numerosas figuras, escolas e mesmo centros de estudo dos problemas que afectam o Terceiro Mundo no seu conjunto, para além do das características individuais africanas, asiáticas ou latino-americanas, e a maioria deles aparecem na América Latina. Finalmente, uma outra evolução provocará mudanças marcantes no próprio contexto político latino-americano: nos finais dos anos 60, a independência de algumas ex-colónias inglesas das Caraíbas começa a modificar o panorama continental e mais precisamente o panorama das relações da América Latina com a África. Com populações predominantemente negras, as novas nações voltam-se imediatamente para o estabelecimento de ligações privilegiadas com África; ao mesmo tempo,

por não se sentirem ligadas aos acordos da OEA para isolar Cuba, começam a estabelecer relações diplomáticas e comerciais com ela, marcando assim o início do fim desse ostracismo. Com o passar dos anos, estas pequenas nações das Caraibas, unidas também estreitamente a grande quantidade de países africanos e asiáticos pela independência recente e também através de mecanismos tais como a Commonwealth ou a Convenção de Lomé, passarão a influir também do ponto de vista numérico no sistema inter-americano e na vocação terceiro-mundista da América Latina no seu conjunto. Através de ligações privilegiadas com essas pequenas nações vizinhas, Cuba reafirma a sua própria vocação latino-africana, e continua a lutar contra algumas heranças históricas que separavam esses países anglófonos do resto do Continente, e em prol duma unidade de acção. Mas se as mudanças introduzidas pelos chamados países anglófonos das Caraibas no panorama das relações dentro da América Latina, assim como desse continente com a África foram as mais destacadas, não foram, não obstante, as únicas que ocorreram nesses finais dos anos 60. Também em alguns países continentais, importantes correntes populistas e até progressistas, com uma nova perspectiva caracterizada pela procura de um nível superior de justiça social no plano nacional, de aproximação a Cuba no plano regional, e de terceiro-mundismo no plano mundial, manifestaram o seu vigor, mesmo no seio das instituições militares.

Logicamente, também para o Africanismo latino-americano os anos 60 representaram mudanças importantes. O primeiro fenómeno evidente nesses anos foi o deslocamento definitivo, da Europa para os Estados Unidos, do volume de produção africanista, do número de cientistas e de centros dedicados ao estudo desse continente. No que respeita à composição das disciplinas que integram essa área de estudos, o mais notável foi a ressurreição da antropologia, fenómeno que alguns relacionam com a chamada «desilusão das independências», esse *état d'esprit* predominante nos meios intelectuais frente às dificuldades de desenvolvimento e de implantação de novas estruturas políticas, económicas e sociais dos jovens estados africanos. O terceiro fenómeno notável no Africanismo desses anos foi a emergência, sobretudo nos Estados Unidos, de grupos de estudiosos e interessados empenhados nas lutas pelas independências africanas — sobretudo, numerosos agrupamentos da popula-

ção negra norte-americana, que continua a lutar pelos seus direitos civis e que começa a estudar e a questionar e, ao mesmo tempo, a transformar-se até em *lobby* de importância crescente, na política africana oficial do Governo.

A breve administração Kennedy tentou esboçar uma mudança na sua política africana face à convicção da inevitabilidade da independência do continente, mas os governos Johnson e Nixon redefiniram os interesses estratégicos globais, atribuindo uma prioridade muito particular à região austral de África e adoptando uma política de pouca atenção para com o resto do continente. O envolvimento crescente dos Estados Unidos na guerra do sud-este asiático contribui para dar lugar a uma política de apoio total ao regime português, cuja base nos Açores era indispensável como plataforma de trânsito das forças norte-americanas que se dirigiam para o Oriente.

O colonialismo português, os regimes das minorias brancas na África do Sul e Rhodesia e a ocupação da Namíbia tornam-se cada vez mais o foco de atenção para a África e para todo o Terceiro Mundo na sua ligação com África. Os grandes países da América Latina (Brasil, Argentina, México), que desejam aumentar os contactos comerciais e doutro tipo com a África negra, têm a maior parte do seu comércio e das suas relações concentradas na África do Sul e, no caso do Brasil, a relação especial com Portugal complica o problema. Mas, de qualquer forma, opera-se uma evolução. O México desenvolverá gradualmente uma política de apoio à luta anti-colonial africana nos foruns internacionais e começará a criar centros de pesquisa e estudo dos problemas desse continente (Centro de Estudos da Ásia e da África do Colégio de México, por exemplo), sem deixar de manter um certo nível de comércio com a África do Sul (10). Há que ter conta, além disso, que o México é um país com um volume menor de população africana, menos voltado para esse continente e também independente no que respeita ao fornecimento de petróleo. Na Argentina, o governo civil de Frondizi (1958-1962) enviou missões diplomáticas a alguns países africanos e comerciou com ele, mas mantendo intactos os seus vínculos com a África do Sul. Os regimes militares que o sucederam até o ano 1973 aprofundaram as relações com a África do Sul

e foram os mais decididos partidários dum Tratado do Atlântico Sul, enfraquecendo assim as ligações do país com a África negra. Em geral, estes três países mantiveram um nível insignificante de trocas com os países africanos durante os anos 60, em comparação com o volume de comércio que mantiveram com a África do Sul.

Para além do Brasil, de Cuba e do México, os estudos africanos na América Latina, regra geral, permaneceram limitados a pequenos grupos de interessados, em torno de algumas universidades, com abordagens predominantemente euro-centristas. Mas há que ter em conta também, nesses anos, a actividade de sensibilização desenvolvida por intelectuais e activistas empenhados que tentaram abordar os problemas africanos numa perspectiva política mais equilibrada segundo o seu objectivo de mobilização da opinião pública em torno de situações tais como a persistência do colonialismo. Embora não fossem na sua maioria trabalhos cientificamente elaborados, vieram a ter um papel significativo no aumento do interesse do público em geral pelo estudo dos problemas africanos.

Nos países dotados duma proporção significativa de população negra, os estudos africanos continuaram a centrar-se nessas camadas da população nacional e na sua inserção nas sociedades respectivas, como são os casos, por exemplo, da maioria dos estudos na Venezuela, na Colombia ou no Perú. Mesmo num país de grande percentagem de população de origem africana, como é a República Dominicana, os Estudos Africanos começam apenas depois da intervenção militar norte-americana no país, que levou «... uma camada reduzida da pequena burguesia intelectual... a interessar-se pelas suas origens históricas africanas...» (11)

Os anos 70 deram oportunidade para lançar as bases de uma relação mais estreita entre a América Latina e África e também para iniciar a sistematização dos Estudos Africanos na América Latina. A reunião de vários factores que já mencionámos esteve na origem do novo panorama, mas certamente a chamada «terceira vaga de descolonização», que começou com o derrube do colonialismo português, foi o elemento crucial.

Por outro lado, a consolidação da revolução cubana no terreno económico, político e diplomático facilitou o início da quebra do

seu isolamento continental paralelamente à multiplicação das relações na África. Em fins do decénio, 100 000 cubanos (ou seja, 1% da população total do país) já tinham cumprido missões internacionalistas de diverso tipo no continente africano, afirmando assim a vocação latino africana precoce da Ilha das Caraíbas. Com o refluxo dos Governos militares de direita na América Latina, nos finais do decénio as mudanças tornam-se mais rápidas: o Movimento dos Não Alinhados estende-se massivamente para o hemisfério ocidental e Cuba torna-se no primeiro país latino-americano a ocupar a sua presidência. Então, na segunda metade dos anos 70, opera-se um mercado distanciamento latino-americano não tanto da política africana como da política cubana dos Estados Unidos: a ajuda cubana à independência de Angola, geralmente bem aceite em África, esteve no centro dessa ruptura.

Em Cuba, nestes anos, o número de especialistas dedicados à investigação, em comparação com o número total da população, ultrapassa o de todos os outros países latino-americanos.

A organização dos empreendimentos científicos, por outro lado, leva à separação definitiva entre os Estudos Africanos e os Estudos Afro-Cubanos ou Afro-Caraíbas. Para impulsionar estes últimos foram criadas instituições tais como a Casa das Caraíbas em Santiago de Cuba. Mas foi na área dos Estudos Africanos propriamente ditos onde o progresso foi mais notável, com a criação do Centro de Estudos de África y Médio Oriente (CEAMO) e o Instituto de Estudios de África, Ásia y América Latina da Academia de Ciências, assim como a Casa de África, para além da activação de grupos de estudos africanos nos centros docentes ou de pesquisa tais como o Instituto Superior de Relaciones Internacionales (ISRI), o Centro de Estudios de la Economía Mundial (CIEM) e o Centro de Estudios de la Economía Internacional (CIEI). Por outro lado, para além da presença de docentes e cientistas cubanos em número crescente nos países africanos, também o número de estudantes africanos chegados a Cuba, para todos os níveis de ensino, ultrapassa os níveis dos outros países latino-americanos.

Se os anos 70 foram anos de consolidação para a política africana de Cuba, eles foram anos de evolução, e por vezes de mudan-

ças bruscas, para a política africana do Brasil. Para compreender essa dinâmica, haveria que examinar o que aconteceu ao ritmo de crescimento económico que o Brasil tinha mantido durante aproximadamente um decénio: depois de «uma intensa industrialização através de um processo de maior internacionalização e extroversão da sua economia» que não mudou, no essencial, a sua estrutura de país subdesenvolvido, mas sim aumentou consideravelmente a desigualdade da distribuição do rendimento, as tensões sociais internas daí resultantes impuseram um Governo repressivo, e a crescente dependência económica do Ocidente implicou um alinhamento político pelo mundo capitalista. Em Novembro de 1972, o Brasil votava nas Nações Unidas contra uma resolução que criticava Portugal pelas suas acções em África; em 1973 ficou isolado, junto a Israel, África do Sul, Estados Unidos, Paraguay e Nicarágua, votando contra uma resolução que apoiava a independência da Guiné-Bissau. Porém, pouco depois, influem sobre o Brasil, de maneira aguda, a crise mundial de energia e a necessidade imperiosa de procurar novos mercados para as suas exportações, face à vaga proteccionista do mundo capitalista desenvolvido; a situação permite o desenvolvimento das tendências favoráveis, no Brasil, para uma «renegociação da dependência com os centros do capitalismo mundial, a fim de exercer uma maior autonomia» e para a procura dum nível mais elevado de inserção no contexto internacional. O conflito existente entre as duas «necessidades» chegou a uma solução milagrosa com a queda do fascismo em Portugal, em Abril de 1974, que foi oportunidade para rápidas mudanças na política africana do Brasil. A alteração foi vista como uma adaptação, à nova situação, da dicotomia representada pelas tendências para — por um lado — a identificação com o Terceiro Mundo e — por outro — para alcançar um lugar no Primeiro Mundo (12).

A política externa «ecumênica, pragmática e responsável» do Governo Geisel, que cobriu quase toda a segunda metade do decénio encontraria em África o seu terreno privilegiado de aplicação e, no rápido reconhecimento do Governo do MPLA em Angola, o seu exemplo mais comentado. Mas também uma nova situação interior e exterior se reflectiu no Brasil com o aparecimento de numerosas associações afro-brasileiras, e movimentos de diversas tendências em favor da «cultura negra». Emergem também novas instituições

dedicadas aos Estudos Africanos, tais como o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEAUSP) com a sua publicação *África*. Mas a maioria das instituições enfrentam problemas de recursos materiais e humanos; no entanto, o interesse de várias fundações norte-americanas pelo Brasil (sobretudo depois do distanciamento brasileiro relativo ao alinhamento automático com os Estados Unidos) levaram a uma crescente participação dessas fundações no trabalho de algumas instituições africanistas brasileiras. O resultado foi uma crescente dedicação dessas instituições aos estudos afro-brasileiros (que são os que as fundações estrangeiras desejam financiar e promover), em grande parte produzidos no Brasil por especialistas europeus e norte-americanos (13).

Contudo, a evolução das políticas latino-americanas para a África não foi sincrónica nestes anos. No caso do Brasil, o que se produziu foi um esfriamento progressivo das relações com a África do Sul e Brasília chegou finalmente a rejeitar explicitamente, pela primeira vez, a ideia de um Pacto do Atlântico Sul; apareceram também as primeiras críticas contra o *apartheid*. O comércio com a África do Sul não é eliminado, mas passa para segundo lugar devido às crescentes importações, sobretudo de petróleo nigeriano. O México e a Venezuela, que não são afectados com a crise energética dos anos 70, incrementam o seu apoio às posições africanas. Alguns países latino-americanos, num gesto sem precedentes, chegariam a reconhecer diplomaticamente a República Árabe Saharaui Democrática. Sem embargo, no Cone Sul os governos militares continuam imutáveis face às mudanças. Na Argentina, os poucos anos de governo civil após 1973 esfriaram as relações com a África do Sul, mas na segunda metade do decénio os governos militares de ultra-direita regressaram a uma política dualista que incluía a procura do comércio com a África Negra e a promoção de acordos de segurança com a África do Sul: o Governo militar argentino, em vésperas da viragem causada pela atitude ocidental face à guerra das Malvinas, chegou a proclamar a sua inserção no «mundo ocidental e cristão», no que foi interpretado como o anúncio da ruptura com as posições terceiro-mundistas e não-alinhadas. Em Buenos Aires a ideia dum Pacto do Atlântico Sul continuou bem viva até muito depois de ser rejeitada por Brasília. O prolongado afastamento oficial da África Negra contribui para que o interesse

pelos Estudos Africanos na Argentina não seja proporcional ao potencial académico e científico do país.

Os anos 80 começam com um panorama substancialmente diferente do que África conheceu um decénio atrás: o colonialismo português tinha sido apagado do mapa, há um Governo de maioria negra no Zimbabué, foram surgindo agrupamentos tais como os Países da Linha do Frente e a SADCC em busca de acções concertadas para a independência política e económica. Num momento em que a ideologia neo-conservadora e maniqueísta pretende impôr uma política de guerra fria a nível global e recuperar as posições perdidas na África Meridional, a independência de Namíbia e a eliminação do regime do *apartheid* tornam-se claramente os dois pontos essenciais das exigências africanas do momento, e a linha demarcante do resto do mundo no seu relacionamento com a África. Por outro lado, o grau de deterioração da situação económica e social na América Latina dá lugar a um progressivo recuo dos governos militares em prol de governos civis que são, regra geral, mais sensíveis às tendências predominantes na opinião pública nacional e na sociedade internacional no que respeita aos problemas africanos.

No Brasil, o novo rumo político interno e externo leva à abertura dum debate sobre a política africana, no qual estão interessados tanto alguns movimentos sociais como os partidos políticos e os círculos comerciais. Seguindo a tendência iniciada na segunda metade dos anos 70, aumenta no país o volume de informação sobre a problemática africana, na sua maioria destinada ao grande público e sem pretensões científicas, mas que serve para atrair a atenção da opinião pública nacional. No centro do debate está a alternativa brasileira de estreitar laços com a África do Sul ou com as chamadas «nações negras», com as quais o nível de contactos de todo tipo torna-se já relevante. No início do período, os Estudos Africanos acedem a disciplina universitária e ao nível de Departamento em algumas universidades brasileiras.

Em 1981 foi fundado o Instituto Unificado de Relações Internacionais (IURI), que agrupa, entre outros, o Instituto de Estudos Africanos (INEAFRIC), voltado para a pesquisa científica, o ensino e a formação, e que publica uma revista desde 1984.

A criação da ALADAA (Asociación Latino-Americana de Estudios Afroasiáticos) tem contribuído, nos últimos anos, para a coordenação das actividades dos africanistas latino-americanos. Numerosos eventos continentais, por outro lado, indicam o relevo alcançado pelos Estudos Africanos na região: são os casos do I Seminário Internacional Brasil-África, realizado no Rio de Janeiro em 1980 pelo CEAA, a Mesa Redonda «Relaciones Sociales, Culturales y Políticas entre África y América Latina», convocada pelo CEAA do Colégio de México em 1982, o Seminário Internacional sobre o Centenário da Conferência de Berlim, organizado em Havana pelo CEAMO em 1984, e os numerosos congressos da ALADAA que têm tido lugar neste novo decénio. Estes e outros eventos, porém, também revelaram algumas limitações que enfrenta o Africanismo na América Latina, das quais a maioria dos especialistas do continente estão conscientes. Essas dificuldades que afectam o desenvolvimento dos Estudos Africanos na América Latina e, em geral, as relações com África, são de natureza diversa.

Segundo tem sido manifestado em numerosas reuniões de africanistas latino-americanos, o problema da dependência que ainda sofrem os nossos países determina a maioria dessas dificuldades. A maior parte da informação (incluindo da informação científica) sobre África ainda tem origem nos especialistas e centros de estudos norte-americanos e europeus. Mesmo que não seja nem realista nem conveniente rejeitar essa massa de informação, precisamos, primeiro, de fazer a sua abordagem crítica e, segundo, adoptar perspectivas autenticamente latino-americanas dos problemas africanos. Não se poupam recursos, a longo prazo, com a importação das conclusões a que chegaram os cientistas doutras regiões do mundo. Mas a elaboração de uma perspectiva latino-americana exige um grande esforço nacional em cada um dos países. Depois do seu II Congresso, em 1980, o Partido Comunista de Cuba reconheceu a necessidade de impulsionar as pesquisas nas Ciências Sociais (14), e os recursos dedicados a esse esforço desde então, estão a mostrar os primeiros frutos, entre outros, no terreno dos Estudos Africanos.

Na maioria das esferas da colaboração internacional, há ainda que introduzir o trabalho coordenado entre África e a América Latina, sobretudo no que respeita ao estado das estruturas políticas,

económico-comerciais e financeiras do mundo actual. O problema da dívida externa, por exemplo, tem que ser enfrentado colectivamente pelos países subdesenvolvidos, e os latino-americanos deverão assumir o papel principal nessa luta. Mas a África tem dado, até agora, mais exemplos de acção concertada que a América Latina. Para além do relacionamento bilateral entre os países latino-americanos e os africanos, é indispensável um relacionamento multilateral que até agora tem sido difícil, devido fundamentalmente aos mesmos obstáculos que impedem ainda a acção comum latino-americana: a marginalização de Cuba tem sido uma das manifestações mais evidentes dos motivos dessa desunião, que não é senão a tradução dos diferentes graus de dependência ou de independência dos diferentes Governos latino-americanos face aos Estados Unidos da América. Isto tem-se reflectido, no terreno do Africanismo, nas dificuldades na troca de experiências entre os africanistas cubanos e alguns dos seus colegas latino-americanos, para não falar das dificuldades de concepção duma perspectiva comum do Africanismo latino-americano. No Primeiro Seminário Internacional Brasil-África, uma boa parte dos especialistas participantes salientaram que os seus colegas cubanos eram «os grandes ausentes» no evento (15).

Uma alerta que os africanistas latino-americanos estão a fazer: o relacionamento entre a América Latina e a África não poderá ter apenas um interesse comercial e financeiro; não pode ser guiado só pelo interesse do lucro, tal como se salientou no Seminário do Rio e noutros eventos. Da mesma forma, os Estudos Africanos na América Latina no momento actual não poderão estar voltados, como esteve na sua época o Africanismo colonial, para a justificação de novas relações de dependência.

Felizmente, um número crescente de africanistas latino-americanos empenhados partilham desta opinião, e têm consciencia de facto que este é o problema central do futuro das relações entre a América Latina e África, e por isso é também um dos problemas centrais que se põem aos africanistas latino-americanos.

Na maioria dos países da América Latina há ainda muito terreno para aumentar o volume e a qualidade da informação que cir-

cula sobre a África e também para dar maior relevo, nos programas de ensino, aos problemas africanos. Isto promoveria o interesse do público pelo continente africano contribuiria para uma maior actividade também no terreno científico, anos volvidos.

Por outro lado, alguns investigadores latino-americanos têm falado da ausência de Estudos Latino-Americanos em África, e da conveniência de os fazer surgir, como contrapartida dos Estudos Africanos na América Latina. É verdade que os escassos recursos da maioria dos países africanos limita esta possibilidade.

Porém, aqui poderia valorizar-se uma assistência inicial latino-americana, pelo menos no que respeita aos recursos humanos em termos de professorado ou de bolsas de especialização para estudantes africanos na América Latina.

Como área de estudos pluridisciplinar, os modernos Estudos Africanos exigem a aplicação dos avanços científicos em cada uma das disciplinas que a integram, e isto nem sempre é fácil no contexto dos países subdesenvolvidos. Pelas mesmas limitações de recursos, há poucos centros dedicados puramente ao estudo de África nos países latino-americanos: a extensão ao Terceiro Mundo, ou pelo menos a sua inclusão nos estudos «afro-orientais», ou «afro-asiáticos» ou nos referidos à região de África e do Médio Oriente são mais frequentes. Mas o mais urgente e que fica por deslindar no momento actual, em muitos países da região, são os Estudos Africanos (concebidos como o estudo «de África em África») dos referentes à sociologia das relações raciais, ou a chamada «questão negra» na América Latina. Mesmo tendo em conta a ligação natural de ambos os objectos de estudo, a sua diferenciação clara em áreas de estudo independentes seria indispensável para a prossecução dos dois esforços científicos.

Não obstante, há um aspecto com isto relacionado, que tem que ser tido em conta pelo africanista latino-americano, já que constitui um ponto de críticas africanas, e um obstáculo às relações entre a América Latina e África: as hesitações de alguns Governos latino-americanos em proclamar a sua vocação terceiro-mundista; as posições face ao colonialismo e ao apartheid e, finalmente, as próprias relações internas inter-raciais em alguns países latino-ame-

ricanos. Há Estados africanos — tal como a Nigéria — que têm proclamado «a defesa da dignidade do homem negro, onde quer que este se encontre», como questão de interesse nacional. A existência de variadas formas de racismo na América Latina é, nesse sentido, um ponto de desconfiança e fricção que o africanista latino-americano não pode esquecer nem ignorar se procura realmente um melhoramento da comunicação entre os dois continentes.

Finalmente, os latino-americanos interessados nos Estudos Africanos devem ter em conta --como tem sido salientado por muitos investigadores, tanto africanos como latino-americanos-- os legítimos interesses africanos no decurso do seu trabalho, e para isso surge como imprescindível o contacto permanente com os pesquisadores africanos.

Em resumo: Os Estudos Africanos na América Latina, que têm sido afectados pelas mudanças das conjunturas políticas, encontram-se neste momento num ponto a partir do qual poderiam começar a acrescentar o seu peso próprio na definição das políticas oficiais latino-americanas para o continente africano. Os africanistas dos diferente países latino-americanos emfrentam uma grande quantidade de desafios que são comuns. Da perspectiva que cada um deles adoptar com vista à sua solução, assim como da possibilidade de coordenação dependerá o rumo futuro imediato desses estudos na América Latina.

NOTAS

- (1) Ver Jennifer Dunjwa Blajberg, «A relevância dos Estudos Africanos para brasileiros», *IURI — Estudos Internacionais*, Volume I, Rio de Janeiro, 1984.
- (2) Ver José Honório Rodrigues, *Brasil e Africa*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, pp. 120-122.
- (3) Ver Guy Martinière, «O novo diálogo América-Latina África: Fundamento das relações Sul-Sul», *Estudos Afro-Asiáticos* (Cadernos Cândido Mendes, Rio de Janeiro), n.º 4, Rio de Janeiro, 1980, p. 46.

- (4) *ibíd.*, p. 47.
- (5) Ver José Maria Nunes Pereira, «Relações Brasil-África: Problemas e Perspectivas», *Estudos Afro-Asiáticos* (Cadernos Cândido Mendes, Rio de Janeiro), n.º 6-7, Rio de Janeiro, 1982, p. 218.
- (6) Ver Yeda Pessoa Castro, *Alocução ao I Seminário Internacional Brasil-África*, *ibíd.*, p. 86
- (7) Ver Carlos J. Moneta, «O papel dos Estados Unidos na década de 80 nas relações entre a América Latina e a África Negra: factores político-estratégicos», *ibíd.*, p. 218
- (8) Ver José Maria Nunes Pereira, *o.c.*, p. 218
- (9) Ver Jennifer Dunjwa Blajberg, *o.c.*, p. 50
- (10) Ver Carlos J. Moneta, *o.c.*, p. 91
- (11) Ver Pablo Marínez, «África y el Caribe: la búsqueda de una estrecha relación histórico-cultural», *África en América*, CEESTEM, C. México, 1982, p. 182-183
- (12) Ver José Maria Nunes Pereira, *o.c.*, p. 214-215
- (13) Ver Jennifer Dunjwa Blajberg, *o.c.*, p. 30-31, 37 e 43
- (14) Ver «Resolución sobre la Ciência y la Técnica», *Resoluciones aprobadas por el II Congreso del Partido Comunista de Cuba*, Ed. Política, La Habana, 1981, p. 82
- (15) Ver Cândido Mendes, «Em busca da afro-latinidade», *Estudos Afro-asiáticos* (Cadernos Cândido Mendes, Rio de Janeiro), N.º 6-7, 1982, p. 13-14

ACTIVIDADES DO I N E P

Com a criação desta secção pretendemos ir dando conta das acções desenvolvidas pelo INEP no período que medeia o aparecimento de cada número de *Soronda*.

Porque, durante o processo de preparação deste primeiro número, o INEP elaborou e divulgou o Relatório de Actividades do seu primeiro ano de existência, esta secção terá por base, neste número, esse mesmo Relatório, do qual preparámos a síntese que seguidamente se apresenta.

OBJECTIVOS DEFINIDOS PARA O ANO DE 1985

O ano de 1985, 1.º ano de actividade do INEP, teve como princípio orientador a criação de condições, sob formas múltiplas, para a concretização dos projectos de implantação dos três Centros e da Biblioteca Pública que deveriam constituir o INEP, em resposta às preocupações que levaram à sua criação, e que são as seguintes:

a) A necessidade de se proceder à constituição dum arquivo sobre a história do país e nomeadamente, à recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação;

b) A necessidade de ter uma estrutura de investigação aplicada, sobretudo na área dos estudos e pareceres sócio-económicos e dos impactos sociais;

c) A necessidade de dar apoio, aos técnicos nacionais, com material de apoio e informação científica e técnica, capaz de os manter informados da evolução tecnológica e das soluções encontradas para os principais problemas;

d) a necessidade de preservar o património de publicações coloniais e de temática africanista e ainda recolher, inventariar e divulgar livros de forma a proporcionar aos interessados, nomeadamente aos estudantes, o fácil acesso às publicações disponíveis.

vulgar livros, de forma a proporcionar aos interessados, nomeadamente aos estudantes, o fácil acesso às publicações disponíveis

Deste modo foram definidos um conjunto de objectivos que tinham como preocupação central a prossecução de acções que na sua diversidade — desde a realização duma actividade académica mensal, à organização de acções de formação, convite a personalidades académicas, realização de estudos e pesquisas — confluíssem por um lado na criação dum discurso científico nacional e, por outro, na implementação dos projectos relativos ao Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), Centro de Estudos Sócio-Económicos (CESE), Centro de Documentação Tecnológica (CDT) e Biblioteca Pública.

Assim, esses objectivos para o ano de 1985 foram sinteticamente os seguintes:

- Preparar e desencadear o processo de recolha das tradições orais e o repatriamento das fontes existentes no exterior.
- Iniciar a elaboração de estudos e pesquisas sócio-económicas, com a realização de missões às zonas rurais, num programa de cooperação com outros departamentos estatais.
- Preparar e iniciar o lançamento das primeiras publicações destinadas às instituições nacionais e estrangeiras.
- Dar os primeiros passos para a futura constituição de um banco de dados tecnológicos, de apoio ao Governo e aos Ministérios.
- Avançar no processo de organização da Biblioteca Pública.
- Organizar acções de formação em resposta às necessidades do INEP e de outros departamentos estatais.
- Criar condições para o estreitamento de relações e troca de experiências com instituições similares em todo o mundo, bem como com personalidades reconhecidas no mundo académico.
- Iniciar um processo de acompanhamento do trabalho dos investigadores na Guiné-Bissau.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

* Seminário de Metodologia de Recolha das Tradições Oraís, com vista à preparação dos futuros inquiridores dos testemunhos oraís da luta de libertação nacional e orientado pelos professores Elikia M'Bokolo, Director do Centro de Estudos Africanos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e Djibril Tamsir Niane, da Universidade de Dakar. Na sua continuação, está em curso a organização de Seminários regionais com o objectivo idêntico de formação, agora nas regiões, de agentes de recolha.

* Curso de iniciação à criação e tratamento de arquivos, destinado a funcionários dos departamentos estatais e empresas públicas e orientado pelo Dr. Isaú Santos, Director do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa.

* Seminário sobre «História de África», orientado pelo Professor Elikia M'Bokolo, do Centro de Estudos Africanos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, que contou com a participação de dezenas de jovens guineenses e quadros estrangeiros residentes no país.

* Conferência sobre os «25 anos de Estudos Africanos na América Latina», orientada por David Gonzalez, investigador do Centro de Estudos Africanos e do Médio Oriente do Comité Central do PC cubano, actualmente investigador no CEHC.

* Conferência sobre a «História dos Mandingas do Ocidente», realizada no quadro da cooperação académica com a Fundação Léopold Sédar Senghor, do Senegal, tendo sido orientada pelo Prof. Mamadú Mané, especialista em História do Gabú.

* Participação na Mesa Redonda sobre o Neocolonialismo, organizada pela Juventude Africana Amílcar Cabral, através duma comunicação sobre «Aspectos Ideológicos, Políticos e Culturais do Neo-colonialismo».

* Participação na Jornada Técnica sobre criminalidade e delinquência juvenil, organizada conjuntamente com a JAAC, na qual foi apresentada a Comunicação «Criminalidade, delinquência e atitudes anti-sociais na Juventude: estudos cubanos recentes».

II. CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÓMICOS

* Realização de um estudo sócio-fundiário, em Malafo, a pedido do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, estudo complementar aos de outros departamentos sobre a viabilidade e adequação de construção duma barragem para irrigação e que, da parte do CESE, consistiu no estudo das populações, sistema de posse e utilização das terras, ciclo agrícola, relações com o mercado.

* Participação no estudo dos pequenos vales, ainda a decorrer, também a pedido do MDRP, com o objectivo de priorizar a valorização dos pequenos vales, com boas perspectivas para a agricultura intensiva. Ao CESE cabe fornecer os dados sócio-económicos concernentes às populações, para além de participação nas discussões metodológicas do projecto.

* Preparação dum programa de formação de inquiridores para o meio rural, que se encontra já em fase de discussão com os Ministérios e instituições interessadas na sua utilização.

* Organização do ciclo de conferências subordinado ao tema «Estratégias de Desenvolvimento e Técnicas de Planificação», aproveitando a estadia no país dum grupo de economistas portugueses em missão no Ministério do Plano. Durante cinco dias foram discutidos, com quadros nacionais, os seguintes temas:

— Política económica, escolha de investimentos e transferência de tecnologia», orientado pelo Prof. Dr. A. Ramos dos Santos, professor associado do Instituto Superior de Economia e consultor da OIT e CNUCED e moderado pelo Sec. Est. do Ensino, Manuel Rambout.

— «Desenvolvimento rural integrado: objectivo e métodos», orientado pela Dr.ª Elvira Hugon, chefe de Divisão do Gabinete

de Planeamento do Ministério português de Agricultura e moderado pelo Eng. Avito da Silva, Secretário-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

— «Estratégias de industrialização em economias dependentes», orientado pela Dr.^a Aurora Murteira, Directora do Projecto da ONUDI de assistência técnica ao planeamento industrial em Cabo Verde e moderado pelo Ministro dos Recursos Naturais e Indústria, Filinto Barros.

— «Seleção e gestão de projectos de investimento no sector das infra-estruturas», orientado pelo Dr. José Barreiro, Director de Serviços no Gabinete de Planeamento de Habitação e Obras Públicas em Lisboa, moderado pelo Director do INEP, Carlos Lopes.

— «Estratégia de desenvolvimento, política de estabilização e plano», orientado pelo Prof. Dr. Mário Murteira, professor catedrático, director da revista Economia e Socialismo, e presidente da direcção do CESO, moderado pelo Ministro da Cooperação Económica, Plano e Cooperação Internacional, Bartolomeu Pereira.

* Lançamento, em colaboração com o MCEPCI, em Novembro /85, de um Boletim (trimestral) de Informação Sócio-Económica — BISE — destinado tanto aos quadros dos Ministérios e projectos, como aos institutos e organizações estrangeiras com quem o CESE tem contactos.

III. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TECNOLÓGICA

* Realização de contactos, internamente ao país, com jovens quadros interessados no desenvolvimento da investigação científica aplicada.

* Programa de contactos externos com vista a:

— Obtenção de bolsas de estudo de especialização para técnicos nacionais (já concedidas três, por parte de Instituto Africano de Formação Técnica Superior e de Pesquisa, de

Nairobi e outras dezassete pelo Instituto Nacional de Investigação Científica Tropical, de Lisboa);

— recolha de informação especializada e estabelecimento de formas de intercâmbio de experiências;

— integração nas redes de informação tecnológica internacionais, com os primeiros contactos já estabelecidos com a SATIS.

* Participação na 1.ª Jornada Nacional de Energia, com a apresentação dum trabalho intitulado «Aproveitamento da Energia Solar na Guiné-Bissau: perspectivas e problemas».

IV. BIBLIOTECA PÚBLICA

* Desenvolvimento dum programa de actividades internas com vista a:

— análise das exigências do trabalho num futuro próximo (estado das publicações, qualidade, quantidade, equipamentos);

— início dos trabalhos de organização com vista a preparação da abertura ao público, com separação dos livros já registados e divisão dos restantes em três secções principais (publicações periódicas, monográficas e publicações da época colonial);

— organização das publicações periódicas por título, cronologia, número corrente e ordem alfabética de títulos;

— organização das monografias por ordem de assuntos principais da CDU (grandes entradas);

— separação e pré-classificação das publicações da época colonial.

* Estabelecimento de contactos internacionais com o objectivo de conseguir ajuda financeira para a aquisição dos equipamentos e materiais indispensáveis.

ACTIVIDADES NO ESTRANGEIRO

* No decurso do seu primeiro ano de existência, o INEP estabeleceu relações de cooperação e de intercâmbio com várias instituições congéneres no estrangeiro. Como fruto destes contactos e em sequência de visitas oficiais efectuadas a convite de algumas destas instituições, foi assinado um Convénio de cooperação científica com o Centro de Estudos Africanos e do Médio Oriente, Havana, Cuba, e outros estão em preparação.

* Por outro lado destacamos duas visitas importantes do INEP, efectuadas a Portugal e aos Estados Unidos da América, que tinham por objectivo negociar os projectos de microfilmagem dos documentos relativos à Guiné-Bissau existentes nestes dois países. As negociações já estão numa fase bastante avançada e espera-se o início do processo de microfilmagem num futuro próximo.

* O INEP desenvolveu actividades académicas a nível internacional consistindo essencialmente na participação activa em Conferências, Seminários e outras realizações, a fim de acumular experiências e ter acesso às informações mais recentes no campo da investigação. Nestes eventos o INEP muitas vezes contribuiu com comunicações próprias, das quais realçamos:

— «Alguns elementos para a compreensão do desenvolvimento actual da Guiné-Bissau», por Carlos Cardoso, apresentada ao XII Festival da Juventude e dos Estudantes, Moscovo, Julho 1985;

— «Os fundamentos do conteúdo e dos objectivos da libertação nacional no pensamento de Amílcar Cabral e a luta do povo da Guiné contra o colonialismo e o neo-colonialismo e pelo progresso social», por Carlos Cardoso, apresentada à Conferência Científica Internacional «Colonialismo e Neo-colonialismo e a via de África rumo a um futuro da Paz», Berlim (RDA), Fevereiro 1985;

— «A Guiné-Bissau à procura de um modelo social» por Carlos Lopes, apresentada no Seminário «Portugal, os Novos

Estados Africanos e os Estados Unidos da América», organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian e a World Peace Foundation, Lisboa, Maio 1985;

— «100 ans après la Conférence de Berlin», por Carlos Lopes, apresentada ao Colóquio «Décolonisation, Instabilité et Famine en Afrique 100 ans après la Conférence de Berlin», organizado por Solidarité Socialiste, Bruxelles, Julho 85.

Fátima Proença/Heidi Keita

NOTAS DE LEITURA

GUINEA BISSAU: FROM SHADOW TOWARDS LIGHT? (OU: DA SOMBRA PARA A LUZ?)

A Guiné-Bissau tornou-se conhecida e reconhecida no mundo pela sua luta de libertação nacional e pelo pensamento do seu dirigente Amílcar Cabral. Como está ela hoje? Conhecer e compreender, conhecer para compreender, a passagem de movimento de libertação nacional para a construção do Estado, a transição de participante na história de um outro povo (o colonizador) para a construção da sua própria história, esta é a proposta do autor ao longo dum estudo aprofundado e argumentado com 304 p., organizado em quatro partes (*).

A primeira parte desenha o quadro da situação em que vai nascer e desenvolver-se o movimento de libertação nacional (MLN) e, com ele, a «nação» guineense. No final do século XIX, o território está povoado por sociedades «horizontais», sociedades «verticais» e, claro, pela sociedade colonial.

Quando a pressão colonial se torna mais forte, no início do século XX, coloca-se então a oposição Estado (colonial) / Nação (Guineense), agrupando esta última 99,7 % dos africanos que vivem no território. É no quadro desta oposição que Cabral faz as reuniões que o conduzem ao exílio, depois à criação do PAIGC e à mobilização das massas, sobretudo camponesas. O massacre de Pidjiguiti, em 1959, vem criar as condições favoráveis à reflexão sobre a passagem à luta armada — a qual se concretiza a partir de 1962 — à guerrilha e à consequente edificação de novas estruturas políticas e institucionais nas zonas libertadas — transformando assim o Partido em Partido/Estado. A solidariedade nacional e a formação subsequente duma consciência nacional no seio das etnias nas zonas libertadas nasceram então, assentes na oposição ao Estado colonial. Que irá passar-se depois do Estado colonial ser destruído?

A segunda parte apresenta e analisa os fundamentos teóricos do pensamento de Cabral e do seu poder mobilizador. A cultura é o seu primeiro ponto forte: como resistência (ao Estado colonial)

mas também como construção (nacional) — sendo, assim, a luta armada, simultaneamente, um acto e um factor de cultura.

O segundo ponto forte reside na importância atribuída à «ideologia», não tanto utópica antes mais pragmática e realista: ou seja, para Cabral, deve-se saber o que se quer e só depois o que fazer em função das condições específicas. A falta ou debilidade desta ideologia nos outros militantes, e mesmo nos outros dirigentes do movimento de libertação nacional, viria a ter pesadas consequências. O terceiro ponto forte é o reconhecimento do campesinato como base social, mas também, e sobretudo — contrariamente a muitos pressupostos — da pequena burguesia como força revolucionária, como consciência e «intelligentsia» da classe produtiva e não da casta burocrática (o que implica o seu «suicídio» enquanto classe). Assim, o motor da história, aqui, não é tanto a luta de classes, uma vez que o MLN é transclassista ou multiclassista, ou constitui mesmo, segundo Cabral, uma «Classe-nação» (em oposição ao Estado colonial) mas fundamentalmente a luta de libertação da opressão colonial. É esta luta, com efeito, que viria a conduzir ao facto sem precedentes nos anais do direito internacional — à proclamação da independência em 24 de Setembro de 1973 e à instauração do Estado da Guiné-Bissau, parcialmente ocupado por uma potência colonial.

A terceira parte fala-nos da construção do Estado da Guiné-Bissau. O Estado é o representante da unidade nacional, do interesse geral, da liberdade e da democracia no território — e no quadro do sistema mundial de Estados. Mas como fazer para unir *todas* as classes na consolidação do Estado? Sobretudo se o novo Estado, ao utilizar, de imediato, as estruturas do regime colonial — na falta de definição, por parte do PAIGC, relativa à organização do novo Estado — se torna tributário da lógica colonial, nomeadamente nos domínios económico e jurídico. O funcionário negro substitui o colono branco — e depois a seguir o funcionário mestiço — sem que para isso as contradições, ou sejam os conflitos, entre os antigos e os novos funcionários, ou mais exactamente, os interesses que movem os diferentes funcionários, sejam resolvidos. O Estado, controlado pela (nova) pequena burguesia, não «suicidada», provoca resistência por parte dos camponeses — que tinham participado activa-

mente na luta — devido, nomeadamente, ao falhanço da política comercial, virada mais para a satisfação das necessidades da pequena burguesia e para o desenvolvimento de Bissau do que para os camponeses produtores e para as regiões. As divergências, que ascendem até ao topo do Estado, são consequências da falta duma ideologia própria por parte do MLN, para o pós — independência. E no entanto, as teses de Cabral permitem, ainda, pela sua lucidez e realismo, um reajustamento às novas condições, com o apoio nomeadamente das novas gerações. A concentração de poderes a que se assiste então provoca a formação de grupos de pressão, baseados no «amiguismo», de circuitos informais de recurso e de auxílio, que o poder central admite a existência, através dos epítetos de «tribalismo» «corrupção» e «falta de zêlo». «Com as suas tendências para imaginar como desejos nacionais os seus próprios desejos, a pequena burguesia fechou-se a estes fluxos de ideias vindas do interior do próprio país. As novas relações de poder, tanto na sua base económica, como na sua superestrutura ideológica, são assim caracterizados por uma ligação cada vez maior das camadas dirigentes com o exterior. Com os seus fluxos culturais, com os seus lábitos económicos e ideias de consumo» (capítulo 13.0). Nestas condições, em que se transformam então as relações entre o Partido e o Estado, supondo-se que o primeiro oriente e contrôle e o segundo execute? Que acontece à democracia num partido único que rejeita o princípio da luta de classes e que se encontra *de facto* dirigido pela pequena burguesia? A repressão, tornada inevitável, foi efectivamente utilizada por Luís Cabral, em 1978-80. O 14 de Novembro apaziguou o conflito Estado/Partido, mas não resolveu o problema de fundo: «a vida política decorre entre os dirigentes, na capital, onde se localizam todas as guerras e guerrilhas institucionais» (capítulo 13.2). Também não preencheu o vazio ideológico nem fortificou o PAIGC face ao carisma deste ou daquele dirigente, e também não «localizou» o lugar da etnia na construção de Estado. Esta terceira parte termina com uma análise das contradições do poder actual, a partir da análise da situação económica e do mito do «progreso». O modo de produção estatal faz depender o Estado por um lado do sistema capitalista mundial e do endividamento externo, e por outro da apropriação dos excedentes camponeses. Mas a maioria da população não se encontra representada nos mecanismos deste

Estado. «A pequena burguesia, pelo seu contróle do aparelho de Estado detém o poder na ligação entre as forças produtivas/relações de produção, através do Estado. Daí a suma importância do Estado, como factor decisivo de dominação sobre a economia interna e como instrumento privilegiado da integração na divisão internacional do trabalho» (capítulo 16.1). *Quid* um Estado que se pretende contra o imperialismo e pela construção do socialismo? Que desenvolvimento então para a Guiné-Bissau?

A quarta parte situa o caso da Guiné-Bissau no contexto regional da África em luta — imperialismo, colonialismo e neo-colonialismo, nomeadamente em Angola e Moçambique — mas sobretudo sintetiza a análise precedente. O MLN criado nos anos 50, consolidado nos anos 60, consagrado nos anos 70 e desvirtuado nos mesmos anos 70, demonstrou a falta de legitimidade e de continuidade histórica ligadas à precaridade da *nação*. Destruído assim o primeiro mito da transição histórica, a análise da ideologia e da prática política do MLN e do PAIGC, obras de Cabral, mostra que esta ideologia não se encontrava suficientemente elaborada ou conhecida por parte dos militantes e dirigentes. A falta duma radicalização da experiência da luta armada, no momento da independência, fez com que o Estado colonial tenha imposto as suas estruturas e os seus modos de produção económica ao novo Estado. A transição histórica foi assim feita em nome duma elite, representativa duma classe que se apropriou do aparelho de Estado. Com intervir e reencontrar os princípios políticos e ideológicos do MLN, ou seja, conduzindo-os até à sua lógica extrema: a própria destruição do MLN enquanto movimento transclassista? A infra-estrutura aqui não seguiu as orientações da super-estrutura. A compreensão da sociedade tem que passar por um estudo constante do debate dialéctico entre infra e super-estrutura, entre as realidades empíricas e as intenções teóricas.

Este breve resumo deixa na sombra ideais e acontecimentos «secundários», e que no entanto são essenciais, e não dá conta suficientemente bem da meticulosidade da demonstração e da fineza da análise. Precisemos pois que este livro assenta, todo ele, sobre a análise dos factos e dos dados que lhe dão todo o seu sentido. Uma análise metódica permite ao autor tornar visíveis as forças ocultas, compreensíveis acontecimentos inexplicados, simples numa realidade

sempre complexa. Mas este rigor científico não é aridez. Todo o trabalho é também atravessado por uma «brisa», a do militante que é o autor — ele apresenta-se, de entrada, como um «partisan». Este empenhamento não «mancha», contudo, o rigor científico, antes o humanisa e o torna mais acessível; e ao mesmo tempo, o rigor científico serve o objectivo político.

Desta união feliz nasce a força tranquila que confere a esta obra todo o seu interesse.

Alguns poderão talvez lamentar que Carlos Lopes nem sempre forneça as respostas ou as soluções para os problemas que tão correctamente colocou. Não se sabe, por exemplo, como vê o seu autor o desenvolvimento da Guiné-Bissau ou como poderiam ser resolvidas as contradições do poder actual. Mas curar um doente pressupõe conhecer bem a doença de que ele sofre, mesmo que isso não baste. Rendamos então, primordialmente, homenagem ao autor por ter sabido mostrar a necessidade «imperiosa» e «urgente» de «remédios» e «tratamentos». E se ele nem sempre precisa quais, é porque, com efeito, essa é também a tarefa de todos os «nacionais» — senão de quem? — duma nação que ainda está por construir. Reconheçamos que o autor fornece, através da sua análise, mais elementos do que parece *à priori* e que a sua contribuição para a causa e para a construção nacionais é uma das mais importantes e significativas.

Durante a leitura desta obra, pontuada por referências numerosas e fiéis a Cabral, não nos podemos impedir de pensar — e de nos regozijarmos com isso — que «Cabral ka muri» (Cabral não morreu). Saudemos esta notável lição de sociologia política aplicada — cujo alcance não se limita à Guiné-Bissau, mas diz respeito também à comunidade internacional. A sua publicação em inglês mostra-o bem. Esperemos então que a Guiné-Bissau possa também tirar proveito do trabalho deste seu outro filho... e que, para isso, este trabalho seja rapidamente publicado também em português, a fim de permitir a sua discussão em kiriol, balanta, mandinga, e em todas as outras línguas «nacionais» da Guiné-Bissau.

(*) Lopes, Carlos, *Guinea Bissau: From Liberation Struggle to Independent Statehood*, London, Zed Books Ltd, 1985, 304 p.

J. P. Lepri

A PRIMEIRA VISÃO DE CONJUNTO SOBRE

A MISSIONAÇÃO NA GUINÉ

Apareceu recentemente ao público uma obra de Henrique Pinto Rema (*), um franciscano modesto mas verdadeiramente erudito que durante anos missionou na terra guineense e que ao tema deste livro há muito se vinha dedicando.

A presente obra é a reedição, notoriamente ampliada e corrigida, duma primeira compilação de artigos publicados no «Boletim Cultural da Guiné» ao longo de vários anos, juntos em volume de 777 páginas em Abril de 1974. Dessa publicação inicial existiam pouquíssimos exemplares e, evidentemente, ela se confinava também ao período colonial. A edição presente assume o trabalho anterior, corrige-o e amplia-o em quase todos os capítulos e acrescenta-lhe um novo capítulo referente às Missões na jovem República da Guiné-Bissau (1973-1981).

A essa obra me referirei agora, um tanto em pormenor, destacando seus aspectos mais válidos e significativos e referindo também uma que outra deficiência.

1. Entre os aspectos que considero *mais positivos* nesta obra, destaco em primeiro lugar a *visão de conjunto* que ela representa. Quero dizer claramente que ela fica sendo, de longe, a melhor visão de conjunto (mesmo a única) sobre a missionação na Guiné. Resume e apresenta muito material que andava disperso, adianta documentação que até aqui se encontrava inédita (sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e no Arquivo da Província portuguesa da Ordem Franciscana) e revela notícias importantes colhidas junto de pessoas que intervieram directamente nos acontecimentos dos últimos anos. Quem quiser, no futuro, aprofundar aspectos particularizados sobre este mesmo tema ou temas afins, tem agora uma base geral sólida donde poderá partir.

Gostaria ainda de me referir à *apresentação da obra*. Aparece-nos ela em linguagem descritiva, estilo crónica alongada, interrompida e valorizada frequentemente por mapas ou cartas auxiliares

(de frequência escolar, de pessoal missionário, extensão territorial da Diocese, planta de cidade ou Missão, etc.). Muito úteis também são os Índices finais (de pessoas e lugares e geral), que ajudam bastante a consulta. Mesmo o tamanho e a apresentação exterior do volume, apesar das quase 1000 páginas que o compõem, não ficaram sensivelmente sobrecarregados.

E desejaria ainda destacar a *consciência que o Autor mostra ter do trabalho realizado*. Pelas descrições que vão sendo feitas ao longo de cada capítulo, verifica-se facilmente que o Autor tem consciência do género literário que está adoptando (a referida crónica alongada), dalgumas lacunas que interrompem séries que gostaria de ver completas (por ex. a lista de frades franciscanos ou de padres seculares que pisaram o solo guineense), da acumulação por vezes massiva de dados para análise sem uma síntese mais atraente e compreensiva (sobretudo no referente ao período contemporâneo), etc. Particularmente significativa a este respeito é a conclusão do trabalho, que se encontra na pág. 964: «... Af ficam muitos números, muitos factos, muitos nomes, bastantes documentos transcritos ou apontados. Poderão servir de base, de ponto de partida ao verdadeiro historiador para um trabalho de crítica e de análise... Pelo menos nos últimos capítulos há mais trabalho de análise do que de síntese».

Esta obra deverá pois acolher-se como um notável trabalho de investigação.

2. Em História porém não há obras definitivamente perfeitas nem integralmente completas. Também esta não vai fugir a essa fatalidade: também ela tem deficiências, que poderão eventualmente corrigir-se em edições futuras. Apontarei algumas delas, que me feriram mais a atenção.

A deficiência maior que me parece ter é a *não-exaustão da investigação arquivística*, de relativamente fácil acesso. Refiro-me em particular ao Arquivo Histórico Ultramarino. Por dificuldades da altura, não foi possível uma busca sistemática e quanto possível completa. Ficaram por ver mais de 100 caixas de documentos

avulsos referentes a Cabo Verde mas com muita documentação sobre a Guiné. Como se sabe, os centros religioso e administrativo do passado encontravam-se em Cabo Verde, e há portanto que consultá-los também na secção referente a essa ex-Colónia. Igualmente os Códices do extinto Conselho Ultramarino têm de ser consultados porque também possuem documentação importante. É certo que parte desta documentação já foi apresentada pelo benemérito Sena Barcelos (que o Autor aproveitou em pormenor), mas há documentos vários que escapam a essa recolha já feita.

O aproveitamento da documentação ainda inédita permitiria evitar, entre outras, as seguintes inexactidões:

— Ao contrário do que se diz na pág. 116, os Terceiros Franciscanos, embora certamente em pequeno número, deslocaram-se realmente à terra firme de Guiné (A. H. U., *Cabo Verde*, Caixa 6-A, doc. 111).

— Ao contrário do que se diz na pág. 250, Fr. Júlio de Betulho não foi em 1818 o último frade que esteve em Bissau nem na costa da Guiné no séc. XIX; na década de 1820-30 ainda há alguns frades na Guiné (A. H. U., *Cabo Verde*, Caixa 75, doc. 38).

— Os informes sobre a questão do baptismo de escravos pode ser ampliada com mais alguns elementos que se encontram em A. H. U., *Códice 489*, fl. 151 e 173 v., e em *Cabo Verde*, Caixa 14, doc. 31.

Reparos ainda de alguma importância poderão ser apontados no referente à necessidade de *confirmação das citações dos documentos avulsos* tanto da Guiné como de Cabo Verde. Depois da sua investigação, houve reorganização desses documentos e há que referenciá-los pela situação verdadeira em que neste momento se encontram.

Uma palavra ainda para a maneira como são abordadas a *religião e a moral dos africanos* do passado com os quais os portugueses entram em contacto. Pessoalmente acho que todo o n.º 3, referente ao ambiente religioso e moral em questão (p. 36-41) deveria ser apresentado com mais reserva, não se baseando apenas quase exclusivamente nos informes de cronistas e autores europeus do passado,

mas sim tentando «re-ler» esses informes à luz conciliar (Vaticano II) da valorização fundamental de todas as culturas humanas. Nas crenças e instituições familiares e sociais africanas do presente (e julgo que algo de semelhante se deverá dizer para o passado), por entre deformações ou mesmo obscurantismos, há verdadeiros valores que o homem europeu nem sempre é capaz de descobrir.

Pessoalmente, ainda, não faria a afirmação da pág. 40: «O alcoolismo e a ladroagem são outros dois vícios próprios de climas muito quentes e húmidos e de povos subdesenvolvidos!» Não é só em tais climas que isso acontece...

A terminar estas breves referências à obra de Henrique Pinto Rema, desejo que fique bem nítida a minha admiração por ela; mas isso não significa que a considere imune de imperfeições, como qualquer obra humana e particularmente de História.

(*) Rema, Henrique Pinto, O. F. M., *História das Missões Católicas da Guiné*, Editorial Franciscana, Braga, 1982, 994 p.

D. Vicente

CEHC

Recolher e inventariar os documentos históricos dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio da História, Antropologia, Etnografia e Sociologia

CESE

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração de estudos, pareceres e análises

CDT

Recolher a documentação de ordem tecnológica relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar e assistir às iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração nas redes internacionais de informação tecnológica

BP

Coligir e inventariar livros e documentos tornando-os acessíveis ao público em geral e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do estudo e da pesquisa

**GUINE
BISSAU**

FICHA TÉCNICA

DIRECÇÃO: Carlos Lopes, Abdulai Sila
Carlos Cardoso, Diana Handem

CONSELHO CONSULTIVO: Ana Maria Gentili (Itália)
Aquino de Bragança (Moçambique)
Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebeck (Suécia)
Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau)
Manuel Rantout Barcelos (Guiné-Bissau)
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

CONSELHO DE REDACÇÃO: Augusto Paulo
Carlos Schwarz, Fátima Proença, Heidi Keita
Jean Pierre Lepri, Rui Ribeiro

CONCEPÇÃO GRÁFICA: Nelson Fernandes

IMPRESSÃO: INACEP, Bissau

TIRAGEM: 1000 exemplares

PREÇO:

- Guiné-Bissau: 200 PG
- Portugal: 500\$00
- Assinatura / via aérea (4 números): US\$ 15.00

LOCAIS DE VENDA: Casa da Cultura e INEP (Bissau)

ESTRANGEIRO: Pedidos a CLDAC, Centro de
Informação e Documentação Amílcar Cabral
R. Pinheiro Chagas 77, 20E, 1000 Lisboa, Portugal

SCRONDA, revista trimestral do INEP,
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Complexo Escolar 14 de Novembro, CP 112, Bissau
Guiné-Bissau